

MARIA DA GRAÇA PIMENTEL CARRIL

O FUTURO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO
PERÍODO NOTURNO

O COMPORTAMENTO DA DEMANDA DO ENSINO MÉDIO
NA CIDADE DE SANTOS
(1995 A 2004)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação: Currículo, sob orientação da Professora Doutora Ana Maria Saul.

PUC/SP
2005

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Maria Saul, pelos questionamentos e pela clareza com que conduziu todas as orientações. Meu eterno muito obrigado.

À Professora Doutora Leila Iannone e ao Professor Doutor Pedro Pontual, pelas orientações e pelo estímulo que muito me ajudaram na finalização deste trabalho.

A todos os professores do Programa Educação e Currículo, pelas reflexões realizadas a partir das aulas.

Às amigas Maria Elvina, Elisabete Tavares, e todas as demais companheiras de magistério que com o apoio me ajudaram a superar os momentos de incerteza nessa caminhada.

À Professora Doutora Silvia Bittencourt, na época Dirigente de Ensino de Santos, que possibilitou o início dessa trajetória.

Ao meu filho João Marcos por quem devo ser forte e a quem dedico todo o meu esforço nessa trajetória.

Aos meus sobrinhos e aos meus familiares, filhos do coração.

À escola pública, que mesmo com todos os avanços que ainda se fazem necessários, contribuiu para a formação da população mais sofrida, vítima da desigualdade e da injustiça social. Na escola pública, adquiri o conhecimento universal, mas também aprendi a conhecer as diferentes formas de exclusão a que estão sujeitos as crianças e os jovens das classes menos favorecidas. Nesses vinte e nove anos de magistério, desejei que a escola fosse um espaço democrático, onde todos tenham oportunidade de ingressar, onde as chances sejam de todos e não apenas de alguns.

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar como tem se comportado, no período de 1995 a 2004, a demanda do Ensino Médio regular no período noturno, na cidade de Santos/SP.

Para compreender a movimentação da demanda nesse período, fizemos um levantamento dos dados de matrículas no Ensino Médio, em toda a rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, na cidade de Santos e, especificamente, em uma escola da rede pública estadual da cidade de Santos.

Os dados relativos à movimentação da demanda na rede estadual foram coletados junto aos órgãos da Secretaria de Estado da Educação, por meio de entrevista e de análise de documentos publicados sobre este tema..

Foram realizadas entrevistas com as Assistentes de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e Assistente de Planejamento da Diretoria de Ensino de Santos.

A análise da movimentação da demanda identificou uma nítida redução da demanda cujas explicações estão possivelmente associadas às decisões de políticas educacionais, colocadas em vigor nesses últimos dez anos.

A análise da demanda na cidade de Santos, no Ensino Médio regular no período noturno, mostrou um crescimento gradativo (1995 a 1999) sendo que, no período 2000 a 2004, constatou-se uma inversão em sua evolução, com uma redução de 39,3%% das matrículas. Constatou-se também, uma grande expansão da oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no período de 1995 a 2003.

Na intenção de poder explicar a redução da demanda, indagamos também, por meio de um questionário, sobre o perfil atual do aluno do ensino noturno, em uma escola pública da cidade de Santos. Foram pesquisados os alunos da primeira série do Ensino Médio Regular e aqueles que cursavam a modalidade Jovens e Adultos.

A conclusão a que se chegou indicou que hoje os alunos do noturno são mais jovens, nem todos são trabalhadores, buscam a escola como possibilidade de ingressar e/ou permanecer no mundo do trabalho, assim como

espaço de construção de sociabilidade. A opção pela modalidade Jovens e Adultos vem aumentando cada vez mais.

A análise do nível de satisfação dos alunos indicou que os alunos da modalidade Jovens e Adultos estão mais satisfeitos com a escola do que aqueles que estão no Ensino Regular sinalizando que uma nova organização curricular se faz necessária para atender ao perfil e expectativa dos alunos do ensino médio.

Refletimos, ao final, sobre o que fazer com os espaços escolares no período noturno, frente à redução da demanda e apontamos algumas possibilidades de trabalho na perspectiva do desenvolvimento de projetos culturais com e para os jovens.

ABSTRACT

This study aims to investigate regular high school night classes, in the city of Santos, SP, from 1995 to 2004. To understand the movement in this period, data regarding high school enrolments in a public state school in the city of Santos was analysed.

The data regarding movement in public state schools was collected in the State Secretary of Education, by interviews and document analysis on the subject. The Planning Assistants at the Secretary of Education of the State of São Paulo and Planning Assistant of the Santos Region. The analysis identified a clear reduction in enrolments which might be associated with political decisions regarding education which have been put into action in the last ten years.

The analysis regarding the city of Santos showed a gradual increase in regular high school numbers (1995 to 1999). In the period from 2000 to 2004 there was a reduction of 6.6% in enrolments. From 1995 to 2003 there was an increase in the number of enrolments offered regarding the Education of Young Adults and Adults.

In an attempt to explain the decrease, first year night high school regular students and those attending Young Adults and Adult courses were asked to answer a questionnaire in order to verify the present profile of night school students, in a state public school in Santos.

The results showed that nowadays night school students are younger, not all of them are workers, they go to school in order to start working or remain in their jobs, and they also understand school as a place where they develop sociability. The option for Young Adults and Adult courses has increased.

The level of satisfaction analysis showed that students who attend Young Adults and Adult courses are more satisfied than those attending regular courses. This shows that new curriculum organization is necessary to meet the needs of High School students.

Finally, the study considers about the use of schools at night, in face of reducing number of students, and gives some suggestions regarding cultural projects with and to young people.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
Problemática e Objetivos.....	1
2. BREVE RETROSPECTIVA DO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO NOTURNO EM SÃO PAULO.....	7
3. ENSINO MÉDIO: NOVA PROPOSTA E CONSEQÜÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	25
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
4.1. Caracterização do estudo.....	54
4.2. Sujeitos.....	55
4.3. Instrumentos.....	55
5. CONTEXTO LOCAL ONDE SE REALIZOU A PESQUISA.....	57
5.1. A cidade de Santos.....	57
5.2. A Escola Estadual Santista.....	59
5.3. Instalações e funcionamento da Escola Estadual Santista.....	60
5.4. Recursos humanos da Escola Estadual Santista.....	62
5.5. Matrículas de 1995 a 2004 na Escola Estadual Santista.....	64
6. DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	68
6.1. Demanda no Ensino Médio no período noturno.....	68
6.2. Perfil dos alunos.....	70
6.3. Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos.....	79
6.4. A escola na visão do aluno.....	82
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
9. ANEXOS.....	104

1. INTRODUÇÃO

Problemática e Objetivos

As motivações que direcionaram o pesquisador para a temática do presente estudo têm origem na sua trajetória profissional, pois atuou desde 1976 no magistério das redes pública e particular, como professora e, a partir de 1987, como diretora, em regiões centrais e de periferia da Baixada Santista. Nessa época, predominava no período noturno o Ensino Médio regular, o qual oferecia carga horária e duração de hora aula semelhantes ao Ensino Médio no período diurno.

Tanto a direção das escolas quanto o corpo docente já vislumbravam, no interior da escola, as dificuldades e problemas relatados nos estudos realizados sobre o ensino no período noturno e a escola pública, nas teses, dissertações, periódicos e obras. Por parte dos alunos, uma dessas dificuldades era a conciliação entre trabalho e estudo.

Os estudos de Carvalho, realizados em São Paulo, em 1984, apontavam que os motivos alegados para interromper ou abandonar os estudos eram dificuldades em conciliar o horário da escola (muito rígido) com o do trabalho (também rígido e que exige freqüentemente horário extra); distância entre o trabalho e a escola; falta de estímulo por parte da família e por parte dos professores; aulas sem interesse; trocas e faltas dos professores, acarretando perda de tempo e desânimo. Fica claro que fatores externos à escola também interferem mas, em geral, há consciência da “perda de tempo”, pois o aluno que trabalha conhece bem o valor do tempo. Além disso, há por parte do aluno uma certa desconfiança quanto à própria capacidade de aproveitar o que a escola pode oferecer.

Sampaio (1988:172) discute a atuação dos órgãos oficiais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no ensino no período noturno, ao proceder a

uma análise sobre o Projeto Noturno, implantado na rede em 1983, e demais ações da Secretaria da Educação, e mostra que a:

“escola não pode continuar sendo alvo de consertos internos, ou de ações isoladas por parte de cada escola. O avanço do ensino no período noturno deverá traduzir-se numa política educacional mais consistente que esteja presente na escola em sua totalidade e que indique caminhos para que a escola contribua na construção da sociedade”.

As pesquisas realizadas por Balzan (1988:10) forneceram subsídios importantes para a caracterização da população escolar:

“ (...) o fato de ter sido possível identificar a maioria dos alunos do período noturno como pertencentes às camadas mais humildes da população, somado à constatação de um alto índice de evasão e repetência, parece colocar sérios problemas à educação e, claro, aos educadores. Sem pretender generalizar para o restante do Estado, e menos ainda para o país, as informações coletadas, suspeita-se, porém, que a realidade aqui descrita provavelmente não se distanciará significativamente daquilo que atualmente vem ocorrendo na maioria das escolas de 2º- Grau, pertencentes à rede pública de educação”.

Caporalini (1991:192) chama atenção para os cuidados com a transmissão do conhecimento:

“os quais só têm sentido a partir da concepção clara por parte do sujeito – o professor – sobre a situação em que ele atua. É preciso dar um sentido bem mais profundo e conseqüente ao livro didático, à seleção do conteúdo, aos procedimentos metodológicos e aos instrumentos de avaliação, de modo a assegurar sua perfeita integração. É

preciso que o professor se assuma como um ser político historicamente situado.”

É interessante ressaltar que, contrariamente à tendência de grande parte dos estudos realizados sobre o ensino no período noturno, as investigações de Machado (1995:198) sobre as relações entre a escola no período noturno e a ocupação do seu aluno no mercado de trabalho destacam aspectos positivos. Ela analisou e comparou as representações que os alunos de três escolas, situadas em diferentes regiões (rural / central / periferia) do Estado de São Paulo, têm a respeito da escola e do trabalho. A conclusão é que:

“(…)os alunos possuem uma representação satisfatória a respeito da escola. Na escola da periferia, os alunos indicaram a gestão como o aspecto mais positivo da escola: existe um controle disciplinar, mas há diversificação de trabalho, como utilização da sala de vídeo e teatro, envolvendo diferentes disciplinas. Enquanto na escola central o ambiente é bem controlado quanto à disciplina, mas as relações entre funcionários e alunos são impessoais. Os alunos destacam a importância do domínio do conteúdo programático, valorizando a atuação dos professores em sala de aula.”

Os trabalhos acadêmicos, citados anteriormente, apontaram também uma expansão quantitativa do Ensino Médio e, paralelamente, indicaram altas taxas de evasão e/ou retenção que revelavam a inadequação do ensino oferecido no período noturno. Posteriormente, em decorrência do exercício de funções administrativas na área de educação, continuou o interesse do pesquisador pelos problemas inerentes a essa modalidade de ensino, por meio de um acompanhamento constante. Este interesse atingiu tal magnitude que, ao ter de definir um tema, objeto desse trabalho, ficou claro que seria o Ensino Médio no período noturno.

Algumas alternativas de abordagem do objeto de estudo passaram, então, a se descortinar para a realização da investigação.

Em uma abordagem, voltou-se para a realidade mais próxima, a qual lhe permitiu saber como estava ocorrendo a implantação do “Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio”, programa este financiado pelo Banco Mundial, Ministério da Educação e Cultura, através de recursos do convênio Secretaria de Estado da Educação – SEE-SP / MEC / BIRD, no período noturno, em uma escola pública estadual na cidade de Santos.

Então, optou por pesquisar esse programa em uma escola tradicional, a Escola Estadual Canadá, a primeira a oferecer o Ensino Médio, na cidade de Santos, iniciado em 1934, a qual foi responsável pela formação de personalidades reconhecidas nacionalmente.

Ao iniciar o trabalho na escola, obteve informações preliminares desanimadoras, pois o que se tem verificado é que, a cada ano, o número de classes diminui em função da pouca demanda. Essa intrigante tendência suscitou uma série de indagações e instigou -a a proceder a um levantamento da demanda no noturno, no período de 1995 a 2004, ou seja, nos últimos dez anos, na cidade de Santos, quando teve início a implantação das políticas educacionais promovidas no governo Covas.

Os dados coletados, junto à Diretoria de Ensino, inicialmente mostraram uma evolução quantitativa na demanda do Ensino Médio, como um todo, na rede estadual de Santos.

Em 1995, havia 4.635 alunos matriculados no Ensino Médio no período diurno, 6.927 no Ensino Médio regular, no período noturno, e 415 na Educação de Jovens e Adultos, totalizando 11.977 alunos.

Em 2004, no Ensino Médio do período diurno havia 7.707 alunos; no Ensino Médio regular, no período noturno 4.722 e na Educação de Jovens e Adultos 6.687 alunos, o que totalizava uma demanda de 19.116 alunos

matriculados no Ensino Médio, na cidade de Santos. Houve, pois, como se pode notar, um crescimento de 7.139 alunos em dez anos.¹

Analisando os dados, verifica-se que o aumento das matrículas no Ensino Médio se deve ao período diurno e à Educação de Jovens Adultos, oferecida no período noturno.

Diante desse quadro, que aponta uma evolução quantitativa do Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos e considerando as mudanças sociais e econômicas, foram definidas, como norteadoras desse estudo, as questões que se seguem.

O problema central da presente pesquisa é: como tem se comportado, na última década, a demanda do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, na cidade de Santos?

Desta questão central decorrem as seguintes indagações: que tendências podem ser identificadas no comportamento dessa demanda e quais seriam as possíveis explicações para elas? E, considerando-se a trajetória de uma década de Ensino Médio, no período noturno, qual é atualmente o perfil desse aluno em uma determinada escola pública da cidade de Santos?

Cabe ressaltar que essa investigação se propõe a responder a algumas indagações ou inquietações surgidas da experiência de trabalho da pesquisadora na área de educação pública, há mais de duas décadas.

De modo geral, são poucos os educadores que se deparam com a oportunidade de aprofundar os estudos e de realizar trabalhos que possam representar algum retorno para o próprio sistema. Considera-se também que, embora modesto, esse trabalho constitui uma colaboração para a pesquisa na área da educação, pois são escassos os trabalhos realizados sobre o ensino no período noturno.

Os educadores, envolvidos na rotina e nas dificuldades do trabalho escolar, não conseguem analisar e refletir sobre as medidas – leis, normas, portarias etc – que atingem sistematicamente a escola, medidas essas, por vezes,

desencontradas e antagônicas em função das mudanças políticas que ocorrem após eleições, com a troca de governantes e de ocupantes do primeiro e segundo escalões da esfera administrativa.

Mesmo em níveis intermediários ou instâncias governamentais superiores, não existem continuidade de ações, nem acompanhamento criterioso das mudanças propostas e efetuadas e seus respectivos resultados.

Assim, esse trabalho chama a atenção para as principais políticas educacionais, implementadas a partir de 1995, e seus resultados positivos em termos quantitativos no sentido de correção do fluxo de alunos no sistema escolar, de atendimento à demanda represada e se, em consequência dessas políticas, há um novo perfil de alunos no ensino noturno.

O trabalho propõe-se a apontar para outras necessidades emergentes após essa recuperação quantitativa.

2 - BREVE RETROSPECTIVA DO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO NOTURNO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O objetivo nesse capítulo é traçar uma breve retrospectiva da trajetória do Ensino Médio, no período noturno, considerando os diferentes contextos que determinaram seu desenvolvimento e as medidas tomadas pelo Estado para favorecer sua expansão.

Essas medidas, criadas em épocas e em contextos diferentes, provocaram pontos de conflito e de discussão que conduziram à elaboração de diferentes propostas por parte do Estado para o Ensino Médio, período noturno, como forma de garantir sua expansão e um rendimento favorável que respondesse à pressão feita pela população que desejava o acesso à escolaridade.

No início do século XX, o ensino noturno, no Estado de São Paulo, foi criado em decorrência da falta de vagas no período diurno e estava, nessa época, destinado às crianças aprovadas nos exames de suficiência, mas que não conseguiam vagas no diurno. Esses cursos funcionavam em anexo ao Instituto Caetano de Campos. O atendimento a essa demanda educacional, no período noturno, foi a maneira encontrada pelo Estado para resolver o problema da falta de vagas sem que o poder público precisasse arcar com maiores despesas. Porém, esse fato teve pouca duração, já que a atividade escolar à noite, para crianças, foi logo revogada por outra legislação que permitia esse tipo de ensino apenas para jovens maiores de 18 anos.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. O primeiro ministro, Francisco Campos, em 1931, promoveu a "Reforma Francisco Campos", com o objetivo de construir uma estrutura básica para o Ensino Secundário e diminuir sua dependência do Ensino Superior. Almeida ao comentar sobre essa proposta, esclarece- nos:

A imposição de uma estrutura básica ao ensino secundário viria ocorrer como uma das primeiras medidas da

Revolução de 1930 através da Reforma Francisco Campos, que separaria nitidamente a função formativa da preparatória (ao curso superior) do curso ginásial, atribuindo especificamente cada uma dessas funções a um ciclo diferente e sucessivo. O ginásio, com cinco anos, e o pré-universitário, com dois anos de duração. A estruturação do ginásio, a ênfase da sua função formativa, bem como a sua relativa independência do ensino superior levariam à expansão e popularização desse nível de ensino." (Antunha,1973:59 apud Almeida 1988:).

A partir da década 40, foi assinado o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 Lei Orgânica do Ensino Secundário - Lei Gustavo Capanema, a qual estabeleceu como objetivos desse nível de ensino: a formação da personalidade integral dos adolescentes; despertar e ampliar a consciência patriótica e a consciência humanística; preparação intelectual geral como base aos estudos mais elevados, ou seja, ao ensino superior. A função do ensino secundário era a preparação das elites para a condução dos destinos da sociedade brasileira, pois apenas esta parcela da população teria acesso a esse nível de ensino.

Nesse período, o ensino secundário estava estruturado em dois níveis, porém com duração modificada: o curso ginásial com quatro anos e o curso colegial com três anos, dividido em dois ramos, o colegial clássico e o colegial científico. Quanto à elaboração do currículo, os dois ramos ofereciam disciplinas comuns, no entanto, havia uma diferença na carga horária de algumas disciplinas. Na área de Humanas, a carga horária de algumas eram maiores, como no caso de línguas, e na área das Ciências, disciplinas como Física e Química.

A expansão e a popularização do nível secundário de ensino, aliadas a fatores de ordem política, econômica e social, bem como o avanço crescente do processo de industrialização, a concentração populacional urbana, a ampliação das oportunidades de trabalho, principalmente no setor terciário, e os interesses de políticos que se utilizavam da reivindicação educacional, como forma de atrair a clientela eleitoral², representam os principais fatores que vieram possibilitar a duplicação dos ginásios, o aumento do número de matrículas e a participação do poder público no Ensino Médio, intensificando a construção de prédios, a instalação de ginásios e a utilização de todo o espaço disponível dos prédios, no

2 Carvalho 2000, p.28

período noturno, como forma de atender o excedente da demanda do período diurno.

A instalação dos cursos secundários noturnos na rede pública do Estado de São Paulo ocorreu por força de um complexo contexto das condições sócio-econômicas que estimulavam a procura pela escolaridade secundária. A implantação desses cursos foi fruto, ainda, dos movimentos populares que, organizados, pressionaram o poder público.

Nesse período, o sistema privado já oferecia o Ensino Secundário no período noturno, atendendo grande parte da população e cumprindo o papel que caberia ao Estado. A clientela, atendida nesse período, era constituída de jovens e adultos provenientes das camadas populares, e trabalhadores que apresentavam defasagem entre idade e série freqüentada. Os estudos realizados por Beisiegel confirmam a afirmação:

Num período de acentuada transformação do mercado de trabalho, com progressiva multiplicação de oportunidades de emprego nas empresas públicas e privadas, a passagem pela escola secundária começava a ser compreendida pelas populações urbanas como o principal recurso de ascensão social para os filhos. Até então, esse tipo de escola era mantido quase que exclusivamente por entidades privadas, leigas ou confessionais. Mas, com o crescimento da procura entre significativos contingentes da população urbana que não tinham recursos para o pagamento das anuidades do ensino privado, as pressões sobre a oferta concentravam-se agora sobre o Governo do Estado. Encampadas pelos políticos que disputavam o voto popular, essas reivindicações provocaram intenso processo de criações de escolas secundárias públicas estaduais". (Beisiegel, 2000:36).

As pesquisas feitas por Sposito reiteram o que está se tentando destacar em relação à expansão do ensino médio no período noturno:

A criação de classes em período noturno nos Grupos

Escolares do Ipiranga e da Moóca ofereceu instrumentos que possibilitaram ao Poder Público a criação de novos estabelecimentos secundários, atendendo às necessidades de expansão mais prementes. Ao serem criadas maiores possibilidades de acesso ao curso secundário, podendo ser incorporados como alunos os jovens que trabalhavam em período diurno, os horizontes educacionais de populações economicamente desfavorecidas tendem a se ampliar, transformando-as em clientela interessada em disputar as vagas oferecidas por essas unidades oficiais. É bem verdade que, em seus primeiros anos, o ginásio estadual noturno, na cidade, não estava aberto a grandes parcelas da coletividade. As vagas existentes eram poucas e os exames de admissão filtravam grande parte do contingente candidato às vagas nas primeiras séries. Mas irrecusavelmente, já estavam sendo criadas as condições para que o curso ginásial estivesse cada vez mais ao alcance de setores que até então sequer podiam aspirar ao ingresso em estabelecimentos desse tipo, evento que, fatalmente, viria a ocorrer anos mais tarde. (Sposito 1984:49)

O ensino no período noturno, no Brasil e em São Paulo, desenvolveu-se a partir de ações governamentais, regulamentadas em leis, decretos e pareceres, mas principalmente por reivindicações populares, evidenciadas pelos movimentos sociais urbanos da década de 50, e a partir da pressão feita pelas Associações de Bairros aos vereadores e deputados para o funcionamento do turno noturno nos prédios dos antigos Grupos Escolares que, até então, só funcionavam no período diurno, ampliando-se, assim, o atendimento de novos contingentes de alunos.

Estudos de Beisiegel e Pereira³ apontam que a expansão das escolas secundárias, em São Paulo, teve como motivação interesses não ligados diretamente à educação. As escolas públicas que passaram a garantir esse nível de ensino estavam localizadas em bairros periféricos ou em pequenas localidades do interior, os quais contavam com maior concentração humana e certamente poderiam garantir maior rendimento eleitoral. Os políticos reivindicavam apenas a instalação dos cursos, porém, terminado o processo eleitoral, não havia preocupação com a eficiência da rede escolar nem com a adequação dos modelos

de escola às novas condições sociais e econômicas do Estado.

Em São Paulo, a expansão do Ensino Secundário ocorreu com a instalação dos antigos ginásios no período noturno. Inicialmente, obedeceu à necessidade de aproveitamento do espaço físico, uma vez que, segundo o discurso oficial, não havia tempo nem recursos para a construção de prédios nos locais afastados dos bairros centrais para atender a essa demanda. Como grande parte dos prédios estavam situados próximos de onde também eram instaladas as indústrias, era natural que os alunos já estivessem inseridos no mercado de trabalho. Portanto, essa foi a característica que assumiu o período noturno: a chance de educação aos que precisavam conciliar estudo e trabalho.

A Constituição de 1946, promulgada após a queda do Estado Novo, estabeleceu a educação como direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos, do nível primário aos níveis posteriores, desde que comprovassem falta ou insuficiência de recursos.

Apesar dos princípios educacionais, previstos na Constituição, em 1948, chegou ao Congresso Nacional o projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, tendo permanecido por treze anos em discussão. Sua promulgação ocorreu em 20 de dezembro de 1961, foi a Lei nº- 4.024/61. Os aspectos discutidos foram: intervenção do estado na educação; a preservação ou não das autonomias locais; o conceito de diretrizes e bases, sua abrangência; o significado de “sistema de ensino “ quais o conjunto de escolas que estariam sob sua orientação; obrigatoriedade da escola primária; a separação da escola secundária da profissional e a liberdade de ensino. Este último ponto defendido pelas duas correntes: os defensores da escola pública, adeptos do movimento da educação nova, e os defensores da escola privada, representados por educadores ligados aos meios católicos.

Nessa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio

era ministrado em dois ciclos - o ginásial e o colegial - abrangendo os cursos secundários, técnicos e o de formação de professores para o ensino primário. Os cursos técnicos estavam subdivididos em ramos: comercial, industrial e agrícola e, geralmente, eram oferecidos no período noturno. A grade curricular era constituída pelas disciplinas obrigatórias, definidas pelo Conselho Federal de Educação, pelas disciplinas escolhidas do Conselho Estadual de Educação e as últimas, pela escola, a partir de uma relação de disciplinas sugeridas pelo Conselho Estadual de Educação.

A partir de 1964, em decorrência do golpe militar, a educação brasileira passou por transformações, devido ao autoritarismo que se instalou no Brasil. Os movimentos sociais populares tiveram de lutar contra um Estado voltado para interesses econômicos em detrimento dos interesses educacionais. Em 1968, era elevado o número de escolas que funcionavam no período noturno, o que levou o Estado a baixar uma legislação dispondo sobre as autorizações de curso de grau Médio nesse período, apenas para os estabelecimentos que oferecessem no período diurno, em escola pública ou particular, o que era controlado pelo juizado de menores, através de relação dos candidatos ao curso noturno.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, o ensino primário e o ginásial foram unificados, estabelecendo-se uma temporalidade escolar única – 1º Grau. Foi extinto o exame de admissão e se determinou como continuidade dos estudos o 2º Grau, quando as escolas passaram também a oferecer o ensino profissionalizante, além do ensino supletivo, nas modalidades 1º- e 2º- Graus. Com relação à oferta do ensino noturno, ele continuou existindo e até foi intensificada a sua expansão. A escola particular também oferecia cursos profissionalizantes no período noturno.

Foi, portanto, durante a década de 70, segundo levantamentos feitos pelo Departamento de Ensino Secundário e Normal⁴, que o contingente de alunos do noturno aumentou. Na Grande São Paulo, 64% dos alunos dos cursos colegial e normal estavam matriculados no período noturno. Os dados referentes ao rendimento escolar apontavam elevadas taxas de reprovação e de evasão em

4 Almeida 1988 p.57

todas as séries, como também era intensa a defasagem idade-série em decorrência desse histórico de perdas que pareciam estar relacionadas com a origem social desses jovens.

Entre os anos de 1970 e 1980, o contingente de jovens menores de idade que já trabalhavam aumentou em 41%⁵. Destacam-se, também, as elevadas taxas da população, tanto de mulheres como de homens, que estavam no mercado de trabalho, mas que não eram valorizados em suas diversas atividades, já que recebiam a pior remuneração. Na década de 70, a escolaridade era tida como uma credencial importante. Os jovens e adultos que já estavam no mercado de trabalho possuíam maior escolaridade do que aqueles que não trabalhavam. A família dos jovens realizava esforços para que ele permanecesse na escola, pois havia o entendimento de que a ampliação do acesso escolar conduziria a maiores exigências para a admissão ao mundo do trabalho.

No decorrer dos anos 70, segundo levantamento feito pelo Departamento de Ensino Secundário e Normal, tanto na Grande São Paulo, como no interior do Estado, o maior contingente de alunos que freqüentava o curso noturno estava na faixa de 15 a 18 anos, e o que freqüentava o diurno estava na faixa de 12 a 15 anos⁶. Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, que “fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus”, a forma encontrada para o atendimento dessa demanda foi o aproveitamento dos espaços já existentes, sua adequação, ou criação de outros meios, mesmo que seu funcionamento ocorresse em condições precárias, como se pode constatar no comentário de Almeida.

O aumento da população escolar levou a escola secundária a utilizar-se de prédios onde funcionavam, até então, grupos escolares, escolas municipais e escolas particulares. Em virtude desta superpopulação escolar, há prédios que funcionam em apenas 1 ou 2 períodos escolares, ao lado de outros que funcionam em 4, 5 ou mais períodos. Além da ocupação e construção de prédios para fins escolares, outras medidas foram tomadas como, por exemplo, a

5 Almeida 1995 p.23
6 Almeida 1988 p.57

construção de salas de aula. Muitas dessas salas foram

construídas de madeira e foram sendo aos poucos substituídas por salas de alvenaria”. Gomes (apud Almeida 1998: 57)

Para Sampaio, em estudos feitos em 1988, o Plano Trienal de 1977 a 1979, do Estado de São Paulo, foi considerado o marco inicial da discussão sobre os problemas do ensino no período noturno, apresentando questões e buscando dados para um diagnóstico e um programa de ação para ele. No Plano Trienal, observa-se a composição da força de trabalho por idade, no Estado, a quantidade de alunos com defasagem idade-série e a origem social dos alunos. A maioria dos alunos identificados eram menores trabalhadores que freqüentavam a escola no período noturno, ou por faltarem vagas no diurno, ou por eles já estarem inseridos no mercado de produção. O Plano Trienal previa a continuidade da oferta do ensino no período noturno pelo Estado.

A expansão do antigo 2º Grau no período noturno foi assegurada na década de 80. No período de 1980 a 1986, aumentou sensivelmente na Rede Estadual de Ensino de São Paulo passando de 58% para 68.5%, o que demonstra o crescimento das matrículas no 2º- Grau no período noturno dos alunos desse nível da Rede Estadual de Ensino estavam estudando no período noturno.(Almeida, 1995:23).

A década de 80, se por um lado foi marcada pelo início de um novo governo estadual, eleito sob bases democráticas, por outro lado, trouxe um retrocesso em relação ao nível de bem-estar material da população, uma vez que o número de postos de trabalho foram reduzidos, em decorrência do baixo crescimento da produtividade nas áreas agrícola e industrial e do aumento da competitividade tecnológica. Um dos acontecimentos mais importantes dos anos 80 foram a questão do ajuste distributivo e o sacrifício econômico a que foram e continuam sendo submetidas as parcelas mais pobres da população.

Um documento divulgado em 1981 pela Assessoria Técnica, Planejamento

e Controle Educacional – ATPCE, elaborado a partir de dados levantados da rede estadual, em 1980, informava o elevado número de alunos que não concluía seus estudos, em razão da evasão escolar ou reprovação. Esses dados estavam presentes com mais intensidade nas 1^{as} séries do 2º Grau, onde as classes com mais de 36 alunos apresentavam até 90% de perdas e as classes com menos de 35 alunos mostravam taxas em torno de 30% ou 40% de perdas no período noturno.(apud Sampaio, 1988: 65)

Em 1983, foi apresentado à rede estadual o Projeto de Reestruturação Técnico - Administrativa e Pedagógica do Ensino de 1º e 2º Graus - Noturno. De acordo com o texto de Carvalho:

“(…) cada Escola elaborou uma proposta que partia do pressuposto de que era preciso pensar o noturno visando conhecer as possibilidades dos alunos e, com base nesse conhecimento, planejar a modificação do processo ensinar / aprender nesse período. A maioria das propostas incluía a necessidade de repensar os conteúdos - de forma que fossem “significativos” para os alunos - a forma de trabalhar tais conteúdos - técnicas e alternativas didáticas - o envolvimento da comunidade escolar - pessoal administrativo, professores, alunos e comunidade mais abrangente - visando tornar a Escola mais atraente para o aluno.” (Carvalho, 1995:82)

Nos anos de 1984 e 1985, o Projeto, após algumas alterações, foi implantado na rede, em 152 escolas do Estado de São Paulo. Nesta versão, o Projeto contou com o apoio das escolas por parte de seus integrantes, já que permitia alguma autonomia, dando condições para a realização de um trabalho com a participação da equipe escolar. Foi criada a função de Coordenador do período noturno, o qual seria eleito por seus pares. Os professores passaram a receber duas horas semanais para participar das reuniões pedagógicas e o adicional de 10% por atuarem no período noturno. Foram fornecidos recursos para aquisição de material pedagógico, e a assistência técnica ao Projeto seria garantida pelos órgãos da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo: Coordenadoria de Ensino e Normas

Pedagógicas (CENP) e Assessoria Técnica, Planejamento e Controle Educacional (ATPCE).

Após o primeiro ano da implantação, esse Projeto foi submetido a uma avaliação pela Fundação Carlos Chagas. Esta avaliação foi realizada com base em uma amostragem. Assim, das 152 escolas participantes do Projeto, foram selecionadas 18 da Grande São Paulo e 30 do interior. Ao final da avaliação, foram elaborados dois relatórios que apresentavam informações, conclusões sobre o trabalho e considerações sobre o que fora realizado e, embora sugerissem modificações, eram a favor da continuidade do projeto.

De acordo com os estudos realizados por Sampaio os relatórios apontavam:

Quanto à clientela, verificou-se nível sócio-econômico médio-baixo na totalidade da Grande São Paulo e, no interior, 50% de nível médio-baixo e 50% de nível baixo. Os alunos apresentavam idades entre 12 e 25 anos, residiam perto das escolas e trabalhavam durante o dia na indústria, no comércio, na roça ou como empregadas domésticas, etc. Indicaram esperar da escola: aquisição de conhecimento, meios para alcançar um futuro melhor, obtenção de certificado exigido pelas firmas e algum preparo profissional. A estrutura física das escolas foi considerada entre satisfatória e boa, apesar de apresentarem mobiliário de baixa qualidade e sistema elétrico deficiente. Todas com déficit de pessoal. No interior, as escolas mostraram manter vínculos estreitos com a comunidade, ao contrário da situação verificada na Grande São Paulo, onde os contatos geralmente se restringiam a reuniões de pais e mestres, pouco freqüentes (Sampaio, 1988: 98).

No entanto, por decisão da Secretaria de Educação, o Projeto foi extinto, sem que as escolas fossem ouvidas. Estas desejavam que o Projeto continuasse por mais algum tempo para que realmente pudesse ser avaliado com base em dados mais concretos, pois era um trabalho coletivo que estava sendo construído, envolvendo professores, alunos, pais e toda a comunidade, de acordo com conclusões de alguns autores sobre o desenvolvimento do Projeto, como:

A escola estava se transformando em um espaço prazeroso, embora apresentasse características de um centro de convivência, o que pode ter levantado suspeitas de que a qualidade do ensino não fosse prioridade. Este pensamento existe em decorrência da rotina autoritária da estrutura escolar que está presente no imaginário de toda a sociedade. Carvalho, 1995:83

A pesquisa realizada por Zibas, em 1991, permitiu que os professores de uma escola de Diadema se pronunciasse sobre o projeto do noturno:

O envolvimento do Projeto foi tão gratificante e o trabalho com os colegas e alunos tão produtivo, que desisti do curso de Engenharia para ser professor. Zibas, 1991:42

Os estudos realizados por Machado também apontam aspectos positivos em relação ao desenvolvimento do Projeto Noturno:

na escola na qual participei diretamente, os alunos constituíram no período noturno um espaço cultural e social, onde organizavam peças teatrais no período noturno um espaço cultural e social, onde organizavam peças teatrais, festas e bailes com ampla participação da comunidade. Este espaço foi tão significativo que os alunos passaram a freqüentá-lo também aos sábados e domingos. O professor de Educação Artística utilizava a sala de Anfiteatro, cujo palco havia sido construído pelos alunos com verba da Associação de Pais e Mestres, para trabalhar expressão corporal e preparar as demonstrações que aconteciam durante as aulas.

A participação das escolas nesse Projeto ocorreria depois da apresentação de um projeto que seria submetido à apreciação de órgãos da Secretaria da Educação, que não formularam diretrizes administrativas ou pedagógicas para desenvolvê-lo. Cada escola, através de uma ação conjunta, envolvendo Direção e Corpo Docente, formularia uma proposta de repensar o cotidiano escolar e criar condições que priorizassem o aluno trabalhador

Ao interromper esse projeto, em 1985, a Secretaria de Educação, através

de uma resolução, revogou a legislação anterior que permitia a sua elaboração.

Ainda em 1985, foi proposta uma nova medida, o “Calendário Alternativo” Resolução S.E. nº- 219/ 85, que previa a possibilidade das escolas oferecerem uma jornada diária de quatro aulas, e não de cinco aulas como era em anos passados. Para compensar esta aula a menos, o Calendário Escolar contaria com 200 dias letivos. Alguns estudos realizados anteriormente apontavam que um dos fatores que causavam o baixo rendimento escolar estava ligado ao cansaço físico e mental dos alunos, pois existia o entendimento de que grande parte desta população escolar exercia uma atividade no período diurno, o que foi observado por Carvalho:

Os professores falam muito, quem trabalha de dia vem com a cabeça cheia de problemas que traz de seus próprios trabalhos e precisa agüentar cinco aulas. Carvalho 1984: 61

Essas medidas foram aceitas apenas por setenta escolas do Estado de São Paulo, que, pouco a pouco, foram abandonando a proposta, o que levou à revogação dessa resolução depois de dois anos. Apesar das reclamações anteriores quanto ao horário tardio do término das aulas no período noturno, o aumento da quantidade de dias letivos foi interpretado pelos alunos como uma forma de punição

Na década de 1990, foi instituída a Reforma de Ensino do Estado de São Paulo, o Projeto Escola - Padrão, cuja implantação ocorreria gradativamente. Esta Reforma de Ensino do Estado de São Paulo, instituída em 1992, através da Resolução S. E. nº-288 de 11/12/91, dispõe que, no período noturno, o professor cumpriria uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, distribuídas da seguinte forma: 20 horas-aula, 4 em atividades pedagógicas na escola e 6 em atividades em local de livre escolha, além de outras medidas, como a função do Coordenador do período noturno e horário para as reuniões pedagógicas.

Com a finalidade de ampliar o Projeto Escola-Padrão, foi anexado o subprojeto “Organização Administrativa e Pedagógica da Escola em Período Noturno”, constituído, após estudos e reflexões de um grupo de trabalho,

conforme citação de Almeida:

O Programa de modernização do sistema educacional do Estado de São Paulo” teve como um dos subprojetos o ensino noturno. O grupo de trabalho encarregado de discutir o assunto elaborou o documento “Reformulação em período noturno”, o qual propõe medidas que, incorporadas às dos demais projetos, poderão ser aplicadas em 1992, nas escolas-padrão” (Almeida:1992)

O programa educacional do governo do Estado de São Paulo apontava o subprojeto como uma das possibilidades para que, em conjunto com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, fosse desenvolvido um projeto que apresentasse modificações no quadro curricular do Ensino Fundamental e Médio, no período noturno.

O subprojeto tinha como finalidade elevar a qualidade do ensino, o que só seria possível através da implementação de um amplo trabalho coletivo, envolvendo os coordenadores do período noturno, diretores de escolas, supervisores, professores e assistentes técnicos das diretorias regionais. As discussões, realizadas por todos os especialistas, tinham por objetivo construir uma nova concepção de ensino no período noturno quanto à escolha dos conteúdos e metodologias de avaliação, cujo sentido não fosse apenas a seleção dos alunos que manifestassem maior possibilidade de memorizar aspectos considerados importantes por um grupo social.

Todos os estudos e conclusões foram utilizados para a elaboração de um documento denominado “Projeto de Organização Semestral” que, além de apresentar modificações quanto ao aspecto administrativo, também tinha por finalidade aperfeiçoar o trabalho pedagógico. Assim, a CENP coordenaria o Projeto, realizando reuniões com as equipes das escolas e das diretorias, buscando democratizar as experiências e vencer os diferentes obstáculos.

A metodologia proposta no “Projeto de Organização Semestral” consistia em uma nova maneira de pensar a prática docente, fruto da discussão do conjunto de todos os especialistas, e desenvolver o currículo do período noturno, não se

restringindo apenas a mudanças no quadro curricular. A avaliação tinha a finalidade de diagnosticar a aprendizagem e fazer as correções de rumos quanto à prática docente.

A participação neste Projeto dependia de cada escola e dos seus profissionais assumirem o compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público no período noturno. A legislação que oficializou esse Projeto foi o Parecer do Conselho Estadual de Educação 1512/92, regulamentado para a rede pública através da Resolução da Secretaria da Educação nº-10/93.

O “Projeto de Organização Semestral” estava estruturado na divisão do total de disciplinas em dois semestres. Assim, o aluno deveria concluir determinado número de disciplinas no primeiro semestre. Previa também o sistema de dependência que, segundo o regimento escolar, é a possibilidade de levar para a série seguinte a disciplina em que o aluno não conseguiu aprovação, isto se o aluno tivesse apresentado 75% de freqüência no ano anterior. Além disso, contemplava o acompanhamento do professor em situações que visassem recuperar o aluno com baixo desempenho escolar. O conceito seria atribuído no final do semestre.

Esse Projeto teve início em 1993, com a participação de 21 escolas em todo o Estado de São Paulo. A partir de 1996, passou a ser chamado “Projeto de Flexibilização Curricular”, contando com a adesão de 500 escolas.

Na Cidade de Santos, o “Projeto de Flexibilização Curricular” iniciou-se com duas escolas, a Escola Estadual Francisco Meira, na Zona Noroeste, e a Escola Estadual Dona Luiza Macuco, na Ponta da Praia, região Leste da Cidade. A primeira Unidade Escolar adotou o Projeto apenas por um ano. No início do ano seguinte, foi extinto pela direção da escola. A segunda escola o mantém até hoje, sendo oferecido no período noturno. O “Projeto de Flexibilização Curricular” consiste no cumprimento de 2400 horas nas três séries do Ensino Médio.

De acordo com a Diretora da segunda escola, a escrituração é muito trabalhosa e há dificuldades quando da transferência destes alunos para

outras escolas que não adotaram o projeto. Entretanto, os alunos gostam da organização curricular, pois permite um aprofundamento na disciplina. E o conhecimento não é fragmentado, o que permite uma melhor assimilação. Esta organização curricular permite atender os alunos que não se adaptam à Educação de Jovens e Adultos, por serem de opinião que nesta ocorre um aligeiramento da escolaridade e não possibilita a construção do conhecimento. Os professores, por sua vez, acreditam que essa organização curricular permite um avanço na programação escolar e um cumprimento melhor do conteúdo, já que conta com um número maior de aulas e uma quantidade menor de disciplinas por semestre.

Porém existe o problema da evasão, que não é controlada, pois as classes iniciam com 40 alunos e terminam com um número bem reduzido.

Segundo a Supervisora da Unidade Escolar, a Flexibilização é uma das inúmeras tentativas para dar melhor qualidade ao ensino no período noturno; há também o entendimento de que essa oferta de ensino não é vista pelos alunos como superior à Educação de Jovens e Adultos no que diz respeito à duração do curso, que é maior que esta primeira modalidade de ensino, e também porque não há uma relação entre todas as disciplinas, para que ocorra a construção do conhecimento, o que conduz a uma não-percepção do conhecimento das diferentes áreas, mas, sim, uma concentração de aulas de determinadas disciplinas em um só semestre. Ainda citou, como exemplo, o fato de o aluno ter 8 a 10 aulas de Língua Portuguesa em um só semestre, o que leva ao desgaste dessa disciplina.

A partir da década de 1990, aconteceram grandes transformações mundiais, como o surgimento de blocos econômicos, de novas relações econômicas internacionais, aprofundamento do processo de globalização, nova ordem financeira e mudanças no regime capitalista, o que exigiu um novo paradigma nas políticas públicas educacionais, isto é, a realização de reformas educacionais submetidas ao interesse econômico, marcadas pela lógica da competência. O Brasil, como os demais países da América Latina, iniciaram reformas na área educacional que, segundo o discurso oficial, permitiriam superar o quadro de extrema desvantagem dos índices de

escolarização do jovem brasileiro em relação ao nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos.

Com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, o Ensino Médio (antigo 2º Grau) deixa de ser um “curso de passagem” para o Ensino Superior ou para o mercado de trabalho e passa a ser a etapa final da Educação Básica, tendo como finalidade a formação básica do jovem, com duração mínima de três anos. Dessa maneira, os conhecimentos adquiridos, nas etapas anteriores, deverão ser aprofundados e consolidados, possibilitando o acesso à compreensão dos conhecimentos científico-tecnológicos, dos processos produtivos, enquanto aplicações da ciência, relacionando a teoria com a prática em todos os conteúdos curriculares; preparação básica para o trabalho (base para a formação de todos os tipos de trabalho sem privilegiar nenhum) e para a cidadania, de modo que o jovem continue aprendendo e seja capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, desenvolvendo competências voltadas para o mundo do trabalho.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 37, assegura o direito de acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio aos jovens e adultos que não conseguiram cursar a escola na idade própria.

A partir da metade dos anos 90, conforme se observa na Tabela 1, há uma expansão do número de matrículas no Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos em todo o Estado de São Paulo tanto no diurno, como no noturno, conforme veremos a seguir .

É interessante registrar nessa mesma década, também a seguir, e até na atualidade (março de 2005), algumas inovações que visam ampliar e democratizar o atendimento no Ensino Médio.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, criada em um contexto mais democrático, ampliou a oferta de possibilidades de conclusão da escolaridade, através da criação das telessalas . As telessalas, com as características que conhecemos hoje, começaram a funcionar em 1996,

em algumas unidades escolares que estão distantes das cidades e no Centro de Ensino Supletivo . Nelas, o ensino está estruturado por módulos, utiliza as fitas do TELECURSO 2000 e apostilas .Cada módulo apresenta uma carga horária diferenciada, sendo que as maiores cargas estão concentradas em Língua Portuguesa e Matemática.

De acordo com observação realizada no local, há uma procura considerável pelas telessalas, principalmente por parte dos alunos que possuem dificuldades escolares, seja real ou em decorrência do processo de incorporação de uma imagem de fracasso escolar. O recurso audiovisual possibilita uma percepção mais próxima do que está sendo apresentado e, apesar da flexibilidade em relação à presença, ou seja, um curso, cuja presença não é obrigatória, os alunos comparecem todas as noites.

Geralmente, são trabalhadores ou pessoas que buscam uma oportunidade, porém não tão jovens, e estão preocupados em construir o conhecimento, e não apenas com a aquisição do diploma.

Também é muito procurado por mulheres próximo da terceira idade que já educaram os filhos, já formados, e que querem aprender para uma satisfação própria perante a família, ou aquelas cujos filhos ainda estão na escola e desejam o conhecimento com o objetivo de acompanhá-los.

Segundo dados do Censo Escolar – MEC, em 2003, estavam matriculados nas telessalas 114.704 alunos.

A avaliação parcial acontece após a conclusão de cada módulo e a avaliação final após a conclusão de todos os módulos, para validar o curso.

Em visita a uma telessala, foi possível perceber uma grande diferença em relação ao funcionamento dos cursos de Ensino Médio, no período noturno.

Os alunos demonstram interesse em freqüentar a escola, no período noturno, pois mesmo sendo um regime flexível, a freqüência às atividades é bastante alta. No dizer dos alunos, “é agradável assistir às atividades, a apresentação das fitas permite entender, realmente, o que está sendo dado”.

Não há como contestar que o vídeo é um dos recursos mais estimulantes para propiciar o conhecimento, assim como o computador, o laboratório e a biblioteca, está última estreitando muito a relação professor – aluno.

Atualmente, foi instituída mais uma forma de Educação de Jovens e Adultos. É a Escola da Juventude, que está prevista para acontecer aos sábados e domingos, dentro do Projeto Escola – Família, com uma organização diferente. Está organizada em módulos por áreas do conhecimento. Cada módulo consta de 8 horas presenciais, sendo 4 horas no sábado e 4 no domingo. Em cada semestre, há 2 módulos. Outra novidade é a Inclusão Digital que deverá ser cursada em um dia da semana, sendo uma hora e meia no último módulo.

A idade para cursar a Escola da Juventude é dos 18 aos 29 anos, como prioridade, aceitando, porém, pessoas com mais idade. O aluno receberá um auxílio de R\$ 60.00 para poder estudar. Está prevista a data de 14 de março de 2005 para seu início. Na cidade de Santos, duas unidades escolares serão postas, sendo uma na zona leste e outra na zona noroeste.

TABELA 1- Matrícula inicial no Ensino Médio regular, por período, na Rede Estadual – SE do Estado de São Paulo de 1995 a 2003.

Ano	Diurno	Noturno	Total
1995	284.897	894.400	1.179.297
1996	352.452	889.810	1.242.262
1997	419.095	959.226	1.378.321
1998	502.878	1.026.360	1.529.238
1999	602.595	1.070.320	1.672.915
2000	686.456	1.053.107	1.739.563
2001	738.405	974.526	1.712.931
2002	815.978	934.219	1.750.197
2003	895.330	885.135	1.780.465

Fonte: Levantamento de Dados Educacionais-L.D.E- CIE/SEEP.

Em 1995, 284.897 alunos estavam matriculados no Ensino Médio regular no período diurno, enquanto no período noturno, havia 894.400. No período diurno, percebe-se uma evolução constante no número de matrículas. Enquanto, no período noturno há um crescimento até 1999. A partir de 2000, inicia-se um processo de redução das matrículas no noturno.

Esse quadro pode ser resultante da reorganização da rede física, das escolas da rede estadual que passaram a planejar espaços para ampliar a oferta do período diurno que, assim, apresentam elevadas taxas de crescimento de matrícula, as quais aumentam ano a ano. Proporcionalmente, o noturno declina. Em 2003, pela primeira vez, o ensino Médio diurno supera o período noturno.

Ao finalizar essa breve trajetória de algumas décadas de Ensino Médio, no Estado de São Paulo, algumas dúvidas e incertezas se evidenciam quanto ao futuro do Ensino Médio, no período noturno nessa cidade.

3. ENSINO MÉDIO: NOVA PROPOSTA E CONSEQÜÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

Na América Latina, os primeiros anos da década de 80 foram marcados pelo início do processo de transição democrática. No Brasil, instalaram-se as discussões sobre as reformas educacionais, o que foi precedido pela compreensão do contexto histórico brasileiro, marcado pela reforma do Estado, considerando que é do Estado que emanam as normas e toda a legislação para o funcionamento da estrutura educacional. As reformas educacionais se realizaram através do estabelecimento de diretrizes que apontam novas concepções de educação decorrentes de novas tendências, impostas pelas mudanças no cenário mundial. Nesse período, os objetivos propagados foram a democratização do ensino, a redefinição do papel do Estado, a implantação de políticas educacionais e a melhoria da qualidade de ensino.

No processo de implantação de uma nova concepção de educação, foram realizadas conferências por todo o Brasil, pois encontrava-se em discussão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa ocasião, havia reivindicações sociais que partiam não só de educadores como também dos demais membros da sociedade civil.

O texto de Abranches confirma o fato, ao destacar a importância da participação da sociedade civil na processo de discussão da legislação educacional:

Assim, no início da década de 90, assistimos a um movimento inédito de formulações de propostas que interferiram na administração do sistema educacional em seus vários níveis, considerando que estas são realizações justificadas pela necessidade de responder aos apelos da sociedade civil em suas demandas pela educação e pela necessidade de atender às demandas econômicas ditadas

pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho.
Abranches (2000:29)

Em alguns eventos internacionais como a Conferência Mundial de Educação para Todos – 1990 a Conferência de Nova Delhi – 1993 e a Conferência de Kingston – Jamaica – 1996, estavam presentes os representantes dos governos dos países em desenvolvimento que apresentaram uma situação complexa no que diz respeito à educação. Também participaram desses eventos técnicos os representantes de organismos internacionais e de organizações não-governamentais. Ao final de cada evento, foram elaborados documentos, validados por todos os representantes dos governos ali presentes, que asseguravam a todas as crianças, jovens e adultos, o direito à educação básica, como forma de reduzir as desigualdades e assegurar a promoção de ações que fortalecessem as alianças para garantir o direito maior de “educação para todos.”

O acesso à educação básica é visto como uma das prioridades mundiais. De acordo com o compromisso estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, o Brasil iniciou um processo de discussão com a finalidade de elaborar seu Plano Decenal 1993/2003. Tratava-se, segundo os governantes desse período, do desenvolvimento de ações articuladas entre agentes do processo educacional e as diferentes esferas de decisão, ou seja, a União, os Estados e Municípios, as escolas, os professores e dirigentes escolares, as famílias e a sociedade civil “na luta pela recuperação da educação básica do país”, destacando que:

O Plano Decenal equivale a uma agenda mínima da política educacional brasileira, com alguns pontos consensuais: professor melhor remunerado, melhor formado; elevação do investimento em educação; modelo de articulação Estado / Município; sustentação das políticas educacionais (continuidade administrativa); qualidade dos serviços educacionais. Cunha, in Abranches (1995: 36)

As ações propostas pelos organismos internacionais como condições para garantir o desenvolvimento educacional em um país democrático requerem a

compatibilidade com a legislação. Nesse sentido, a implementação de políticas educacionais que possam refletir o prescrito por essas organizações internacionais deve encontrar consonância na legislação – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988/ Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional nº 9.394/96. Assim, a legislação oficializa as políticas educacionais, que são operacionalizadas através da elaboração do projeto político – educativo, conforme comenta Vieira:

A partir de 1996, a educação brasileira convive com dispositivos legais que vêm delineando um projeto político-educativo compatível com a reforma global do Estado brasileiro. Tal situação tem por objetivo reestruturar o sistema educacional por meio da descentralização administrativa e financeira, através de uma redefinição do papel das instâncias municipais e escolares na oferta dos serviços na área de educação.” Vieira (2001:28)

Após a reforma do Estado, ocorrida na metade dos anos 90, surge a necessidade de um novo modelo de educação. Para tal, são desenvolvidas políticas educacionais que, segundo o discurso oficial, têm como prioridade o atendimento à parcela da população que se encontra em situação desfavorecida, não só na questão do acesso, mas também quanto à qualidade do ensino oferecido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 instituiu a Educação Básica dividida em diferentes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em decorrência da Emenda Constitucional nº 14/96, o Ensino Fundamental foi priorizado, estabelecendo-se a adoção de políticas de planejamento e financiamento, o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que pressupõem a descentralização de ações administrativas e a divisão de recursos públicos destinados à educação no âmbito federal, estadual e municipal. Essa divisão de recursos consiste no repasse para os municípios, tomando como parâmetro a

quantidade de alunos atendidos na faixa de 7 a 14 anos, sendo que anualmente é estabelecido um custo mínimo aluno/ano. Tal política trouxe como consequência a municipalização, já que o atendimento ao Ensino Fundamental é colocado como prioridade do município, de acordo com o que está previsto na legislação educacional.

A questão da municipalização abriu um debate que apresentou pontos diversificados, Di Pierro, comenta os dois pontos,

O debate sobre a municipalização do Ensino Fundamental está polarizado. Seus críticos ponderam os limites financeiros e técnicos de grande parte dos municípios brasileiros para prover uma educação de qualidade às camadas populares e atribuem às oligarquias arcaicas posicionadas na esfera local de poder a carga histórica maior de clientelismo, fisiologismo e corrupção; nesta linha de interpretação, a estratégia de municipalização da educação implica retrocesso político, riscos de privatização de recursos públicos e dificuldades adicionais à democratização de um ensino de qualidade. Os defensores da municipalização argumentam que a administração realizada no local, favorece a participação popular na gestão, ampliando o controle social sobre os serviços, o que resulta em maior eficácia e pertinência do sistema de ensino, bem como amplia a transparência no emprego de recursos públicos". (1996:19)

O estabelecimento da prioridade em relação ao Ensino Fundamental tem resultado em uma elevação na quantidade de concluintes dessa etapa de Educação Básica, sendo que, entre os anos de 1990 e 1998, houve um crescimento de 124,3%⁷, além da redução gradativa na rede escolar paulista da porcentagem de alunos defasados, pois, em 1999, 44,2% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental estavam na faixa etária de 15 a 17 anos, enquanto que, em 2003, a porcentagem caiu para 26,5%⁸. Em consequência da prioridade que é atribuída ao Ensino Fundamental, há uma expansão gradativa das matrículas no Ensino Médio, conforme dados extraídos da Série Histórica – Departamento de Indicadores de Gestão Educacional – SEE.

TABELA 2 – Matrícula inicial no ensino Médio da Rede Estadual / SE do Estado de São Paulo de 1995 a 2003

Ano	Estadual SE
1995	1.179.297
1996	1.242.262
1997	1.378.321
1998	1.529.238
1999	1.672.915
2000	1.739.563
2001	1.712.931
2002	1.750.197
2003	1.780.465

Fonte: Série Histórica-SEE

Os dados permitem concluir que, em 1995, estavam matriculados no Ensino Médio, na rede pública estadual paulista, 1.179.297 alunos, enquanto, em 2003, eram 1.780.465, o que demonstra um crescimento de 601.168 matrículas, representando, em termos percentuais, um crescimento de 11,5%, no período de 9 anos.

Outro fator, que também contribuiu para a expansão do Ensino Médio, foi a proposta da educação profissional, exigida pelas alterações introduzidas na organização do trabalho, que produziram elevadas taxas de desemprego, levando os trabalhadores a buscarem maior escolaridade, seja no Ensino Médio regular, ou na Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, na expectativa de construir competências e habilidades exigidas para retorno ao mundo do trabalho.

Em decorrência desse novo cenário, o Ensino Médio passa a adquirir um novo perfil, ou seja, preparar o jovem para responder às novas exigências de uma educação na qual o cidadão “aprenda a conhecer, aprenda a conviver, aprenda a

fazer, aprenda a ser”, conforme orienta a UNESCO em seu relatório da Reunião Internacional sobre Educação para o século XXI.

Com base nos princípios norteadores estabelecidos pela legislação educacional, a organização curricular está estruturada em uma base nacional comum e em uma parte diversificada. A base nacional tem seu currículo assentado em áreas (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias), no Ensino Médio regular diurno, noturno e, também, na Educação de Jovens e Adultos, ocorrendo variação apenas quanto à questão da carga horária de cada modalidade de ensino e, também, quanto ao período diurno e noturno.

Dentro da política oficial, o Estado de São Paulo elaborou o “Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio”. Este programa é financiado pelo Ministério da Educação, através de recursos do convênio Secretaria de Estado da Educação – SEE - SP/ MEC/ BIRD, com base no que determinam as diretrizes nacionais, tendo como eixo central a melhoria da qualidade do Ensino Médio, procurando ampliar as alternativas de atendimento a grupos menos favorecidos da população que estão chegando hoje ao Ensino Médio, com possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho.

No “Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio”, estão definidos os princípios gerais, como a organização e o desenvolvimento do currículo para as escolas estaduais. Está previsto o Núcleo Básico (N.B.) que “define a organização curricular comum a todas as escolas de Ensino Médio da rede estadual” e o Núcleo Básico Complementar (N.B.C.) que “permite ampliar e diversificar as oportunidades de desenvolvimento de competências nas diferentes áreas do conhecimento, segundo opção da escola”, ambos da Base Nacional Comum do currículo. Há, ainda, o Núcleo de Demandas Específicas (N.D.E.), que corresponde à Parte Diversificada do Currículo, devendo permitir o desenvolvimento de competências para inserção do aluno no mundo das relações das práticas sociais e no mundo do trabalho.

Ainda no documento apresentado pela Secretaria de Estado da Educação,

são apresentados quadros curriculares dos períodos diurno e noturno, como expressão dos princípios gerais do programa e do currículo, apresentando 75% da carga horária anual destinada à Base Nacional comum e 25% à Parte Diversificada do Currículo. “No entanto, segundo a proposta pedagógica de cada escola, há abertura para enfatizar esta ou aquela área do currículo”. São apresentados quadros em níveis de competências na definição do currículo do Ensino Médio, sendo que, no período noturno, a definição que cabe à Secretaria da Educação é de 71,7%, competindo à escola a definição dos restantes 28,3%.

Também estão previstas ações para implementar projetos escolares, os quais receberão recursos financeiros destinados à aquisição de materiais didático-pedagógicos; implementação de projetos de educação continuada para a equipe escolar; promoção de projetos juvenis; realização de pequenas reformas e ampliações.

A participação na elaboração final do quadro curricular e na decisão quanto aquisição de materiais, requer um diagnóstico da realidade, o que já é comentado por Kuenzer, como se pode perceber, no fragmento abaixo:

cabe à escola a elaboração de um projeto político-pedagógico, com base num amplo e aprofundado processo de diagnóstico, análise e proposição de alternativas, cuja elaboração requer a participação efetiva de todos os envolvidos: comunidade, pais, alunos e professores. Esse processo deverá contemplar as características da região, as demandas da comunidade em que a escola está inserida, as características e necessidades do aluno, a capacidade da escola no que diz respeito a recursos humanos, equipamentos, espaço físico e possibilidades de articulações interinstitucionais que permitam ofertas diversificadas e de melhor qualidade... O Ensino Médio, assim concebido, poderá ter seu projeto pedagógico contemplando diferentes conteúdos em diferentes modalidades para atender as especificidades de seus jovens clientes, diferentes e desiguais social e economicamente”.(Kuenzer,2000:47)

Registra-se um aumento do número de matrículas no Ensino Médio explicadas pelas políticas educacionais e pela reforma da educação profissional.

De acordo com dados do MEC, de 1998:54,8% das matrículas do Ensino Médio são noturnas⁹, apontando provavelmente para a oferta de ensino de qualidade

9 <http://www.inep.gov.br>

questionável, restringindo-se ao espaço da sala de aula e não avançando em termos do que está estabelecido na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Parecer CNE/ CEB nº 15/98 e Parecer CNE nº 11/2000 e Resolução 3 da CEB/98, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos, apesar de perceber que a escola não trabalha com a sua realidade, os jovens e adultos procuram, cada vez mais a escola, o que pode ser constatado pelo aumento do número de matrículas, principalmente na Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa de Possani, sobre o processo de exclusão a que estão submetidos os alunos do período noturno, confirma o comentário acima, ao destacar que não há articulação entre a realidade do aluno e a forma como a escola trabalha:

“O tempo que os alunos ficam na sala de aula, na visão deles, muitas vezes é inútil, pois não é garantia de um tempo pedagógico propício para o conhecimento, para sedução do prazer de aprender. Obrigam-se a ouvir, durante um tempo em que seu corpo cansado já não responde mais aos comandos do cérebro, depois de quinze horas acordados, têm que "escutar" vários professores de áreas de estudo diferentes, falando de coisas que lhe parecem inúteis para o seu tempo, no trabalho, na casa etc.” (1999: 98)

TABELA 3 – Matrícula inicial no Ensino Médio da Rede Estadual /SE do Estado de São Paulo do período noturno de 1995 a 2003

Ano	Regular	Educação de Jovens e Adultos
1995	894.400	29.944
1996	889.810	-
1997	959.226	68.599
1998	1.026.360	142.187
1999	1.070.320	218.817
2000	1.053.107	279.396
2001	974.526	309.067
2002	934.219	240.954
2003	885.135	303.851

Fonte: Levantamento de Dados Educacionais LDE – CIE/ SEESP

De acordo com os dados da Tabela 3, de 1995 a 1999, registra-se uma tendência de aumento no número de matrículas. A partir do ano de 2000, constata-se uma tendência inversa, de redução, chegando-se ao ano de 2003 com um total de matrículas inferior ao número inicial, 894.400.

Já na Educação de Jovens e Adultos, verifica-se um aumento significativo, desde o ano de 1995, 29.944, até o ano de 2003, 303.851, o que em números absolutos representa um aumento de 273.907 matrículas que corresponde a um aumento de 1.014,73%.

A evolução na quantidade de matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos pode ser conseqüência das diferentes políticas educacionais adotadas pelo governo, legitimadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96. São os jovens e adultos, uns

com experiência de trabalho e outros que estão lutando por um emprego, os que irão constituir a clientela da Educação de Jovens e Adultos, a qual, por sua vez, se destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio, na idade adequada.

Considerando que o campo da Educação de Jovens e Adultos é bastante amplo, heterogêneo e complexo, o poder público tem atuado nele sob a forma de assistência técnica e financeira. Atualmente, como dispõe o artigo 8º § 1º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96, reserva-se à União o papel principal de articulador nessa área, entre os Estados e municípios, cabendo-lhe, entre outras funções, propor orientações, coordenar as iniciativas em curso e prover uma distribuição eqüitativa e racional dos recursos públicos. Aos Estados e municípios, compete a direta atuação.

O MEC possui atualmente um órgão vinculado à Secretaria de Educação Fundamental – SEF, que é a Coordenadoria da Educação de Jovens e Adultos – COEJA, encarregada de estabelecer parcerias e convênios com Estados, municípios e organizações não governamentais, avaliando cada projeto antes da concessão de recursos.

Os Estados, atualmente, estão mais voltados para o Ensino Médio, e os municípios, por estarem com maiores encargos no âmbito da Educação Básica - Ensino Fundamental - estão assumindo responsabilidades na área da Educação de Jovens e Adultos, neste nível.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser oferecida como um direito à cidadania e deve ser um compromisso de institucionalização, como política pública própria de uma modalidade dos Ensinos Fundamental e Médio. É importante que essa política pública seja articulada entre todas as esferas de governo e a sociedade civil, a fim de que a Educação de Jovens e Adultos seja assumida como obrigação regular, contínua e articulada de sistemas de ensino dos municípios, envolvendo os Estados e a União, sob a égide da colaboração recíproca.

A concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos, prevista na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 5.692/71, foi alterada, não estando

mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade específica, mas ao conceito de educação ao longo da vida, conforme está previsto na Lei de Diretriz e Base da Educação Nacional nº 9.394/96, em seus artigos 37 e 38, que a instituiu como modalidade de Educação Básica nas suas etapas fundamental e média. Tal alteração se deve à necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Dentre as grandes inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, estavam as diretrizes sobre o ensino supletivo, constantes do Capítulo IV, e a ampliação do Ensino de 1º Grau para oito anos de duração, além da obrigatoriedade do ensino profissionalizante para o 2º Grau.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) promoveu uma ampla divulgação do Ensino Supletivo – ES. Aliada a isso, a extensão do Ensino de 1º Grau para oito anos motivou uma intensa procura para obtenção de certificado de conclusão do Ensino de 1º Grau.

A expressão “Ensino Supletivo”, constante da referida Lei, afirmava que esse ensino se destinava a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído na idade própria”. A abrangência envolvia o processo de alfabetização, a continuidade do processo de escolaridade e a qualificação profissional.

As funções do Ensino Supletivo foram redefinidas pelo Parecer nº 6.99/71 do Conselho Federal de Educação, o qual destacava suas quatro funções: a Suplência (substituição do ensino regular pelos cursos supletivos), estabelecendo como idade limite 18 anos para certificação de 1º Grau e 21 anos para certificação de 2º Grau; o suprimimento, tendo por finalidade proporcionar estudos de aperfeiçoamento, atualização, especialização e treinamento profissional ou outras formas de educação permanente (complementação do inacabado por meio de cursos de aperfeiçoamento e de atualização); a aprendizagem e a qualificação. Estas últimas funções eram oferecidas aos jovens na faixa de 14 a 18 anos, sem que houvesse qualquer ligação com a escolaridade regular, visando apenas ao desenvolvimento profissional, o “fazer”. Os cursos eram organizados de acordo

com as normas próprias de cada Conselho Estadual de Educação. A nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 suprime qualquer referência aos cursos de aprendizagem e qualificação, deixando-os para a Educação Profissional.

No Estado de São Paulo, a Deliberação nº 23/83 do Conselho Estadual de Educação estabeleceu como limite a idade mínima de 19 anos para matrícula no 2º Grau. O curso estava estruturado em 2 anos, sendo o 1º um equivalente à 1ª série do 2º Grau em um ano, e o 2º e o 3º termos em um semestre cada termo. Assim, ao final do curso, o aluno deveria ter cursado o mínimo de 1.440 horas, com a duração de 45 minutos cada aula. O currículo era composto do Núcleo Comum e das disciplinas do artigo 7º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 5.692/71.

Como foi visto, com a finalidade de ampliar a escolaridade da população brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/ 71 ampliou a oferta do Ensino Supletivo. O exame supletivo, já iniciado na legislação anterior, possibilitou que as pessoas, que já possuíam conhecimentos, os chamados autodidatas, a oportunidade de ratificar o seu conhecimento. Atualmente, os exames acontecem uma vez por ano, geralmente, em um final de semana, no mês de dezembro.

Na cidade de Santos, há pelo menos uma escola por bairro, sediando o exame supletivo . O aluno tem a oportunidade de eliminar todas as disciplinas que fazem parte do currículo e obter o certificado de conclusão do nível de ensino pretendido, ou de eliminar algumas disciplinas. A eliminação dessas disciplinas tem validade para prosseguimento de estudos.

Outra modalidade, presente no Estado de São Paulo, os Centros de Ensino Supletivo - CEES, perfazem um total de 20, sendo que, na cidade de Santos, existem dois, localizados um zona na leste e outro na zona noroeste. Atendem a jovens e adultos que não tiveram a possibilidade de freqüentar a escola na idade adequada. Estão estruturados de acordo com a legislação, são flexíveis, ou seja, não exigem freqüência diária e atendem, principalmente, às pessoas que não dispõem de um período de tempo para freqüentar a escola, mas

precisam ampliar sua escolaridade; no entanto, isso não impede que alunos que dispõem de tempo freqüentem normalmente, com o objetivo de desenvolver sua sociabilidade e construir o conhecimento de forma coletiva. Os alunos cursam o módulo de uma disciplina, de acordo com sua opção, e recebem orientações, de acordo com o seu ritmo próprio de aprendizagem.

Dentre as políticas educacionais colocadas em vigor, a partir da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96, deve-se citar a redução da idade para matrícula na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o que foi oficializado através de uma Deliberação do Conselho Estadual de Educação, a qual determina, como idade mínima para matrícula no Ensino Médio – Educação de Jovens e Adultos, 17 anos, e para conclusão, 18 anos, possibilitando a opção dos mais jovens pela modalidade Educação de Jovens e Adultos, levando os jovens que possuem um pequeno atraso em sua escolaridade a uma aceleração da última etapa da Educação Básica, os quais deveriam ser incentivados a recuperar essa defasagem e não estimular a passagem pela escola. Segundo Haddad, “o caráter excludente dessa medida encontra eco no dispositivo da L.D.B. que rebaixa a idade mínima para jovens e adultos submeterem-se a exames supletivos, fixando em 15 e 18 anos, nos casos respectivos de ensino fundamental e médio. Substituem-se, dessa forma, processos educativos por diplomação e reforça-se a privatização do ensino nessa modalidade, já que não se garante a oferta pelo poder público. (1997:37)

Quanto à questão da elaboração do currículo, durante a vigência da antiga legislação educacional, já era destacada a necessidade de se considerar o universo cultural e social do alunado, o que é reforçado pelos resultados da pesquisa, realizada por Bortoli, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1985.

A educação de adultos deve partir necessariamente das situações de vida em que se encontrem os alunos. Assim, na elaboração de um currículo, a ênfase não deve ser a da escola tradicional cujo foco central eram os conhecimentos adquiríveis pelos alunos e, sim, a elaboração de situações de experiências capazes de provocar mudanças de conduta, de acordo com as exigências da vida. Os resultados a que se chegou indicam a necessidade de se

adequar o ensino noturno ao seu aluno, uma vez que o que está sendo oferecido não corresponde ao que ele espera e precisa, para desenvolver-se como pessoa e como profissional. Assim, o aluno seleciona a escola que deseja frequentar, muito mais pela sua localização do que pela qualidade que possa oferecer (1985:41)

A educação escolar propicia um espaço democrático de conhecimento com vista a uma sociedade menos desigual e que enseje outras modalidades mais amplas de liberdade. Outros desdobramentos podem ser esperados da universalização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como por exemplo, a possibilidade de que mais cidadãos possam se apropriar de conhecimentos avançados tão necessários para consolidação de pessoas mais solidárias e de países autônomos e democráticos, num mercado de trabalho em que a exigência do Ensino Médio vai se impondo cada vez mais.

Em consonância com essas desigualdades, o Parecer CNE/CEB nº 15/98 assim define o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos:

São adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do Ensino Médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto sócio economicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente sub-representados nessa etapa da escolaridade.

Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos não se reduz a um processo de alfabetização, mas objetiva formar o leitor em múltiplas linguagens visuais, juntamente com as dimensões do trabalho, da cidadania e das experiências de vida e de trabalho de cada aluno.

Numa sociedade onde ocorrem grandes mudanças e inovações nos processos produtivos, além do exercício da cidadania, a educação é um imperativo.

O relatório Jacques Delors para a UNESCO reforça essa concepção:

Uma educação permanente, realmente dirigida às necessidades das sociedades modernas não pode continuar a definir-se em relação a um período particular da vida – educação de adultos, por oposição à dos jovens, por exemplo – ou a uma finalidade demasiado circunscrita – a formação profissional, distinta da formação geral. Doravante, temos de aprender durante toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros. (2001:89).

Os preceitos constitucionais focalizaram o atendimento ao Ensino Fundamental, na faixa de 7 a 14 anos, porém a Educação de Jovens e Adultos não foi contemplada, ou seja, os municípios não recebem recursos para o atendimento de alunos nesta modalidade de ensino, o que diminui a possibilidade de oferta como se faz necessário, isto é, com investimentos, o que conduz à qualidade.

Segundo Pavan, "A Lei nº 9.424/96, que regulamenta o Fundo, excluiu a modalidade suplência, não por decisão da sociedade, mas por decisão única do Executivo Federal através do poder de veto presidencial.

O Presidente da República vetou o inciso II do parágrafo 1º do artigo 2º, o qual dispunha que seriam consideradas, para efeito de distribuição de recursos,

as matrículas de Ensino Fundamental nos cursos de Educação de Jovens e Adultos na função suplência" (art. 2º parágrafo 1º, inciso II), a modalidade que tem sido oferecida sobretudo nos municípios. Ora, já que tanto a Constituição como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional garantem a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria, esse veto só se justifica por uma razão econômica, ou seja, a manutenção do inciso II implicaria a obrigação de a União aumentar sua contribuição para os Estados que não atingissem o mínimo per capita nacionalmente estabelecido, não por mera coincidência, os mais pobres da Federação, concentradores de altos índices de analfabetismo (Pavan,1998: 36.37)

Os estudos realizados por Di Pierro sobre a análise da Educação de Adultos apontam

a hipótese de que sua marginalidade no interior das políticas educacionais resulta, de um lado, da escassa força de pressão e negociação da clientela face ao Estado e, de outro, que seus resultados não são significativos para os propósitos do Estado na promoção do desenvolvimento. Assim, as decisões de impulsionar políticas de educação de adultos não seriam determinadas pelas demandas de seus potenciais beneficiários, em virtude de sua debilidade política e, sim, por interesses formulados por iniciativa unilateral do Estado. No campo dos interesses políticos do Estado, a implementação de políticas de educação de adultos responderia aos propósitos de prevenir ou manejar conflitos atuais ou potenciais de natureza estrutural ou conjuntural.... No campo dos interesses econômicos, as políticas de educação de adultos responderiam aos objetivos de incorporação de novos grupos sociais à produção e ao consumo modernos e de adequação da força de trabalho às exigências do processo produtivo. Com respeito aos interesses educativos do Estado, as políticas de educação de adultos teriam os propósitos de elevar os conhecimentos e dinamizar a cultura dos setores populares com vistas a consolidar a coesão social e a unidade nacional, melhorar as condições de vida dos setores populares enfatizando sua capacidade de autopromoção ou impulsionar sua participação social e formas de organização (1996: 15).

A legislação ainda incorpora outros dispositivos que visam assegurar aos jovens e adultos condições mais favoráveis de aprendizagem. Assim, a oferta do ensino noturno regular, adequada ao perfil dos alunos, tornou-se dever do Estado que deve adequar o ensino oferecido nesse turno às condições do aluno trabalhador.

Ao procurar criar condições para cumprir o disposto na legislação, foram levados em conta mecanismos específicos e o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Primeiramente, esses alunos, por serem mais velhos ou adultos, têm uma vivência maior, o que permite uma adaptação a situações divergentes, ao contrário dos que cursam o ensino regular e que estão em conformidade com a relação faixa etária/ série escolar, e que, muitas vezes, por conta de serem muito jovens, apresentam dificuldades na questão relacional.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são jovens e adultos, muitos são ou foram trabalhadores, com experiência profissional, desejosos de ingressar ou voltar ao mercado de trabalho, com uma maturidade e visão própria do mundo, ou seja, desenvolveram uma sociabilidade no exercício cotidiano da sua atividade profissional, ao transitar pela sociedade e, por conta disso, apresentam saberes, os quais a escola não valoriza. Assim, o que esse aluno busca na escola é a oficialização desses saberes.

Nem todos, porém, foram, estigmatizados pela exclusão sócio-econômica. Há aqueles que, oriundos de estratos sociais privilegiados, por razões diversas, como as sócio-culturais, por exemplo, não lograram sucesso nos estudos.

Os estudos publicados por Carvalho descrevem o perfil ocupacional do grupo. Nota-se que:

a maioria dos matriculados realmente trabalha, sendo que os não assalariados também participam da composição da renda familiar ainda que de forma indireta. Há uma preferência pelo setor terciário...muitos pretendem, mediante a escolarização, conseguir empregos melhores em escritórios ou atingir profissões liberais ..."Quanto à idade dos alunos, em geral começaram a trabalhar muito cedo ...Também é maior a proporção de meninos mais novos em relação às meninas. Todos trabalham no mínimo oito horas diárias... (1984:47)

O estudo realizado por Haddad (2002) possibilitou a publicação de várias pesquisas, as quais focalizam o perfil do aluno do Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos:

São indivíduos que, juntamente com seus familiares, estão marcados por "carências" socioeconômicas e "culturais". Como alunos, além da carência material, apresentam também carências afetivas e falta de participação nos processos de decisão dos rumos que serão dados ao seu destino profissional e societário (Guimarães, apud Haddad, 2002:49) Há uma inserção cada vez maior de jovens nos programas de Educação de Jovens e Adultos. (Marques, apud Haddad, 2002:49) Já entre os mais jovens, ainda há uma busca do processo de socialização na escola, tão

difícil de se dar no âmbito das comunidades locais (Marques, apud Haddad,2002:49)

Da parte dos alunos, muitos se consideram incapazes e fracos, introjetando a concepção da ideologia dominante do fracasso entre os alunos do noturno como inevitável”. (Kalaf, apud Haddad,2002:49)

Foi identificada, também entre os alunos do noturno, principalmente do Ensino Médio, uma visão individualista e utilitarista da educação. A escola deve certificar e preparar para o trabalho – nada mais (Pereira, apud Haddad, 2002: 49)

A Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação promoveu, em junho de 2003, um Seminário “Ensino Médio: Construção Política”, o qual possibilitou um avanço na construção coletiva de uma política para o Ensino Médio, segundo avaliação dos organizadores, estabelecendo um diagnóstico referente ao aluno do noturno e suas especificidades. Nesse documento, destacam a necessidade do jovem de estudar no período noturno para que possa trabalhar durante o dia com a finalidade de complementar a renda familiar ou para firmar a sua independência financeira. Os jovens que estão fora do mercado de trabalho precisam do período diurno para buscar uma ocupação, o que tem se constituído em uma tarefa complexa, daí a causa freqüente da participação de jovens, tanto no mercado informal, como no exercício de atividades de estágio que, muitas vezes, opta por estudantes apenas por eles receberem baixos salários e não possuírem direitos trabalhistas. Também existem aqueles que gostam do noturno por prevalecer um clima mais adulto e descontraído. Há ainda uma parcela que acredita que seja mais fácil ser aprovado nas disciplinas, já que os professores teriam uma certa tolerância com a falta de tempo dos alunos para estudar.

Ainda segundo as conclusões obtidas durante o Seminário, existe uma heterogeneidade no ensino público, acentuada no ensino noturno; daí a necessidade de conhecer as características sociais, culturais e econômicas específicas dos alunos para, a partir daí, desenvolver uma estratégia de educação.

Outro aspecto a se considerar é que essa modalidade, pelo fato de contar com a presença dos alunos em sala de aula, oferece as vantagens de um melhor acompanhamento, de uma avaliação sistemática e de uma convivência social com outros alunos que trazem para o ambiente escolar experiências ricas e diversificadas de vida.

Apesar dos aspectos explicitados, Possani, em pesquisa realizada, localizou uma realidade diferente na escola:

há mecanismos internos de exclusão. Entre estes mecanismos, destacam-se: o espaço da escola, incapaz de acolher e de proporcionar aos alunos um tempo pedagógico favorável; o tempo da escola, visto como um tempo diferente daquele do aluno e que parece correr em direção contrária à sua; os conteúdos desligados da vida dos alunos e distantes de sua necessidade; a avaliação vista como um instrumento de poder nas mãos do professor, que os julga e os afasta de sua possibilidade de continuar os estudos; a cultura profissional dos professores, que lhes atribui um papel de donos do saber a ser trabalhado e detentor de decisões em relação à escolha destes saberes, bem como à forma de avaliar o que foi (ou não) “aprendido” pelos alunos, sem a preocupação de avaliar “o que “ e “como “ este foi “ensinado” ; a estrutura da escola, que não permite aos alunos um espaço de aprendizado e de socialização favoráveis à sua idade e modo de vida (1999:176).

Em relação aos padrões de validade e qualidade dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, é importante destacar que eles devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos que, por serem obrigatórias, significam a garantia da base comum da educação nacional e o padrão a ser exigido nos cursos para efeito de aferição de resultados e do reconhecimento dos certificados de conclusão.

Quanto às relações entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (artigo 24, II, c) tornou-as mais flexíveis, prevendo que o Ensino Fundamental não é condição absoluta para o ingresso no Ensino Médio. Observadas as normas vigentes, é possível ingressar no Ensino Médio depois de se verificar e avaliar a capacitação do aluno, embora essa não

seja a via organizacional comum da educação nacional. É necessário permanecer fiel ao caráter obrigatório e imprescindível do Ensino Fundamental na faixa de 7 a 14 anos.

Dadas as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos, depreende-se que as unidades escolares que oferecem essa modalidade de educação devem ter uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos, estimule as suas potencialidades, promova a sua autonomia “de modo a torná-los sujeitos do aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver”. (Parecer CNE nº 11/2000:216).

Um ensino com tais singularidades e objetivos ambiciosos exige, por parte do corpo docente, uma sólida formação e alta competência, além de carga horária adequada e classes com número reduzido de alunos, de modo a permitir uma avaliação contínua para acompanhar o progresso alcançado, a identificação de carências, o aproveitamento de outras formas de socialização e a formulação de uma programação pedagógica para superar os problemas existentes. Assim, de acordo com o artigo 25 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos e suas reais condições devem nortear a organização do projeto pedagógico das escolas.

Segundo o referido artigo, a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O artigo 61, por sua vez, evidencia que a formação de profissionais da educação deva atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando.

O preparo específico de um docente que vai atuar na educação de jovens deve ser acrescido dos conhecimentos relativos à complexidade do ensino de adultos, que é o diferencial dessa modalidade de ensino. Além do preparo técnico, esse profissional deve ser dotado de sensibilidade para interagir com os alunos e propiciar o exercício do diálogo. Enfim, a formação qualificada do docente é condição essencial para evitar o desestímulo, a evasão e novo fracasso escolar.

Por essa razão, os docentes deverão estar preparados e qualificados para planejar e executar projetos pedagógicos adequados às expectativas e características dessa clientela, o que se contrapõe aos resultados dos estudos realizados por Castro:

“Professores e corpo técnico estão distantes das condições concretas dos alunos trabalhadores que buscam o ensino noturno. Não há formação específica para atuar com esses alunos. Algumas instituições formadoras de profissionais da educação apontam a necessidade de contemplar em seus currículos um espaço específico para discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, enfatizando a questão do papel do educador como profissional(Castro apud Haddad 2002: 49).

Alguns profissionais, ao perceberem que sua formação é insuficiente para atender a demanda do ensino noturno, buscam esse conhecimento necessário, porém, sem uma reflexão teórica e sem um diagnóstico da realidade do seu aluno e do próprio curso. A mudança da prática requer um conhecimento desta, através do levantamento de dados reais, analisados à luz de uma teoria crítica, o que permitirá a formulação de uma concepção que permita a concretização de objetivos definidos anteriormente. Os estudos de Cruz, confirmam essa idéia:

sejam oriundos dos cursos normais ou de faculdades, os professores do ensino noturno não foram preparados para atuar junto à clientela jovem e adulta. Adquirem experiência aprendendo na prática diária de sala de aula, literalmente na base do ensaio erro... quando o professor atua nos dois segmentos – noturno e diurno – a tendência dele é transportar para o segmento noturno tudo o que ele faz no diurno como forma de facilitar seu trabalho. Alguns inclusive defendem esta atitude, alegando elevar o nível dos alunos, já que o diurno é mais forte, e os alunos vão ter que enfrentar os concursos lá fora”. (Cruz, apud Haddad 2002:34)

A discussão sobre a questão da importância da formação docente para a qualidade da educação é antiga, porém, nos últimos anos, tem sido alvo de reflexão constante, sendo atribuída a esse aspecto a responsabilidade pelos

grandes obstáculos do sucesso escolar: evasão, retenção, avanço na escolaridade, sem o conhecimento desejado etc. A formação tem sido apontada como falha até na questão da ampliação do universo cultural, assim como no acesso às novas tecnologias para aquele que se encontra no processo de formação.

O texto “A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas”, Placco e Silva (2004) formulam uma questão: Que dimensões contêm a formação de um professor? E respondem que a formação não pode ser pensada apenas sob uma única direção e, sim, considerando diferentes dimensões: A dimensão técnico-científica contempla formação relacionada à área do conhecimento, porém garantindo uma flexibilidade com vistas para ampliações do campo conceitual, considerando as mudanças, os avanços em todos os campos do conhecimento humano. A dimensão da formação continuada, o profissional deve estar em constante processo de aprendizagem, continuar pesquisando, questionando sua área do conhecimento, buscando novas informações, analisando-as e incorporando-as à sua formação básica. O processo de formação continuada envolve flexibilidade, interesse pela pesquisa, os quais constituem-se bases importantes na formação continuada. A dimensão do trabalho coletivo e da construção coletiva do projeto pedagógico possibilita a formação do aluno e do cidadão, o que só é possível com um trabalho significativo que envolva todos os segmentos da escola professores. A dimensão dos saberes para ensinar abrange outros conhecimentos produzidos pelo professor sobre seus alunos, relacionados aos procedimentos didáticos, aos aspectos afetivo-emocionais, aos objetivos educacionais e seus compromissos como cidadão e profissional. A dimensão crítico-reflexiva trata de perceber as ações que realiza, avaliá-las e modificá-las em função da percepção e avaliação que são questões fundamentais e sensíveis na formação do professor. A dimensão avaliativa circula nas demais dimensões da formação. O professor deve desenvolver habilidades de coletar, trabalhar, analisar e levantar hipóteses a respeito dos dados, encaminhando propostas e soluções para as questões encontradas.

Muitos desses jovens e adultos sentem-se motivados a ir à escola para aprender. Eles buscam dar uma significação social para as suas competências, articulando conhecimentos, habilidades e valores. Pode-se observar que vários deles estão na faixa etária próxima à dos docentes. Estes aspectos fazem parte dos princípios constantes da legislação educacional,

“O art. 4º VI, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional impõe a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; e, no inciso VII, a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional refere-se também ao fato de que a base comum e diversificada do currículo deve considerar as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Em consequência, as licenciaturas e outras habilitações, ligadas aos profissionais do ensino, devem considerar, em seus cursos, a realidade da Educação de Jovens e Adultos.

Na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as referências ao trabalho têm um significado especial para quem já é trabalhador. Os artigos transcritos a seguir ilustram o que foi dito e devem ser vistos sob a especificidade da Educação de Jovens e Adultos.

“§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (artigo 1º).

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (artigo 35).

Portanto, embora deva permanecer na observância dos pareceres CEB/CNE nº 4/98 e 15/98 e das respectivas Resoluções CEB/CNE nºs 2/98 e 3/98, a Educação de Jovens e Adultos não deve perder as suas especificidades. Os princípios da contextualização e do reconhecimento de identidades pessoais e

das diversidades coletivas devem formar as diretrizes nacionais dos conteúdos curriculares da Educação de Jovens e Adultos.

A orientação expressa no Parecer CEB nº 15/98 para o Ensino Médio, em geral, ganha mais força com os alunos da Educação de Jovens e Adultos que, em sua maioria, são trabalhadores.

O trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular (...) O significado desse destaque deve ser devidamente considerado: na medida em que o Ensino Médio é parte integrante da educação básica e que o trabalho é o princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional da educação geral acadêmica, ou melhor dito, academicista. O trabalho já não é mais limitado ao ensino profissionalizante. Muito ao contrário, a lei reconhece que nas sociedades contemporâneas, todos, independentemente de sua origem ou destino profissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho...”

Ora, as expectativas e experiências de jovens e adultos geralmente não são coincidentes. Em decorrência, na formulação dos projetos pedagógicos, devem-se prever momentos de homogeneidade ou heterogeneidade entre os grupos para atender a essa distinção. Não seria nem legal nem ético tratar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem ou crianças ou adolescentes. Isso é o que significa zelar pela aprendizagem (artigo 13, III da LDB) e os estabelecimentos de ensino são dotados de autonomia para formular projetos pedagógicos próprios e específicos para os cursos noturnos regulares e os da Educação de Jovens e Adultos.

No Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos deverá atender aos conhecimentos das áreas curriculares de Linguagem e Código, de Ciências da Natureza e Matemática, das Ciências Humanas e respectivas Tecnologias, de acordo com o Parecer CEB nº 15/98 e Resolução CEB nº 3/98.

As políticas educacionais, que foram implementadas pelo governo do Estado de São Paulo, e colocadas em vigor, na Cidade de Santos, a partir de 1995, influenciaram a demanda do Ensino Médio, tais como: Municipalização,

Classes de Aceleração, Progressão Continuada, Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Fixação de Carga Horária diferente para o período diurno e noturno nas modalidades Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A municipalização, realizada na cidade de Santos, permitiu a reorganização das redes municipal e estadual. Alguns prédios foram transferidos em sua totalidade para o município e outros foram divididos ao meio, transformando-se em duas escolas, uma municipal e outra estadual. A rede municipal passou a atender, quase que em sua totalidade, a demanda de 1ª a 4ª série do ciclo I, o que abriu espaço para o atendimento ao Ensino Médio, no período diurno. Em 1995, estavam matriculados 4.635 alunos no Ensino Médio diurno em 14 escolas, enquanto em 2004 estão matriculados 7.707 alunos em 21 escolas. Portanto, como se pode notar, houve um crescimento de 3.072 alunos que corresponde a 66% em relação ao número de matrículas e de 50% na quantidade de escolas que oferecem o Ensino Médio, no período diurno.

Outra política adotada pelo governo estadual foi a Correção do Fluxo Escolar, a qual se concretizou diretamente através das Classes de Aceleração.

As Classes de Aceleração, segundo o discurso oficial, têm o objetivo de eliminar a defasagem entre a série e a idade regular da matrícula de 1ª à 8ª série, em virtude de um histórico de evasão e de retenção dos alunos. Consiste em identificar o que é fundamental em termos de conceitos, habilidades, hábitos ou valores para continuidade dos estudos. A metodologia de ensino proposta para esse projeto está concebida na utilização de formas de trabalho que possam abranger atividades diversificadas que favoreçam a participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, enfatizando processos de conhecimento e o desenvolvimento de sentimentos de segurança e auto-estima.

Para a Secretaria de Educação, o oferecimento dessas modalidades e sua expansão devem propiciar a quitação de uma dívida social, além de permitir que esses alunos avancem em sua escolaridade, possibilitando o acesso ao Ensino Médio.

De acordo com dados do Censo Escolar MEC, há na rede escolar estadual paulista uma redução gradativa da porcentagem de alunos defasados, pois, em 1999, 44,2% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental estavam na faixa etária de 15 a 17 anos, enquanto, em 2003, a porcentagem caiu para 26,5%. Por outro lado, no Ensino Médio, verificou-se se um aumento gradativo na porcentagem de alunos da faixa etária de 15 a 17 anos, que é a idade prevista para esse nível de ensino, passando de 55,8%, em 1999, para 73,5%, em 2003.

A Progressão Continuada assegura o avanço contínuo do aluno quanto à sua escolaridade. Esta medida substituiu a seriação do Ensino Fundamental por dois ciclos. O Ciclo I de 1ª a 4ª série e o Ciclo II de 5ª a 8ª série. As avaliações com vista à promoção ou à retenção são realizadas ao final de cada ciclo. No processo escolar, são determinadas ações que possibilitam a recuperação de conteúdos e conduzam à aprendizagem. Para os críticos do atual governo, essa medida é denominada promoção automática, e é responsabilizada pela “queda” da qualidade do ensino público estadual, o que é confirmado por Oliveira (2002:61),

o que se tem observado, sobretudo a partir de depoimentos dos profissionais da educação, é que mesmo onde a organização é, em tese, em série, há uma forte orientação (em alguns depoimentos de professores, até mesmo obrigação) de não retenção dos alunos. A crítica inversa pode se fazer para as escolas que optaram por ciclos. Nestas, embora as formas de avaliação tenham mudado (ou em alguns casos deixado de existir), as condições de reciclagem do ensino permanecem as mesmas do modelo seriado.

Para que ocorram mudanças efetivas e conseqüentes na organização escolar, deve-se levar em conta alguns aspectos como: capacitação dos professores, a garantia de um padrão satisfatório de condições materiais nas escolas que contemplem mais e melhor o tempo de trabalho remunerado, o investimento em infra-estrutura adequada, tais como biblioteca, laboratórios e

outros espaços necessários para o trabalho pedagógico, destacando, que é essencial que seja aproveitado como um recurso para aprendizagem.

Freitas (2000:100) também externa suas críticas a essa medida. “..

tendo em vista a forma como a Progressão Continuada foi implantada nas escolas, sem ao menos ser antecedida de momentos de informação e formação dos/as professores/as, alunos/as e comunidade escolar, e as condições que limitam ou inviabilizam sua operacionalização, sobretudo naquelas em que se atende aos alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), o significado da aprendizagem se esvaziou à medida que “Progressão Continuada” se vinculou diretamente à idéia de “Promoção Automática”.

Ainda, segundo Freitas, outra crítica que pode ser feita ao Sistema de Progressão Continuada é o fato de não ter desenvolvido uma outra mentalidade no profissional da educação, em relação ao compromisso com a aprendizagem do aluno,

O Sistema de Progressão Continuada não conseguiu, ao menos, avançar no sentido de superar, entre os/as educadores/as, a tradicional mentalidade de se identificar o ato de aprender com resultados de promoção ou retenção. Avançou, sim, em disseminar a idéia de que “progredir na escolaridade” não implica estudo, compromisso e trabalho. Aos poucos, está se formando a mentalidade de que aprender e avançar na escolaridade não se vinculam à reprodução e reconstrução culturais, mas é suficiente “passar pela escolaridade” (Freitas,2000:100)

Outra política educacional implementada foram as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio por meio da qual se busca articular os saberes acadêmicos com os saberes necessários ao domínio dos princípios científicos e tecnológicos para a inserção no mundo da produção e para a formação do cidadão.

Em 1998, a Secretaria de Estado da Educação publicou a Resolução SE Nº 7, que estabelece diretrizes para a reorganização curricular dos cursos de

Ensino Médio da rede estadual de ensino, considerando o período de transição entre a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 e a atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96. Na realidade, esse período se prolongou até o final de 2004.

Esta legislação determinou o que é cumprido pela Escola Estadual noturna: uma carga horária de 20 horas semanais: 4 aulas diárias de 50 minutos, sendo que algumas disciplinas chegam a ser oferecidas apenas uma vez por semana, como é o caso das disciplinas que constituem a área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias, como Física, Química e Biologia, que dispõem de 5 aulas para serem distribuídas entre si, com exceção de Matemática que já tem seu número de aulas asseguradas, geralmente oscilando entre 3 ou 4 aulas semanais. Também já tem a quantidade de horas-aula determinada na grade curricular a disciplina de Língua Portuguesa que compõe a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Para o período diurno, até o final de 2004, eram oferecidas 25 horas-aula semanais, com 5 aulas diárias de 50 minutos, o que totaliza 1.000 horas anuais. A partir de 2005, são oferecidas 30 horas semanais, incluindo Educação Física, o que determina a oferta de 6 aulas diárias; o Ensino Médio regular, no período noturno, conta com 800 horas anuais, enquanto para a modalidade Educação de Jovens e Adultos são 1.200 horas durante todo semestre.

Na realidade, esta Resolução SE nº 7/98 apresenta alguns anexos que servem de modelo para a elaboração do Quadro Curricular do Ensino Médio regular, no período noturno, enquanto que para o período diurno, foi publicada a Resolução SE nº 11/2005 que estabelece o Quadro Curricular para o ensino médio diurno. o curso, sendo 400 horas por semestre.

Em resumo, na trajetória do sistema educacional brasileiro, houve uma fase inicial de seletividade, elitismo e academicismo que, posteriormente, pretendeu se superar com uma proposta generalizada de ensino profissionalizante contida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 5.692/71, que vigorou em nosso país durante um quarto de século, tendo-se mostrado, desde o início, um projeto de difícil implementação. Em função disso,

novas discussões foram tomando vulto entre legisladores, educadores e a própria sociedade, culminando na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 que se propõe a superar o dualismo entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, além de apresentar diversas inovações que visam a uma educação mais consentânea com a evolução que permeia todos os âmbitos da vida contemporânea.

Além dessa legislação educacional, várias medidas legais traduziram as políticas educacionais implantadas a partir de 1988, as quais têm contribuído para a universalização do Ensino Fundamental: a rápida expansão do Ensino Médio e a correção gradativa das distorções crônicas: evasão, repetência, defasagem, idade/série etc. - do nosso sistema educacional. Não obstante estas conquistas, muitos obstáculos ainda persistem, como por exemplo, a formação e preparo dos professores para o alcance da melhoria da qualidade do ensino e a inclusão da população que se encontra em situação desfavorecida.

5 - CONTEXTO LOCAL ONDE SE REALIZOU A PESQUISA

Antes de esboçarmos as características básicas da Escola Estadual Santista, julgamos interessante situá-la em seu contexto mais amplo - a Cidade de Santos - bem como introduzir algumas noções sobre a mesma e sobre a população da região.

Serão apresentadas informações básicas sobre a escola, como sua criação, em 1962, na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 4024/61, além das mudanças pelas quais passou em virtude da homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº- 5692/71 e da nº- 9394/96.

Seguem-se dados gerais sobre as instalações, recursos humanos e funcionamento da Escola Estadual Santista, .

Finalizamos o capítulo, comentando os dados sobre as matrículas no período de 1995 a 2004 na Escola Estadual Santista.

5.1 - A Cidade de Santos

A Cidade de Santos localiza-se na Ilha de São Vicente, no litoral do Estado de São Paulo. Faz parte de uma região conhecida por Baixada Santista, constituída pelos municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande.

Santos é a principal cidade da Baixada Santista. Desde o início, o Porto de Santos tem impulsionado o desenvolvimento da cidade, sendo responsável pela circulação de riquezas em diferentes períodos da economia paulista e brasileira, além da beleza natural da região como as praias, os jardins e toda a parte histórica. Está distante a apenas uma hora de carro da capital.

A cidade de Santos foi fundada em 1546, por Brás Cubas. O povoamento iniciou-se próximo ao porto, onde estão os monumentos históricos, expandindo-se em direção às praias. A partir do início do século XX, a orla marítima começou a se desenvolver com a construção de prédios,

inicialmente hotéis, que tinham por finalidade hospedar os que buscavam lazer. Posteriormente, instalaram-se os edifícios residenciais. Os jardins à beira-mar constituíram o cartão postal mais importante da cidade de Santos.

Desde a década de 90, com a reforma do Estado, a modificação dos meios de produção e o avanço das novas tecnologias, o Porto de Santos tem passado por um período acentuado de crises em relação à sua organização estrutural. Assim, suas máquinas tornaram-se obsoletas e houve redução da utilização da força humana, a qual foi substituída por novos equipamentos. Tais fatores resultaram no alto índice de desemprego na cidade. Essas causas também podem ser atribuídas ao pólo industrial de Cubatão que absorvia a quase totalidade da mão-de-obra da região. Com a privatização da Companhia Siderúrgica Paulista, houve redução tanto do número de empresas atuando nessa área, como do número de contratações. A partir desse período, instaurou-se a cultura do desemprego, o que também atingiu o comércio, com a redução dos consumidores e a queda nas vendas, praticamente extinguindo-se também as contratações nesse setor.

A crise do trabalho que afeta o Brasil, e principalmente, os países que estão em desenvolvimento, também é realidade na cidade de Santos.

Atualmente, a população santista é constituída, em grande parte, por pessoas aposentadas que se mudaram para a região em busca de qualidade de vida, por se tratar de uma cidade praiana. Os jovens, principalmente aqueles provenientes de uma classe social economicamente privilegiada, após terminarem os estudos, geralmente se deslocam para a capital ou para outras regiões do Estado e até do Brasil, em busca de possibilidades para ingressarem no mercado de trabalho.

Em 1995, após Mário Covas ter assumido o governo do Estado de São Paulo, teve início o processo de implantação das reformas na área de educação..

Na época, a Delegacia de Santos tinha sob sua jurisdição 27 escolas estaduais, todas oferecendo o 1º e o 2º Graus, o que propiciava o funcionamento de grande parte do Ensino Médio, no período noturno, pois o período diurno era reservado para o atendimento das séries do 1º Grau.

Atualmente, a Diretoria de Ensino de Santos tem sob sua jurisdição 78 escolas estaduais, distribuídas entre os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e Bertioga. A Delegacia de Ensino do Guarujá, que abrangia Guarujá, Cubatão e Bertioga, foi extinta em função da reformulação dos órgãos administrativos da Secretaria de Estado de Educação.

No início desse trabalho buscou-se circunscrever o presente estudo à última etapa da educação básica que é o Ensino Médio. Este, por sua vez, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor, pode ser oferecido regularmente ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Feito o levantamento das escolas no município de Santos, junto à Diretoria de Ensino, constatamos que, no presente, das 27 escolas estaduais que oferecem o Ensino Médio, só 9 atendem a este critério, ou seja, oferecem Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. Optamos pela Escola Estadual Santista pelo fato de ter sido uma escola que atendeu uma demanda intensa no passado e que hoje está reduzida em quase 50% do que era anteriormente, o que pode ser ilustrado pelas tabelas que demonstram a movimentação das matrículas na Escola Santista, no período de 1995 a 2004, que será apresentado posteriormente. No momento, essa escola conta com 672 alunos freqüentando o período noturno.

5.2 - A Escola Estadual Santista

Como o foco de nosso interesse para esse estudo é o Ensino Médio, em ambas modalidades – regular e Educação de Jovens e Adultos – no período noturno, esse foi o critério adotado para escolha da escola na qual seria realizada a pesquisa.

Trata-se de uma escola pública estadual e, para preservar seu anonimato e das pessoas que lá estudam ou trabalham e que contribuiriam com esse trabalho, será denominada “Escola Santista”.

A Escola Santista pertence à rede pública de ensino da Cidade de Santos e está localizada na zona leste da cidade, em um conhecido Conjunto

Habitacional. A região abriga uma população de baixo poder econômico na qual se incluem aposentados, em grande parte de atividades ligadas ao Porto de Santos, e pessoas que, mesmo pertencendo à população economicamente ativa (PEA), fazem parte de um segmento que sobrevive com baixos salários.

Embora seja localizada nas proximidades da área mais valorizada da cidade – as praias – a população jovem mantém uma cultura semelhante à cultura adotada pelo jovem da periferia, além do envolvimento com aspectos próprios da violência urbana. A área tornou-se, ainda, mais valorizada, pois lá, recentemente, foi inaugurado um Shopping Center.

Com a construção do Conjunto Habitacional, na década de 60, a Escola Estadual Santista iniciou suas atividades escolares em 29 de maio de 1962, autorização publicada no Diário Oficial de São Paulo, em 29/10/62, com a denominação de Ginásio Estadual, oferecendo a modalidade de ensino que hoje corresponde ao Ensino Fundamental.

No período em que a Escola Estadual Santista começou a funcionar estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº- 4.024/61 que, em seu artigo 16, atribuía aos Estados e Distrito Federal a competência de “ autorizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspeciona-los” .

Com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº- 5692/71, que instituiu a fusão entre o primário e o ginásio, originando o 1º- Grau, ou seja, oito anos de escolaridade, e a implantação do 2º- Grau profissionalizante, a escola passou a ser denominada Escola de Primeiro e Segundo Graus “Santista“. Tratando-se de imposição legal, a Escola Santista passou a oferecer Cursos profissionalizantes, nas áreas de Química, Construção civil, Contabilidade e Processamentos de Dados. Todos estes cursos funcionaram até 1998.

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o Ensino Médio, passa a ser oferecido regularmente e na modalidade Jovens e Adultos.

Em 1998, aconteceu a implantação de uma política educacional imposta pela Secretaria da Educação que expandiu a Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, em várias Unidades Escolares, inclusive na Escola Estadual Santista.

5.3 - Instalações e funcionamento da Escola Estadual Santista

O espaço físico da escola compõe-se de um prédio que ocupa quase todo um quarteirão. Possui dois andares com 24 salas de aula, além de sala de vídeo; laboratório de Química, de Ciências, de Informática e Biblioteca.

O Laboratório de Informática possui 12 computadores. O equipamento de informática foi entregue pela Secretária da Educação, em 1998, adquirido com verbas do MEC, para escolas que ofereciam o Ensino Médio. Até 2004, no Quadro Curricular do Ensino Médio, na parte diversificada, estava prevista uma aula semanal de informática para as terceiras séries, porém somente no período diurno, em que a carga horária era de 25 aulas semanais. Atualmente, são oferecidas 30 horas/aula semanais e a disciplina informática não faz parte do Quadro Curricular, no seu lugar esta Filosofia, Sociologia ou Psicologia, de acordo com a opção da escola. Para o período noturno, são previstas 20 horas semanais, constando, na parte diversificada, apenas a Língua Estrangeira Moderna – Inglês, não restando carga horária para incluir nenhuma outra atividade escolar, já que este Quadro Curricular é elaborado com base em Resolução da Secretaria da Educação, assim como o Quadro Curricular do diurno.

Quanto à biblioteca, é um espaço privilegiado em relação ao espaço físico. Conta com um bom acervo de livros, revistas e assinaturas de revistas e jornais da cidade. A escola faz parte do projeto Jornal Escola, promovido pelo jornal local – A TRIBUNA. Em virtude da sua participação no projeto, a escola recebe o jornal diariamente, o que possibilita que, nos finais de semana, a comunidade possa consultar os jornais, principalmente na parte de classificados.

Durante a semana, a biblioteca funciona nos três períodos, porém com horário reduzido, sob os cuidados de um professor *readaptado. No período noturno, o horário de funcionamento é das 19 às 22.

Segundo o professor responsável pela biblioteca, o aluno pode ficar até 10 dias com um livro. Ao final de cada mês, é feita a cobrança aos alunos que retiraram livros no período.

O período noturno inicia-se às 19 horas, com término às 23 horas. As classes estão localizadas, na sua maioria, no piso superior, concentradas no mesmo bloco e funcionaram como salas ambientes até 2004. Vale citar que não existia nenhuma diferença das salas que não são ambientes e não havia material pedagógico ou qualquer recurso utilizado como facilitador da aprendizagem. Na mudança de aula, quem se locomovia era o aluno, o que gerava tumulto e comprometia a duração da aula.

Atualmente, em decorrência do novo Quadro curricular que foi colocado em vigor para 2005, não existem mais salas ambientes, pois a duração da hora – aula foi fixada em 50 minutos , assim não há mais os 10 minutos destinados a movimentação dos alunos, quem se locomove é o professor.

5.4 - Recursos humanos da Escola Estadual Santista

A equipe escolar é constituída pelo Diretor da Escola e o Professor Coordenador, que trabalham no diurno, e pelo Vice-diretor e Professor Coordenador do noturno.

* Professor readaptado são os docentes que, em decorrência de problema de saúde, estão impossibilitados para o exercício em sala de aula. O afastamento é determinado após avaliação médica e pode ser por tempo determinado ou indeterminado.

Funcionário	Nº	Atividade	Horário
Secretária Estadual	1	Secretária	Distribuído na semana
Oficial de Escola Estadual	2	Atendimento ao público	Distribuído na semana
Inspetor de alunos	1	Controle de alunos	Manhã/tarde
Servente Escolar	2	Limpeza das dependências	Diurno e noturno
Vigia Contratado	2	Controle de alunos	Tarde/noite
Total	8		

QUADRO 1. Distribuição dos funcionários da Escola Estadual Santista por cargo, atividade e horário

No que se refere ao pessoal de apoio escolar, a quantidade de funcionários é mínima, já que a escola funciona nos três períodos, sendo 13 classes no período noturno.

Os funcionários são distribuídos por período para dar melhor andamento ao funcionamento da escola. Existem oito funcionários, sendo que seis são concursados, funcionários públicos, e dois são contratados.

O último concurso realizado pela Secretaria de Estado da Educação para prover cargos de apoio ocorreu em 1992, no Governo Fleury, para cargos de Oficial de Escola e Servente. Desde então, as vagas surgidas têm sido preenchidas através de remanejamento, quando ocorre municipalização de escolas estaduais, ou através do regime de contratação. Este regime de contratação surgiu a partir de 1995, constituindo – se na terceirização dos serviços de apoio.

O Decreto nº 7.510/76 determina a quantidade de funcionários de apoio (Inspetores de aluno, Serventes, Oficial de Escola) em cada Unidade Escolar. O critério que determina o número de funcionários é o número de classes. A Escola Estadual Santista, com 35 classes, possui pessoal de apoio de acordo com o que está descrito no Quadro nº 1, quando deveria possuir 4 inspetores de aluno, 4 serventes e 4 oficiais de escola. O referido Decreto estabelece que cada grupo de 10 classes deve possuir 1 inspetor de alunos e 1 oficial de escola, enquanto que, para servente, cada grupo de 8 classes deve ter 1 servente.

No total, a Escola Estadual Santista deveria ter 12 funcionários de apoio, no entanto possui apenas 6 funcionários de carreira e mais 2 contratados,

totalizando 8. Assim há um déficit de 4 funcionários.

Atualmente, a Secretária de Educação determina que as escolas devem ter apenas 50% do módulo preenchido. Para tal, são destinados recursos e a contratação é feita através de uma empresa específica. O salário desses profissionais é um salário mínimo, não havendo vínculo empregatício, pois geralmente o período de contratação contínuo não ultrapassa a três meses.

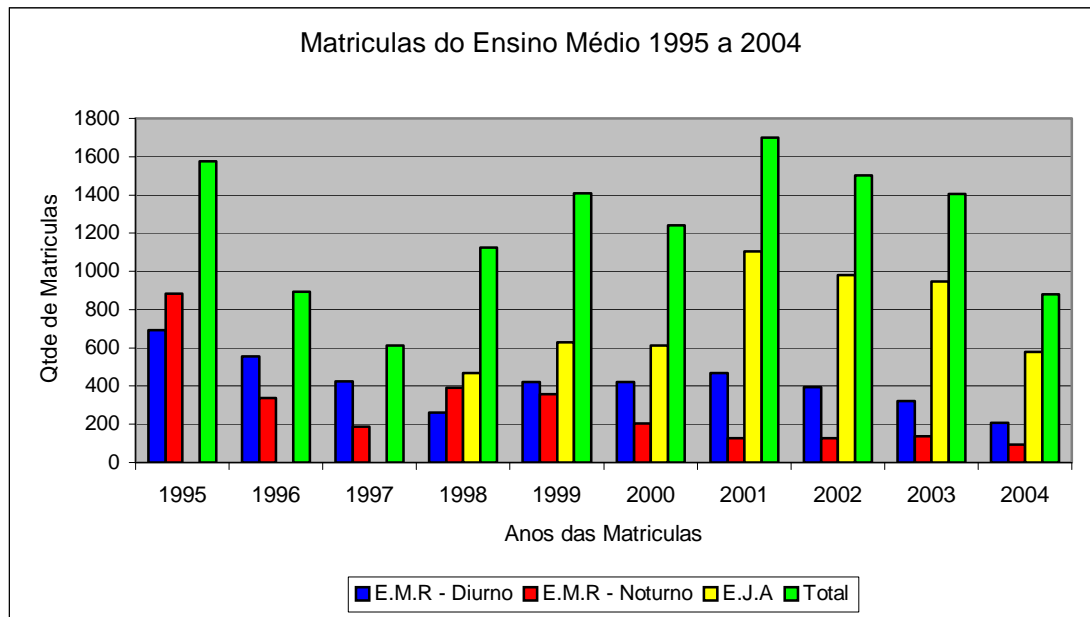
5.5 - Matrículas de 1995 a 2004 na Escola Estadual Santista

TABELA 5 - Matrículas do Ensino Médio regular nos períodos diurno e noturno e na Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, de 1995 a 2004, na Escola Estadual Santista.

Ano	Ensino Médio regular				Educação de Jovens e Adultos		Total
	Diurno		Noturno		F	%	
	F	%	F	%			
1995	694	44,03	882	55,97	*	-	1576
1996	556	62,26	337	37,74	*	-	893
1997	424	69,28	188	30,72	*	-	612
1998	260	23,15	393	35,00	470	41,85	1123
1999	422	29,97	358	25,43	628	44,60	1408
2000	423	34,11	204	16,45	613	49,44	1240
2001	468	27,51	128	7,53	1105	64,96	1701
2002	395	26,28	127	8,45	981	65,27	1503
2003	321	22,84	138	9,82	946	67,33	1405
2004	209	23,72	093	10,56	579	65,72	881

Fonte: Dados retirados do Setor de Planejamento da Diretoria de Ensino de Santos

A Educação de Jovens e Adultos não estava criada na escola



A Tabela 5 oferece uma visão geral das matrículas na Escola Estadual Santista, no período de 1995 a 2004.

De 1995 a 1997, quando ainda não havia sido implantada a Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Santista, de modo geral, verificou-se uma tendência de aumento das matrículas para o Ensino Médio regular, no período diurno (44,03%; 62,26%; e 69,28%), e uma diminuição para o Ensino Médio regular, no período noturno (55,97%; 37,74% e 30,72%) respectivamente. O crescimento das matrículas no Ensino Médio diurno pode ser atribuído ao processo de municipalização, pois, ao transferir alunos do Ensino Fundamental para o município, foi aberto um espaço para o jovem do Ensino Médio que desejava estudar no período diurno, assim como as Classes de Aceleração, que possibilitaram o avanço da escolaridade de jovens que estavam retidos em alguma série do Ensino Fundamental. De 1998 a 2004, o Ensino Médio regular, no período noturno, apresentou uma tendência decrescente que variou de 35%, em 1998, a 10,56%, em 2004.

Por outro lado, a Educação de Jovens e Adultos apresentou uma tendência acentuadamente crescente desde 1998, com uma média de 41,85% chegando, em 2003, com 67,33%, indicando depois uma redução, em 2004.

A política educacional, que possibilitou a redução da idade para cursar a Educação de Jovens e Adultos, pode ser responsável pela migração de pessoas ainda muito jovens do Ensino Médio regular noturno e talvez até do

Ensino Médio regular diurno para cursar essa modalidade de ensino. Assim, essa medida pode ser a responsável pelo aumento do número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos.

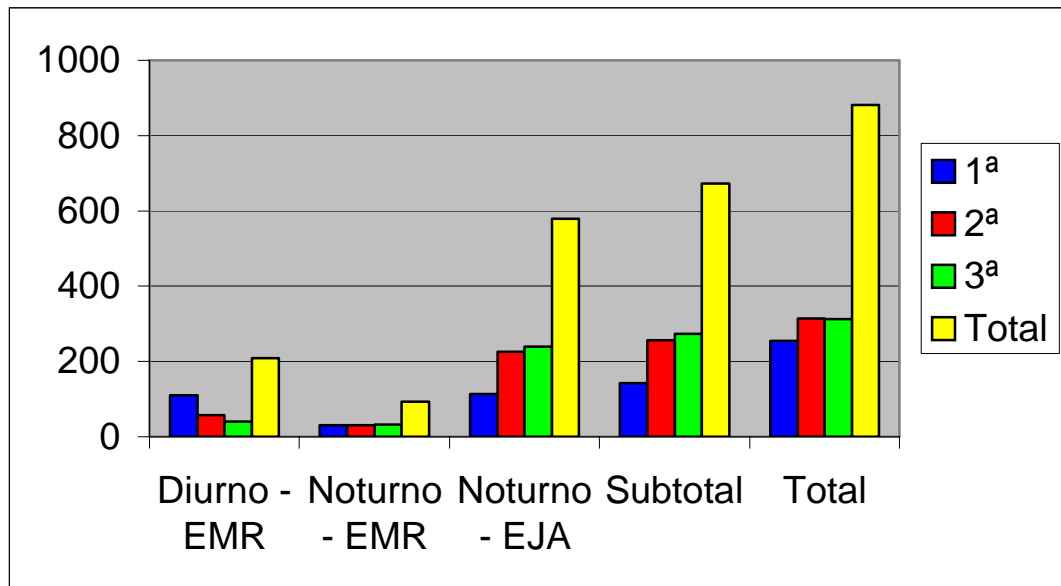
Quanto aos totais de matrículas da Escola Estadual Santista, de 1995 a 1997, antes, portanto, da implantação da Educação de Jovens e Adultos, verificamos uma queda na totalização das matrículas e, de 1998 a 2004, apesar da inclusão da Educação de Jovens e Adultos, constatamos que a redução continua.

Um dos motivos que pode ter contribuído para a redução das matrículas nessa Escola pode ser a expansão de oferta de ensino Médio na cidade. Em 1995, catorze escolas ofereciam o Ensino Médio regular no período diurno, dezessete mantinham o Ensino Médio regular, apenas três ofereciam a Educação de Jovens e Adultos. Em 2004, vinte e uma escolas oferecem o Ensino Médio regular diurno e noturno, enquanto a Educação de Jovens e Adultos funciona em treze escolas. Atualmente, nove escolas mantêm as duas modalidades de ensino, como possibilidades de manter o curso noturno, já que as escolas que só oferecessem o Ensino Médio regular possuem número reduzido de aluno. Há uma pulverização da oferta de Ensino Médio na cidade de Santos.

TABELA 6 - Matrículas por série e período no Ensino Médio da Escola Estadual Santista, no ano de 2004.

Período					
Série	Diurno	Noturno			Total
	EMR	EMR	EJA	Subtotal	
1ª	111	30	113	143	254
2ª	58	30	226	256	314
3ª	40	33	240	273	313
Total	209	93	579	672	881

Fonte: Setor de Planejamento da Diretoria de Santos



A Tabela 6 apresenta a distribuição das matrículas por série e período no Ensino Médio da Escola Estadual Santista, no ano de 2004.

Retomando os totais das matrículas, em 2004, na referida escola, e distribuindo-os pelas respectivas séries dos cursos, verificamos que, no Ensino Médio regular noturno, constata-se uma estabilidade entre as três séries e, na Educação de Jovens e Adultos, observa-se uma redução nas matrículas.

Assim, verificando o Quadro 1 (anexo) A que demonstra a movimentação das matrículas no Ensino Médio na cidade de Santos e as tabelas 5 que mostra a movimentação das matrículas na Escola Estadual Santista, podemos concluir que os resultados são os mesmos ou seja as matrículas estão reduzidas no período noturno.

6. DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA

6.1 - Demanda no Ensino Médio no período noturno

Os dados obtidos na Secretaria de Estado da Educação permitiram uma análise na movimentação da demanda no nível macro – Estado de São Paulo – no nível intermediário – cidade de Santos – e no nível local - uma unidade escolar, no período de uma década – 1995 a 2004.

No âmbito estadual, verificou -se que houve uma expansão na totalização das matrículas no Ensino Médio. Verificando o período noturno, constatou-se que o Ensino Médio regular apresentou uma evolução até 1999. A partir de 2000, ocorreu um declínio sucessivo de matrícula, tanto que, em 2003, a demanda do período diurno foi maior que o do noturno. Por sua vez, a Educação de Jovens e Adultos apresentou um crescimento constante, porém não superou o número de matrículas do Ensino Médio regular que ainda predomina na rede estadual.

A Assistente de Planejamento da Secretaria de Educação corroborou esta afirmação. Segundo ela:

houve uma expansão da Educação de Jovens e Adultos em todo o Estado de São Paulo, como forma de garantir a escolaridade para a população. A demanda do Ensino Médio regular está se reduzindo. Acredito que no futuro haverá uma redução intensa da demanda no período noturno, em virtude das diferentes políticas educacionais, adotadas pela Secretaria de Educação.

Na cidade de Santos, incluindo-se a escola pesquisada, notou-se uma redução acentuada das matrículas no Ensino Médio regular, no período noturno. Em contrapartida, a Educação de Jovens e Adultos ampliou não só a demanda, quanto a quantidade de escolas que oferecem essa modalidade de ensino. Para a Assistente de Planejamento da Diretoria de Ensino de Santos, “o crescimento da demanda da Educação de Jovens e Adultos foi incentivado pela Secretaria de Educação que abriu, em quase todas as escolas, esta modalidade de ensino e pela redução da idade para a matrícula”.

O novo quadro pode ser atribuído à ação de políticas educacionais, colocadas em prática no Estado de São Paulo, especialmente àquelas que têm permitido a correção do fluxo escolar.

Uma das políticas que mais contribuiu para a alteração da demanda do período noturno foi a da municipalização, já comentada em outra parte do trabalho, mas que, neste momento, requer algumas considerações.

No período anterior à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, os municípios não constituíam um sistema de ensino, ou seja, estavam sob a supervisão direta do Estado; a legislação não lhes concedia autonomia para isso. A demanda escolar municipal era bastante reduzida.

De acordo com a Assistente de Planejamento da Diretoria de Ensino de Santos:

algumas ações realizadas pelo Governo do Estado causaram muitas mudanças. Eu me lembro que antes de 1995, poucas escolas ofereciam o Ensino Médio no período diurno, e mesmo o Ensino Fundamental era oferecido no noturno, até mesmo o chamado Supletivo de 1ª a 4ª série”.

Para usar a expressão cunhada por Di Pierro (1996:6), houve uma “municipalização induzida,” isto é, a responsabilidade pelo ensino Fundamental foi transferida para os municípios, de forma inesperada, sem uma gradualidade, quanto aos encargos relacionados à Educação Básica, na cidade de Santos. Não aconteceu de forma contrária nos outros municípios.

A municipalização na cidade de Santos abriu espaço para a matrícula dos jovens, no período diurno, reduzindo a demanda no noturno.

Uma outra política implantada, neste período, a Progressão Continuada, ao evitar o represamento dos alunos nas diferentes séries do Ensino Fundamental, elevou o número de matrículas no Ensino Médio, ampliando a permanência dos mesmos no período diurno.

Atualmente, apesar da vigência do sistema de Progressão Continuada, alguns alunos do Ensino Fundamental são retidos ao final do ciclo, devido ao baixo rendimento escolar, ou em decorrência da baixa frequência, o que

conduz a uma distorção entre idade/série. Ao alcançar o Ensino Médio, muitas vezes, esses alunos fazem opção pelo período noturno.

Diante do panorama que está se descortinando, pode-se afirmar que o futuro do ensino no período noturno é incerto, e, em algumas regiões, onde a população já conseguiu elevar sua escolaridade e onde já houve a correção de fluxo, pode até deixar de existir, perdurando apenas em locais onde as pessoas apresentem índices de baixa escolaridade.

A alteração na demanda do Ensino Médio no período noturno leva o pesquisador a indagar se tal alteração teria também sido acompanhada de uma mudança no perfil do aluno que hoje frequenta o período noturno.

6.2 - Perfil dos alunos do Ensino Médio noturno.

Estabelecidas as características da demanda do ensino médio passaremos a apresentar o perfil dos alunos pesquisados na Escola Santista.

A coleta desses dados foi feita por meio de um questionário, cujos resultados serão apresentados e discutidos a seguir.

Quanto à distribuição por sexo, os dados relacionados aos alunos do Ensino Médio regular mostram a predominância do sexo masculino com 66,7%¹. Na modalidade Educação de Jovens e Adultos ocorre o contrário: a maioria é representada por alunos do sexo feminino ou seja 56,2%

A distribuição por idade revela que, no Ensino Médio regular, predomina a presença de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, 74,0%, na faixa de 18 a 26 anos, há 18,5%. Na Educação de Jovens e Adultos, 58,9% estão na faixa de 17 a 22 anos, e 41,1% têm de 23 a 55 anos.

Uma das políticas colocadas em vigor, nesse período de dez anos, foi a redução da idade para 17 anos como condição para se matricular na Educação de Jovens e Adultos, o que explica, possivelmente, o alto percentual, 58,9% ,na faixa de 17 a 22 anos.

¹ As tabelas e gráficos referentes aos dados apresentados nesta parte encontram –se no Anexo D .

Os estudos realizados por Sposito (2003:13) relativos à situação educacional dos segmentos juvenis também apontaram o crescimento das matrículas no ensino médio na faixa etária dos mais jovens, constatando-se também uma predominância do sexo feminino:

o volume total de estudantes entre 15 e 24 anos cresceu expressivamente no período, passando de 11,7 milhões, em 1995, para 16.2 milhões, em 2001. O crescimento mais importante em números absolutos se deu no Ensino Médio...

Ainda, segundo a mesma pesquisadora,

A análise por sexo revela que, na média, as mulheres continuam em vantagem sobre os homens...Esse diferencial é ainda mais acentuado na população jovem, entre 15 a 24 anos.

Outros dados incluídos na caracterização dos alunos da Escola Santista estão relacionados ao local de nascimento, ao número de irmãos, e a pessoas com quem residem, além do estado civil que, também, foi considerado.

Esses dados mostraram que 63%, dos alunos do Ensino Médio regular, nasceram na cidade de Santos, possuem até três irmãos 76,9% quanto ao estado civil, 100% são solteiros, e 77.8%, moram com os pais. Quanto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos 60,3% são santistas, 62,% possuem até três irmãos, quanto ao estado civil 74% são solteiros e 52,1% moram com os pais.

Em relação à escolaridade dos pais dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, notou-se que a maior porcentagem 28,8% refere-se aos que concluíram o Ensino Fundamental, 5,5% corresponde ao maior nível de escolaridade, curso superior, enquanto os analfabetos correspondem à menor taxa percentual, ou seja, 4,1%. Já os pais dos alunos do Ensino Médio regular possuem um nível mais elevado de instrução escolar, como se pode notar, pelas taxas que seguem: a maior porcentagem, 48,1% corresponde àqueles que possuem o ensino médio, e a menor corresponde aos que cursaram o nível superior, 7,4% .

A escolaridade das mães dos alunos do Ensino Médio regular indica que a maioria tem o Ensino Médio, 33,3%, enquanto 14,8% possui curso superior.. Na Educação de Jovens e Adultos, a maior porcentagem, 42,5%, é de mães que possuem o Ensino Fundamental incompleto; enquanto 2,7% têm nível superior e 4,1% não sabem ler.

Ao refletir sobre os dados referentes à escolaridade dos pais dos alunos do Ensino Médio regular verificou-se que, tanto os pais como as mães, apresentam um nível mais elevado de escolaridade, ou seja, a conclusão do ensino superior. Deve –se, ainda, levar em consideração que, nesse grupo, ou seja, no Ensino Médio regular, não se configura porcentagem de analfabetismo.

Os dados em relação aos pais, na Educação de Jovens e Adultos, apontam outra realidade. O nível de escolaridade mais elevado corresponde à conclusão do ensino superior nos dois segmentos, mesmo não se constituindo na maior taxa de escolaridade. O que se destaca, nesse grupo, é a taxa da analfabetismo, tanto entre os pais, como entre as mães.

Os estudos apontados por Haddad no trabalho “Educação de Jovens e Adultos no Brasil”, em 1986 (1998:49) apresentam algumas conclusões sobre as origens socioeconômicas e “culturais” indicando que existe um nível de carência “ cultural “ tanto dos pais como dos filhos (Guimarães, 1990). Assim, a busca pela escola tem como finalidade avançar social e culturalmente em relação à posição alcançada pelos pais.

Os estudos realizados por Balzan, em 1988, também apontaram que os pais dos alunos do período noturno apresentavam defasagem de escolaridade, o que também se verifica no presente estudo, em que se evidencia que os pais têm um nível mais baixo de escolaridade, no grupo de Educação de Jovens e Adultos.

Ainda no interesse de traçar o perfil do aluno que freqüenta os cursos no período noturno, verificou -se que, no Ensino Médio Regular, 81,5% trabalham, e os demais, 18,5%, não trabalham.

Em relação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, 69,9% trabalham e 30,1% não trabalham.

Confrontando os dois resultados, constatou-se que o percentual de alunos que trabalham é maior no Ensino Médio regular do que na modalidade Jovens e Adultos .

De acordo com os dados coletados, os alunos do Ensino Médio regular estão desenvolvendo atividades não especializadas como : balconistas, office-boy e entregadores. Esta realidade é relatada por alguns pesquisadores, como podemos constatar nos estudos de Sposito intitulado “Os Jovens no Brasil”, (2003:18). Afirma a autora que os mais jovens são os que concentram suas atividades ocupacionais em postos de baixa qualificação e também apresentam maiores precariedades na questão trabalhista.

O fato de estar estudando no período noturno e desenvolvendo essas atividades já permite perceber que são jovens pobres, contribuindo, muitas vezes, com a renda familiar, atendendo, dessa forma, as suas necessidades básicas.

A pesquisa de Sposito sobre a participação do jovem no mundo do trabalho, também apontam nessa direção.

para dois terços dos jovens economicamente ativos, o trabalho constituía um complemento de renda familiar. No entanto, outras atribuições de sentido, além da subsistência, apareceram nas respostas. De um lado, a ocupação é vista como meio para a própria formação profissional para continuidade da educação escolar. De outro, o trabalho também permite a esses jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas como a sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo (de roupas, aparelhos eletrônicos, entre outros). Assim, a ocupação, mesmo realizada em condições precárias, aparece revestida de atribuições positivas ligadas à maior independência da família, à autonomia e como condições de prazer (2003:23).

Os dados obtidos na pesquisa em relação aos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos chamam a atenção do pesquisador para a defasagem existente entre os dois grupos, já que estes alunos, por estarem em outra faixa etária, ou seja, por serem mais velhos e desenvolverem atividades que exigem um nível mais elevado de qualificação, têm maior dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, o que pode ser constatado pelo percentual,

21,5%. Assim, ao observar os dados pode-se afirmar que quanto maior a idade, maiores são as dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

O que se destaca nesses dados é o problema do desemprego. Evidentemente, este não é apenas um problema local ou nacional, mas mundial, e desanimador, se levarmos em conta dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que informam que o desemprego atinge 88 milhões de jovens entre 15 a 24 anos no mundo, ou seja, 47% do total de desempregados na América Latina. Nesta camada da população, o desemprego cresceu 44% nos últimos dez anos, representando 9,4% milhões de jovens, isto é, o dobro da média mundial.

Nos países menos desenvolvidos, um jovem tem 3,5 vezes mais chances de não encontrar trabalho do que um adulto. A taxa de desempregados de 15 a 24 anos chega a 16,6%, enquanto que, entre os adultos, é de 5,4%. Em consequência, esses jovens buscam o setor informal, o que tem elevado na América Latina o crescimento do trabalho informal, de 43%, em 1990, para 48%, em 1999. Juan Somavia, diretor da OIT, alerta que “estamos desperdiçando uma parte importante da energia e do talento da geração de jovens mais educada que tivemos”. (CHADE 2004 : B5).

Outro aspecto chamou a atenção do pesquisador. Há uma idéia comum de que os alunos estudam no período noturno por não terem opção de fazê-lo no diurno. Sobre esse assunto, obteve-se as seguintes respostas:

Dos alunos do Ensino Médio regular, 74,1% afirmaram que não gostariam de estudar no período diurno, enquanto 90,4%, da modalidade Jovens e Adultos, também não gostariam de estudar no diurno .

Verificando os dois resultados, percebeu-se que a maioria prefere estudar no período noturno, o que pode ser atribuído à perda de um ou mais anos escolares, gerando uma certa inadaptabilidade em voltar a frequentar o período diurno. Além disso, deve-se considerar que estes alunos precisam do dia livre para procurar trabalho.

Quanto à questão da reserva de período da semana para fazer as atividades escolares, observamos que 63%, dos alunos do Ensino Médio regular, reservam tempo para estudar. Na modalidade Jovens e Adultos, 56,2% reservam tempo para estudar

A pesquisa realizada por Possani (1996:103) afirma que para os professores o fracasso escolar é decorrente da falta de estudo, de dedicação

Este tempo é cobrado pelos professores que atribuem à falta de estudo o motivo do fracasso, partem do seu pressuposto de que os alunos não estudam porque não têm interesse pela escola.

A realidade verificada na pesquisa realizada na Escola Santista contraria o que é afirmado por Possani. Os dados coletados em nosso estudo mostram que os alunos dedicam parte do seu fim de semana ou de seus horários disponíveis para estudar, o que, provavelmente, está associado à crença, por parte dos alunos, de que a escola representa a possibilidade de maior elevação cultural e econômica.

Outro aspecto que se destaca nesse estudo é a porcentagem de alunos do Ensino Médio regular, 66,7% afirmam que concluíram o Ensino Fundamental no período diurno. Os alunos da modalidade Jovens e Adultos, 54,8% concluíram no período noturno.

Olhando os dados, percebe-se que a maior porcentagem está relacionada com os alunos do Ensino Médio regular, o que pode ser explicado pelo fato de serem mais jovens e talvez não tivessem idade para estar estudando no noturno. Já os alunos da Educação de Jovens e Adultos, por serem pessoas com mais idade e por estarem no mercado de trabalho há mais tempo, possivelmente já estudavam no noturno.

A maioria dos alunos do Ensino Médio regular cursou o Ensino Fundamental regular, representado por 88,9%. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos, 56,2% cursaram o Ensino Fundamental na modalidade regular e 43,8% cursaram na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

A tendência dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental no regular é cursar o Ensino Médio regular, provavelmente devido à duração e adaptação ao curso, enquanto os alunos já envolvidos com a modalidade Educação de Jovens e Adultos, ou que são procedentes das Classes de Aceleração ou de outros projetos, tendem a optar pela Educação de Jovens e Adultos, como possibilidade de concluir o mais rapidamente possível. O que chama atenção é o fato de que muitos alunos que hoje estão no Jovens e

Adultos são procedentes do Ensino Fundamental regular , o que pode ter como explicação o fato de possuírem um histórico de retenção e possivelmente apresentarem baixa auto –estima.

Não há como deixar de notar que a exclusão na escola é algo, muitas vezes, definido no próprio espaço escolar. Os jovens que hoje estão no noturno foram as crianças que apresentavam características socioeconômicas que a sociedade rejeita. Possani (1999:59) chama de

excluídos da escola aqueles que a ela não tiveram acesso e nem têm acesso ou, se o tiveram, nela não conseguiram permanecer. Poder-se-ia considerar, por exemplo, numa situação de desigualdade ou exclusão no mundo do trabalho, permanecem na escola em condições desiguais, hierarquizadas pela qualidade de educação oferecida.

Há um processo de seleção e discriminação que exclui aqueles que não estão em condições de competir com os demais, pois os padrões estabelecidos para essa competição não levam em conta as diferenças socioeconômicas e culturais dos alunos. Paulo Freire utiliza o termo expulsão para explicar o grande índice de evasão e retenção que ocorre na Escola Pública:

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola (...) É a estrutura da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam em obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.(Freire, 1995:35)

A partir da metade dos anos 90, a adoção de políticas educacionais que têm como finalidade garantir o acesso e a permanência de todos na escola, estenderam esses objetivos também para os que não o fizeram na idade correta. Essas políticas encontram legitimidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, porém somente o texto da lei não possibilita a concretização de tais finalidades. Assim, são necessárias outras medidas para que tal texto se transforme em realidade, inclusive, estender a possibilidade da inclusão da modalidade Educação de Jovens e Adultos nos benefícios do Fundão – Lei nº 9.424/96, ou seja, o aluno da Educação de Jovens e Adultos precisa ser contabilizado para recebimento de recursos. Conforme já foi registrado em outra parte do trabalho, trata-se de uma medida econômica. Tratar com exclusão os que sempre foram excluídos do processo escolar é manter as desigualdades, mesmo que o discurso seja o de resgate da dívida social.

Outra forma de manutenção da exclusão pode ser o avanço quantitativo quanto à oferta de vagas, mas sem a garantia da aprendizagem. O fato de passar pela escola não implica dar oportunidades reais para os jovens das classes menos favorecidas. É preciso garantir o sucesso escolar, pois, caso contrário, teremos, em um curto espaço de tempo, apenas portadores de diplomas que nada expressam.

O problema da repetência, ocorrido no Ensino Fundamental, também foi levantado no decorrer da pesquisa, apontando um índice de 63%, entre os alunos do Ensino Médio regular e de 78.1%, na Educação de Jovens e Adultos. Esse dado confirma que a maioria dos alunos do período noturno possui um histórico de repetência. O maior índice de repetentes na Educação de Jovens e Adultos é justificável, até porque um dos objetivos dessa modalidade é o resgate dos alunos repetentes ou que abandonaram a escola.

Verificando as duas modalidades de ensino, percebeu-se que o índice de repetência é elevado nas duas. Isso mostra que a maioria dos alunos do período noturno já passou, pelo menos uma vez, pela experiência da reprovação escolar. Isso reflete na auto-estima do aluno que, muitas vezes, atribui às suas próprias limitações, ou às difíceis condições de vida e de estudo o fracasso escolar por que passa.

Os índices de repetência dos alunos do Ensino Médio regular indicam a 1ª série do Ensino Fundamental, como a série na qual houve maior reprovação, 39,1%. Enquanto na Educação de Jovens Adultos, a maior porcentagem de reprovação está na 5ª- série do Ensino Fundamental, 26.9% .

O quadro de retenção no Brasil está ligado a um processo histórico de exclusão, pois, apesar do discurso do poder público, quanto à questão da democratização do ensino, a repetência ainda está presente, o que demonstra que, até hoje, não foi tratada adequadamente a questão pedagógica, ou seja, não foi considerada a forma como o aluno aprende, o ritmo de sua aprendizagem, e, sequer, a sua individualidade, negando-lhe, dessa forma, o direito de ser sujeito de sua trajetória de vida.

Alguns fatores explicam esses índices de reprovação e desistência, sendo que o mais apontado é a questão socioeconômica, pois esses jovens são obrigados a se inserir muito cedo no mundo do trabalho e, muitas vezes, não conseguem conciliar escola e trabalho, mesmo que seja na realização de trabalhos que não exijam qualificação e que não tenha amparo das leis trabalhistas, mas é a sobrevivência o que inviabiliza a frequência dentro das normas escolares. Assim, o período noturno constitui a única oportunidade para prosseguir os estudos, e a modalidade Educação de Jovens e Adultos é a mais procurada, em decorrência da duração do curso, isto é, apresenta uma duração 50% menor que o ensino regular.

Os estudos realizados pela Secretaria de Estado de São Paulo apontam que a faixa de 17 a 20 anos é a que apresenta os maiores percentuais de alunos defasados por idade: em 2000, do total de 779.101 alunos defasados, 179.642 tinham 19 anos, ou seja, 10,3% da totalização de matrículas no Ensino Médio, enquanto que, em 2003, o percentual caiu para 7,7%. Após os 20 anos, os percentuais começam a decair, possivelmente pela busca da matrícula na Educação de Jovens e Adultos.

Os estudos realizados por Sposito (2003:13), sobre as situações educacionais do jovem que cursa o ensino médio, confirma a questão da defasagem, apontada pela Secretaria de Estado de São Paulo,

as distorções em relação ao Ensino Médio são graves, pois, do total de matrículas da população até 24 anos – 7,6 milhões – apenas 3,9% estavam na faixa etária de 15 a 17 anos, prevista como ideal para a frequência desse nível de ensino.

De modo geral, pode-se considerar que a escolaridade média dos segmentos juvenis tem evoluído positivamente nos últimos anos. Mas continua significativamente abaixo de outros países da América Latina que caminham para uma maior universalização das oportunidades de acesso ao Ensino Médio.

Em relação às respostas sobre o abandono escolar, entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos, 82,2% abandonaram a escola. As razões estão relacionadas ao problema do trabalho, representadas por 35%. Já entre alunos do Ensino Médio regular, 37% abandonaram a escola e a razão, segundo eles, é mudança de Estado, representado por 30%.

A busca por melhores condições de vida pelas famílias desses alunos, ao mudarem constantemente de local de moradia, faz com que esses jovens sejam marginalizados do processo educacional, pois não conseguem seguir sua vida escolar, de acordo com sua faixa etária. Já na Educação de Jovens e Adultos, as principais razões que levaram os alunos a abandonar a escola, por algum tempo, está explicada pela manutenção de trabalho, representada por 35%, pois ao ter que fazer a escolha entre a escola e o trabalho, a opção é pelo trabalho, que constitui a sobrevivência. Os estudos realizados por Possani sobre a exclusão do aluno do período noturno confirmam essa afirmação:

O tempo do trabalho é considerado pelos alunos trabalhadores o mais importante, pois do trabalho dependem para sobreviver e dar sustento aos que deles dependem financeiramente. A maioria deles, ao ser colocada em situação de escolha, não tem nenhuma dúvida ao tomar decisão: o tempo do trabalho é mais importante do que a escola (1998:98)

6.3 - Ensino Médio Regular ou Educação de Jovens e Adultos

Também foi indagado aos alunos o porquê de sua opção pelas modalidades de Ensino Médio. Os alunos do Ensino Médio regular optaram por esta modalidade de ensino, 44,5%, mas justificaram sua escolha declarando que escolheram essa modalidade por não terem idade para cursar a Educação de Jovens e Adultos. Já 29,6% pensam que aprendem melhor, o que indica uma escolha mais consciente, pois afirmaram que querem aprender

melhor e parecem acreditar que a Educação de Jovens e Adultos não lhes propicia isso.

Ao constatar que 44,5% dos jovens não estão na modalidade Jovens e Adultos por não terem idade, fica claro que os alunos se interessam em concluir os estudos no menor prazo possível, isto é, receber o Histórico Escolar. Dos alunos que optaram pela modalidade Educação de Jovens e Adultos, 72,6% querem terminar o curso médio num prazo menor.

Em entrevista realizada com o Diretor da escola Santista, este se mostrou preocupado com o fato de pessoas tão jovens, estarem freqüentando uma modalidade de ensino que oferece uma carga horária tão reduzida.

acho que é porque querem concluir logo sua escolaridade, pensando que basta ter o certificado do Ensino Médio para garantir vaga no mercado de trabalho. Não percebem a importância do conhecimento que a escola pode lhes propiciar.

Não acho que seja positivo jovens que ainda não chegaram aos 20 anos cursarem a Educação de Jovens e Adultos. Isto pode alterar a vida destas pessoas, que ainda não possuem uma compreensão maior do mundo e já passam a ter uma visão reducionista do mundo. A Educação de Jovens e Adultos deveria ser direcionada às pessoas que já possuem um saber prático, adquirido no mundo do trabalho e nas diferentes relações... Alguns jovens têm muita dificuldade em ler e escrever, eles apenas decodificam, não conseguem estabelecer relações entre as informações adquiridas.

(Diretor da E.E. Santista)

No passado, quando vigorava a Lei nº 5.692/71, a idade mínima para matrícula era 19 anos e a Educação de Jovens e Adultos destinava-se às pessoas que realmente possuíam um histórico de evasão e repetência, além de ter como objetivo suprir a escolaridade não adquirida na idade própria.

Uma das políticas colocadas em vigor, com a finalidade de garantir o acesso aos que não tiveram oportunidade na idade correta, foi a redução da idade para matricular-se na modalidade Educação de Jovens e Adultos, já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, o jovem com 17 anos pode se matricular no Ensino Médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos. Esse jovem, provavelmente, é originário da classe menos

privilegiada, não tendo acesso a bens culturais e tem dificuldades econômicas, já que não teve a chance de desenvolver um conhecimento da realidade e passará a frequentar um curso reduzido, mas com uma estrutura de um curso regular o qual adota metodologias baseadas em um modelo tradicional, no qual o conhecimento é determinado pela atuação de professor, aquele que cobra, que informa, que sabe .

Os alunos desta modalidade de ensino trazem expectativas, atribuindo à escola a possibilidade de superar os obstáculos para que possam ascender social e economicamente. Apesar de serem produto de uma escola que os excluiu, apostam na mesma metodologia e, quando não conseguem sucesso, atribuem a eles mesmos o fracasso. Para eles, o ensino deve ser tradicional, ou seja, professor ainda é aquele que fala, informa, que sabe, que cobra resultados.

Mesmo com as alterações curriculares existentes na legislação, a prática, em sala de aula, continua sendo a mesma, pautada pelo tradicionalismo e pela exclusão dos que não apresentam o chamado “rendimento satisfatório“

Os estudos realizados por Oliveira/Sousa sobre as características dos estudantes do noturno confirmam estas afirmações.

No entanto, a postura que se evidencia, de modo dominante no tratamento do aluno que frequenta o noturno, é a desconsideração de especificidades de sua realidade de vida e trabalho. Embora, nos registros obtidos nas escolas, menções sejam feitas aos diferentes perfis de alunos que frequentam o noturno, estes parecem não estar sendo considerados nos planos, programas e ações escolares. São raras as iniciativas de se buscar um diagnóstico mais preciso sobre características, expectativas e aspirações dos alunos, que venha a embasar decisões relativas à organização e funcionamento do trabalho.(2004:2)

O Seminário que aconteceu em 2003, permitiu a publicação do texto “Ensino Médio: Construção Política”,2003:22, promovido pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, apresentou

algumas propostas para o Ensino Médio no período noturno, as quais se encontram destacadas e relacionadas a esse estudo.

Pelo fato de boa parte do alunado noturno ser trabalhadora ou formada por desempregados em busca de ocupação, retoma-se a discussão acerca do ensino profissionalizante voltar ser incorporado ao Ensino Médio, principalmente à noite. Muitos dos alunos que voltam aos estudos estão justamente em busca de qualificação para se inserirem no mercado de trabalho...Existe também a proposta de se oferecer a opção tanto do ensino profissionalizante quanto do ensino médio tradicional sem integrá-los no noturno. Tal proposta sofre resistências, já que se teme que os alunos trabalhadores sejam estigmatizados como menos capazes que os matriculados nos cursos regulares (2003:22)

O Ensino Médio não deve ser compreendido apenas como uma estrita educação profissional, mas, sim, incorporar as necessárias condições para que os jovens das classes populares estejam em situações variadas e significativas de aprendizagem, buscando suprir, ao longo de suas vidas, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural. Porém, ao jovem das classes menos favorecidas é necessária uma política de preparação para o exercício profissional, e a implementação desta política deve ser discutida pelos órgãos educacionais e, quanto mais forem amadurecidas essas políticas, maiores serão nossas perspectivas de ir “traçando a ligação entre as margens da ponte”(Cury 2002:3)

6.4 - A Escola na visão do aluno

Com o propósito de conhecer o grau de participação dos alunos da Escola Santista, perguntou-se aos alunos se a escola onde estudavam tem Grêmios e se eles participavam de tal agremiação. Os alunos do Ensino Médio regular responderam afirmativamente quanto à existência do grêmios, 88,9% , porém 70,8% não participam. Na Educação de Jovens e Adultos, 78,1% dos alunos afirmaram que, na escola, existe Grêmios mas 93% não participam .

A legislação educacional estabelece que todas as escolas de Ensino Médio devem ter Grêmios escolares. Assim, o que acontece na Escola Santista pode ser atribuído à falta de organização e de divulgação das atividades próprias do Grêmio Escolar .

O novo modelo de Gestão, instituído pela reforma educacional dos anos 90, estabelece a realização de algumas ações, entre elas a obrigatoriedade da implantação do Grêmio escolar. Porém, o que se observa na prática é que essas determinações são cumpridas de uma forma burocrática. Não há, efetivamente, uma Gestão democrática, na qual as decisões sejam definidas, contando com a participação de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários). Segundo Abranches (2003:54),

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletivo, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Não se trata de uma co-gestão. O Diretor ainda é a autoridade responsável pela escola e tem o apoio do colegiado nas decisões essenciais das atividades e projetos da unidade escolar, em seus vários níveis.

A questão do participar está ligada diretamente à produção de um caminho de melhoria da qualidade de ensino, pois pode se constituir em um mecanismo para a construção de novas concepções de educação que poderão conduzir à alteração de práticas pedagógicas. Já é do conhecimento de todos os agentes de educação que não é possível a criação de um canal institucional que, por si só, possa transformar a qualidade da escola pública. É necessária uma vontade coletiva que deve nascer no âmbito da escola. Esse coletivo, se efetivamente consolidado, poderá ampliar a abrangência das políticas públicas, impulsionando para as esferas superiores o grau de participação nas decisões mais amplas.

A atuação efetiva de um Grêmio estudantil permite que os jovens desenvolvam conceitos democráticos, fortalecendo os vínculos sociais,

contribuindo, desse modo, para a formação real do cidadão. O aluno deve se sentir sujeito da construção democrática dentro da escola. No Ensino Médio, os alunos estão em uma faixa etária na qual consolidam sua noção de cidadania. O estudante, encontrando espaço para ser, dizer e fazer, assume sua cidadania.

O desejo de dar continuidade aos estudos também foi indagado aos alunos. Em relação a essa questão, os dados mostraram que: 81,5% dos alunos do Ensino Médio regular pretendem continuar estudando, sendo que 18,2% pretendem seguir uma formação técnica e 70%, curso superior. Enquanto os alunos da Educação de Jovens 75,3% pretendem continuar os estudos sendo que 18,2% também pretendem uma formação técnica e 70% curso superior.

A pesquisa de Oliveira/Sousa também demonstrou essa intencionalidade por parte dos alunos, como se pode notar, no fragmento que segue:

tem-se como elemento de diferenciação dos alunos suas expectativas após a conclusão do curso. Muitos manifestam o desejo de dar continuidade aos estudos, principalmente em nível superior. Outros declaram pretender continuar trabalhando ou iniciar trabalhando. Certamente, tais intenções são colocadas em função das possibilidades de vida e de trabalho em que se encontram os alunos. No entanto, pode-se supor que a permanência ou o retorno aos estudos traduz uma valorização da escolarização, na busca do que a maioria define como “um futuro melhor”. (2004:2)

O desejo de continuar estudando não se realiza, no entanto, por falta de uma política social que permita que os jovens das classes menos privilegiadas tenham acesso a uma escolaridade superior ou técnica.

O percentual de alunos que aponta o “ensino profissionalizante”, como continuidade dos estudos não é expressivo, o que pode indicar que é mais abrangente a representação dos alunos em relação à contribuição do Ensino Médio no atendimento à preparação para o mercado de trabalho, ou seja, para o aluno, o ensino médio não se resume só na preparação para o mundo do trabalho.

Ainda com o propósito de investigar a movimentação da demanda que acontece na cidade de Santos e, em decorrência dessa, conhecer o perfil do atual aluno do período noturno, foram indagadas aos alunos as razões pelas quais estudam nessa escola .A maioria dos alunos do Ensino Médio regular 59,3% justificou a sua escolha, dizendo que a escola fica próxima de casa. Para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, a razão predominante de estudar nessa escola é a proximidade de casa, 68,5% .

Os dados seguintes indicam se os alunos do Ensino Médio regular gostam do modo como os professores ensinam. 44,4% responderam afirmativamente contra 48% que afirmam que não gostam. Entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos, predominam os alunos que gostam do modo como os professores ensinam, 72,6%, e 27,4% não gostam.

À primeira vista, o resultado parece paradoxal. Embora os professores sejam os mesmos, cada aluno tem diferentes características e a interação que se estabelece entre professor – aluno, acaba sendo algo “sui generis” e singular.

As razões pelas quais os alunos não gostam do modo como os professores ensinam, no Ensino Médio regular, aparecem da seguinte forma: 23,1% acham que alguns professores nem ensinam e 7,7% afirmam que eles estão sempre de mau humor. Quanto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, 15% comentam que os professores explicam mal e 10% dizem que os professores “estão sempre de mau humor”.

Os alunos do Ensino Médio regular gostam do modo como os professores ensinam, 41,7%, e 8,3% acham que alguns são atenciosos, outros não.

As razões pelas quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos gostam do modo como os professores ensinam são: 20,8% disseram que os professores explicam bem, 17% afirmaram que os professores são atenciosos, amigáveis.

Embora não diretamente relacionadas à questão, algumas respostas dos dois grupos de alunos destacam características pessoais dos professores que atuam positivamente no relacionamento com os alunos e que, de certa forma, constituem agentes facilitadores da aprendizagem. Os alunos consideram

os professores compreensivos, bondosos, atenciosos, amigáveis, dinâmicos e pacientes.

Por outro lado, também foram indicados traços negativos dos professores (mal-humorados, orgulhosos, arrogantes, desrespeitos, desestimulados, ignorantes).

As observações dos alunos, sobre o trabalho e, mesmo as características pessoais dos professores, remetem às conclusões do Seminário que aconteceu em “Ensino Médio: Construção Política” (2003:21), no tocante à formação continuada.

Os professores devem estar permanentemente atualizados, tendo à sua disposição pesquisas e metodologias inovadoras sobre o Ensino Médio noturno. É fundamental que ele conheça as especificidades do público com qual está lidando, o qual, na maioria das vezes, tem objetivos diferenciados dos alunos do período diurno. O aluno que estuda à noite precisa de uma educação mais próxima, ao seu cotidiano, sobretudo profissional. Isso não quer dizer que os conhecimentos necessários para o prosseguimento dos estudos devam-lhe ser negados.

A importância do professor que ensina à noite é de tal ordem que qualquer plano de reforma terá de começar por ele. As iniciativas têm de ser implementadas a partir de entendimento do docente, que terá de adaptar os paradigmas propostos à realidade de sua escola, bem como propor medidas adicionais que incrementem a eficiência do ensino de acordo com as necessidades de seus alunos.

Em sua pesquisa Possani faz referência ao modo como a escola trata o aluno “Ao tratar o aluno com descaso ou com grosseria, o que é freqüente ...a escola está dizendo que não se importa com ele e que sua presença ali não faz diferença” (1999:151)

Questionados sobre a existência de dificuldades, na escola, não só na questão da aprendizagem, mas com referência a outros obstáculos. Os resultados assim se distribuíram. Dos alunos do Ensino Médio regular, 66,7% não encontram dificuldade. O percentual é, praticamente, o mesmo, na Educação de Jovens e Adultos, pois 63% não encontram dificuldades.

Algumas dificuldades apontadas pelos alunos do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos serão transcritas, a seguir:

“A dificuldade é para aprender a matéria”.

“A dificuldade é devido à falta de apoio dos professores, como cooperação...”

“A dificuldade é devido à falta de organização, de disciplina, de controle”.

Dos alunos do Ensino Médio regular, 48,1% estão satisfeitos com a escola, enquanto este percentual, na Educação de Jovens e Adultos, sobe para 56,2% .

A seguir, serão mostradas as razões pelas quais os alunos não estão satisfeitos com a escola e elas estão ligadas à esfera pedagógica e administrativa.

Dentre os alunos do Ensino Médio regular, 28,6% afirmam que a escola é suja, 14,3% não tem disciplina, faltam recursos e a direção não funciona.

Quanto às razões pelas quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos não estão satisfeitos com a escola, 28,1% acham que há muita bagunça e 12,5% afirmam que é muito desorganizada, com muitas irregularidades; 6,3% dizem que a direção não funciona, além de faltar água de qualidade; 3,1% estão insatisfeitos porque não podem ir embora quando querem.

As críticas apontadas pelos alunos são legítimas, talvez a possibilidade de superá-los, fosse a promoção do trabalho coletivo na escola, o que já foi discutido em outra parte desse estudo. O envolvimento de todos os segmentos da escola na tentativa de construir uma escola que melhor atendesse a comunidade escolar. _

No Ensino Médio regular, 46,2% estão satisfeitos com a escola, acham que é um lugar legal, com bons amigos, bons professores, e 15,4% porque é perto de casa e não é diferente das outras escolas

Dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, 26,8% dizem que é um lugar legal, encontraram bons amigos; 14,6% gostam da forma de ensino, 2,4%

afirmaram que para aprender depende muito da pessoa, também 2,4% porque é perto de casa.

De um modo geral, as respostas indicam que a escola é vista pelo jovem como um espaço de sociabilidade, onde ele tem a oportunidade de conhecer, relacionar-se, independentemente da função ensino-aprendizagem.

Apesar do sistema público proclamar como um dos seus objetivos o desenvolvimento da capacidade de socialização, ou seja, preparar os alunos para o convívio social, os professores não compreendem que a escola deva contribuir para a formação ampla dos alunos e oferecer espaço para o desenvolvimento da rede de relações entre seus pares, etapa imprescindível para a socialização do jovem ou do adulto que retorna à escola. A escola é, provavelmente, o único local onde esses jovens e adultos podem suprir suas necessidades.

Perguntamos também as razões pelas quais os alunos do Ensino Médio regular costumam faltar: 33,3% afirmam que faltam devido ao trabalho, 22,2% faltam quando estão cansados. As razões pelas quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos costumam faltar são: 53,1% porque o trabalho atrapalha; 9,4% se tiverem imprevisto.

Os motivos que apresentam maiores porcentagens em relação às faltas são em decorrência do seu trabalho, nas duas modalidades, o que demonstra que a escola precisa ter uma outra organização interna, para atender o aluno do noturno, que vêm de uma realidade diferente do diurno.

Quanto à frequência dos alunos do Ensino Médio regular às sextas-feiras, estes revelam que 81,5% faltam. Na Educação de Jovens e Adultos, 84,9% faltam às aulas às sextas-feiras.

As razões pelas quais os alunos do Ensino Médio regular não freqüentam as aulas às sextas-feiras são: 25% não gostam; 25% estão cansados. As razões pelas quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos não freqüentam às aulas, às sextas-feiras, são: 18,2% alegam que comparecem poucos alunos, assim, sexta-feira é folga; 9,1% faltam às vezes; e 9,1% alegam bagunça.

Agrupando os dois resultados, percebemos que o índice de faltas é acentuado tanto no Ensino Médio regular, como na Educação de Jovens e Adultos. Talvez esse dado esteja ligado à escola como espaço de

sociabilidade; afinal, a sexta-feira já é início do final de semana. Essa questão do elevado índice de faltas poderia ser sanada ou reduzida, talvez transformando-se esse dia letivo numa possibilidade de manifestação cultural, promovida pela ação pedagógica, envolvendo alunos e professores.

Quanto à frequência à biblioteca, dos alunos do Ensino Médio regular, 25,9% o fazem freqüentemente; 48,1% raramente e 25,9% nunca usam a biblioteca. Dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, 21,9% usam freqüentemente a biblioteca, 37% raramente e 41,1% nunca.

Os resultados também indicaram uma baixa freqüência ao laboratório pelos alunos do Ensino Médio regular, pois 22,2% o utilizam raramente e 77,8% nunca o utilizam. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos informaram que 2,7% freqüentemente usam o laboratório, raramente, 8,2% e nunca, 87,7%.

Os alunos do Ensino Médio regular afirmam que 3,7% utilizam freqüentemente a sala de vídeo, 51,9% raramente e 44,4% nunca. Na Educação de Jovens e Adultos, a freqüência com que os alunos utilizam a sala de vídeo é: 4,1% freqüentemente, 23,3% raramente e 72,6% nunca.

Os alunos do Ensino Médio regular, período noturno, afirmam que utilizam a sala de Informática: raramente, 3,7% e nunca, 96,3%. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos afirmam que 1,4% freqüentemente utiliza a sala de Informática, 4,1% raramente e 98,6% nunca.

Dadas as precárias condições de ensino no período noturno, é lamentável que os recursos disponíveis quase não sejam utilizados, principalmente a sala de vídeo, pois se trata de um recurso privilegiado que possibilita o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, visto que estabelece uma relação direta com a realidade.

Talvez esse alto índice de alunos que não freqüentam os diferentes espaços pedagógicos como: biblioteca; laboratório, sala de vídeo; sala de informática, esteja ligado a uma concepção de educação tradicional, na qual o responsável pelo aprendizado do aluno é somente o professor, que deve exercer o papel de depositário da informação, associado a uma ausência de incentivo do hábito da leitura e de outras formas de aprendizagem. Há por parte dos alunos esse entendimento, principalmente dos Jovens e Adultos, construído em épocas anteriores e que, para eles se constitui em verdade

absoluta. Para romper com esse pensamento, é necessária a atuação do professor, dando visibilidade ao aluno que o conhecimento está em todos os locais e isto só é possível trabalhando com estes recursos

Entre os alunos do Ensino Médio regular, 33,3% deram sugestões. Enquanto na modalidade Jovens e Adultos, as sugestões foram apresentadas por 41,1% dos alunos.

Entre as sugestões apresentadas, aparecem: segurança no horário da saída, estimular os alunos, colocar bebedouros, colocar aulas de computação, suspender alunos/ acabar com a bagunça, organizar mais a parte da direção, servir merenda.

Entre as sugestões apresentadas, constatamos medidas administrativas e pedagógicas. Estas medidas podem ser organizadas e executadas no próprio espaço escolar, não requerem diretamente a participação dos órgãos intermediários, cabendo ao Gestor e ao corpo docente a elaboração de um trabalho coletivo, incluindo pais, professores, funcionários e alunos.

Nesse capítulo, em conformidade com os objetivos propostos, procurou-se apresentar os dados referentes ao comportamento da demanda no Ensino Médio, no período noturno, e a caracterização dos alunos do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública da rede estadual.

Houve uma alteração quantitativa na demanda do Ensino Médio noturno, a redução é mais acentuada na modalidade regular, porém nos Jovens e adultos, já se inicia um processo de redução, o que pode ser atribuído à implantação das políticas educacionais, as quais estão possibilitando que a maior parte da demanda jovem conclua o Ensino Fundamental dentro do período de oito anos, o que permite a continuidade deste aluno no período diurno, reduzindo as matrículas no noturno. Assim, os alunos que freqüentam são os que apresentam um histórico de retenção que está e/ ou busca integração ao mundo do trabalho, ou os que buscam concluir seus estudos em um espaço que pode significar o estabelecimento de relações mais democráticas.

FAZER UMA RELAÇÃO ENTRE A ALTERAÇÃO DA DEMANDA E O PERFIL DOS ALUNOS

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, historicamente, em função da alta seletividade no acesso à escola pública, criou-se uma enorme demanda reprimida para o ingresso no Ensino Médio, denominado diferentemente em leis anteriores.

Em decorrência das pressões sociais das classes populares, de políticos, de educadores e de intelectuais, foram criadas diversas medidas voltadas para o atendimento a parcelas da população mais desfavorecidas economicamente, as quais faziam novas exigências por educação e qualificação profissional.

Dentre os vários segmentos envolvidos na situação – diretores, pais, alunos, professores – este último passou a atuar principalmente junto a um novo perfil de alunos, geralmente trabalhadores, cansados, após um dia de trabalho, muitas vezes, apresentando lacunas quanto ao conhecimento valorizado pela escola, porém ansiosos em adentrar esse novo espaço. Além da diversidade cultural dos alunos e das classes numerosas, os professores não contavam com os recursos materiais, equipamentos e assistência pedagógica.

A participação nesta história, como educadora, acompanhando as bruscas e profundas mudanças na legislação, nas políticas educacionais e as conseqüentes alterações na organização da escola e no comportamento das matrículas, principalmente no período noturno, instigou-nos a investigar essa realidade.

O estudo realizado foi circunscrito no tempo e no espaço e teve o objetivo de compreender o que aconteceu com a demanda do Ensino Médio no período noturno.

A questão central desse estudo foi assim colocada: como tem se comportado, na última década, a demanda do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, na cidade de Santos?

As questões secundárias, dela decorrentes, procuraram identificar as tendências no comportamento dessa demanda e as possíveis explicações para elas. E, considerando-se a trajetória de uma década de Ensino Médio, no período noturno, indagou-se sobre o perfil atual desse aluno em uma determinada escola pública da cidade de Santos.

Por meio de contatos com técnicos da Secretaria da Educação, obteve-se relatórios que apresentam indicadores relativos a diversos aspectos da evolução do Ensino Médio no Estado de São Paulo e na cidade de Santos.

Desse modo, foi possível relações e comparações inicialmente num nível macro – o Estado de São Paulo – depois num nível intermediário – a cidade de Santos – e, finalmente, num nível micro – a unidade escolar denominada Escola Estadual Santista.

Com vistas ao levantamento do perfil do aluno, foi aplicado um questionário aos alunos do noturno que freqüentavam a primeira série do Ensino Médio regular e o curso de Educação de Jovens e Adultos, da Escola Estadual Santista.

Os dados obtidos permitiram analisar o problema em um nível macro, intermediário e micro.

A análise no nível macro indicou que houve um aumento gradual de matrículas no Ensino Médio regular no período noturno, de 1995 até o ano 2000. A partir de 2000, constatou-se uma redução nas matrículas, chegando, a 2003, com um número pouco menor do que existia em 1995.

Cumprindo o que determina a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estado de São Paulo passou a oferecer a Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso, na idade própria, ao Ensino Fundamental e Médio, tendo como objetivo assegurar o exercício pleno da cidadania, melhorar a qualidade de vida e ampliar as oportunidades no mercado de trabalho.

Pelos indicadores apresentados, constatou-se uma grande expansão da oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no período de 1995 a 2003.

A análise da demanda na cidade de Santos, no Ensino Médio regular no período noturno mostrou um crescimento gradativo (1995 a 1999) sendo que, no período 2000 a 2004, constatou-se uma inversão em sua evolução, com uma redução de 6,6% das matrículas.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, de 1995 a 2003, registrou-se tendência a crescimento e, em 2004, houve redução nas matrículas.

No nível micro da análise, fazendo referência à Escola Estadual

Santista, constatou-se uma tendência à diminuição no número de matrículas nos últimos três anos, tanto no Ensino Médio regular no período noturno, como na Educação de Jovens e Adultos.

Em síntese, os dados apresentados indicaram uma tendência à redução no número de matrículas no Ensino Médio regular, período noturno, nos três níveis analisados, enquanto que a modalidade Jovens e Adultos apresentou crescimento.

Na cidade de Santos, a cada ano, aumenta o número de escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos.

A explicação para a alteração da demanda na cidade de Santos está, muito provavelmente, relacionada à implantação de políticas educacionais já comentadas nesse estudo, como a municipalização, a qual permitiu a passagem de alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental para a rede municipal e, por consequência, abriu um espaço físico para as matrículas de jovens que possuíam um histórico escolar satisfatório, ou seja, não tiveram repetência ou desistência da escola, o que pode ter conduzido estes alunos a alcançarem o Ensino Médio, ainda muito jovens e a permanecerem, portanto, no período diurno, diminuindo uma demanda que, no passado, provavelmente iria para o noturno. Assim, podemos dizer que a municipalização levou a uma reorganização da demanda na cidade de Santos.

Outra política adotada que pode ter conduzido à expansão das matrículas no Ensino Médio foi a Progressão Continuada, permitindo que os alunos fossem avaliados com objetivo de promoção ou retenção apenas ao final de cada ciclo, evitando o represamento de grande número de alunos ao final de cada série, principalmente nas series iniciais. Assim, esses alunos chegam mais cedo ao Ensino Médio e em grande quantidade e, provavelmente, muitos permanecem no período diurno.

Para os alunos com histórico de retenção, foi adotada outra política, as Classes de Aceleração, que propiciou uma adequação aos procedimentos pedagógicos, conduzindo, segundo o discurso oficial, à aprendizagem de acordo com seu ritmo, rompendo com a barreira que produzia tanta retenção, refletindo no comportamento das matrículas. Provavelmente, estes alunos prosseguiram sua escolaridade na Educação de Jovens e Adultos, pois essa demanda já apresentava uma defasagem entre idade-série, o que alimentou a

grande demanda da Educação de Jovens e Adultos durante determinado período. Atualmente, as classes de aceleração existem em pequeno número na cidade, até porque grande parte do fluxo já foi corrigido.

O fazer pedagógico do curso noturno está, como sempre esteve, espelhado no curso diurno, não considerando as especificidades da população que atende.

O perfil do aluno do Ensino Médio do período noturno, vem se modificando e isto não se reflete no trabalho da escola.

Hoje, por exemplo há, cada vez mais jovens do curso noturno, em busca de oportunidade para ingressar no mundo do trabalho, acreditando que a escola é a chancela para alcançar tal objetivo, e/ou em busca de um espaço de socialização, de criação de outros vínculos sociais.

Em geral, observa-se que os alunos estão chegando ao período noturno cada vez mais jovens e optando, em maior número, pela Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de Ensino Médio que oferece uma carga horária reduzida e, pela organização e prática curricular vigente, uma possibilidade de formação mais precária ainda do que aquela do ensino regular.

Conforme os dados de caracterização, na Escola Santista, verificou-se que os alunos são, atualmente, muito jovens, naturais da própria cidade, em grande parte oriundos de um segmento da população mais excluído em termos sociais e econômicos e desenvolvem, em grande parte, atividades sem nenhuma qualificação. O nível de escolaridade dos pais dos alunos que estão na Educação de Jovens e Adultos é o mais baixo, quando comparado ao daqueles que estão no ensino regular.

Ao externarem suas representações sobre a escola, os alunos evidenciaram não só desconhecer as decisões tomadas como também delas não participam das mesmas. Demonstraram senso crítico em relação aos aspectos administrativos e pedagógicos da escola (limpeza, disciplina, atuação da direção e do corpo docente).

O aluno do noturno ainda acredita que a única forma de aprendizagem se resume no modelo tradicional do professor depositário da informação, assim, como também acredita que a escola deve disciplinar, controlar, utilizando –se de instrumentos de repressão, como policiamento na escola.

No quadro atual, demonstrado por esta pesquisa, a tendência parece ser a de continuidade da redução do ensino noturno. Esta evidência prossegue acentuada, demonstrada também em recente noticiário da imprensa paulista.

O jornal O Estado de São Paulo, em 22 de janeiro de 2005, publicou uma reportagem com a seguinte manchete: “Estado fecha mais 3 escolas em São Paulo”¹. Citando o texto:

“Já são 13 unidades desativadas desde dezembro na Grande São Paulo. O governo alega pouca procura por vagas naqueles locais e já havia anunciado, em dezembro, a desativação de outras 10 escolas.

Segundo a Secretaria, todas as escolas desativadas tinham uma baixa demanda de alunos e vinham registrando um número menor de matrículas a cada ano”.

Concretizada a desativação dos cursos noturnos, cabe colocar em pauta o destino dos prédios escolares no período noturno.

Uma política de educação permanente assumida e implementada pelos poder público poderia gerar programas culturais e educativos que ocupassem os prédios escolares, no período noturno, oferecendo importante oportunidades de desenvolvimento de cidadania a todos aqueles que vivem no entorno das escolas.

¹ Iwasso, Simone. Estado fecha mais 3 escolas em São Paulo. O Estado de São Paulo. 2005 pág. A10.

Referências:

ABRANCHES, Mônica. Colegiado Escolar. Espaço de Participação da Comunidade. São Paulo. Cortez. 2003.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O Ensino Noturno no Estado de São Paulo: um pouco de sua história e de seus problemas. In: **Caderno de Pesquisa**, nº66 – Fundação Carlos Chagas, agosto de 1988.

BALZAN, Newton C. Alunos do Noturno (ou “Excluídos da Escola”)-Quem são eles? **Cadernos CEDES**. São Paulo, Cortez – 1988.

BEISIEGEL, Celso de Rui. O Ensino Médio sob a Perspectiva da Educação Básica. In: **O Ensino médio e a Reforma da Educação Básica** São Paulo, Plano Editora, 2002, pp.33-45.

BORTOLI, Maria Conceição. Ensino **de 2º- Grau Noturno: o aluno e a escola**. Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre- UFRGS, 1985.

BUENO, Maria Sylvia Simões Bueno. **Políticas Inclusivas, Diretrizes e Práticas Excludentes**: o Ensino Médio na perspectiva da Educação Básica. São Paulo, Plano Editora, 2002, pp.179- 200.

CASTRO, Elza M^a. **De trabalhadores produzidos a sujeitos de uma práxis educativa**: estudo e proposta de ação na região do Vale do rio Preto. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 1990.

Constituição da República Federativa do Brasil-1988.

CARPORALINI, Maria Bernadete de S. C. **A Transmissão do Conhecimento e o Ensino Noturno**. São Paulo. Editora Papirus, 1991.

CARVALHO, Célia Pezzolo. **Ensino Noturno**: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1984.

CHADE, Jamil. São 88 milhões de jovens desempregados no mundo. In: **O Estado de S. Paulo**, Caderno B. 05 – 08/ 08/2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo. Cortez, 2001.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o Conhecimento**. São Paulo. Cortez, 1999.

CRUZ, José M^a S.da. **A prática docente no primeiro segmento do primeiro grau regular noturno**: uma questão de inadequação à clientela? Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas Atuais para o Ensino Médio e a Educação Profissional de Nível Técnico: Problemas e Perspectivas. In: **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**. São Paulo, Plano Editora, 2002, pp. 15- 32.

DEMO, Pedro. **A Nova L.D.B:** ranços e avanços. São Paulo: Cortez, 1997.

DI PIERRO, Maria Clara. **Políticas municipais de educação básica de jovens e adultos no Brasil : um estudo de caso de Porto Alegre(RS)**- Mestrado em História e Filosofia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- SP- 1996.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

DOLORS, Jacques. **Educação – Um Tesouro a descobrir**. MEC/ UNESCO – São Paulo, s/d.

Emenda Constitucional 14/96- Lei 9424/96- dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

FERRETI, Celso João e João dos Reis Silva Jr. Educação Profissional numa Sociedade Sem Empregos. In: **Caderno de Pesquisa** nº 109. Fundação Carlos Chagas, março de 2000.

FRANCO, Maria Laura P.B. – O Ensino de 2º- Grau: Democratização? Profissionalização? Ou nem uma coisa ou outra? **Caderno de Pesquisa** – nº 47 –Fundação Carlos Chagas- novembro 1983.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo, Cortez, 1993.

_____ **Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FREITAS, José Cleber de. **Cultura e Currículo: Uma Relação Negada Na Política Do Sistema De Progressão Continuada Do Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

FULLAN, Michael, Andy Hargreaves . **A Escola como organização aprendente - buscando uma educação de qualidade**. S. Paulo- ARTMED – Editora, s/d.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Vozes, 1998

GOUVEIA, A.J. Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas. **Cadernos de Pesquisa**, nº49, 1984.

GUIMARÃES, Elizabete da F. O aluno trabalhador das possibilidades de um cotidiano público e uma política para o cotidiano. Dissertação de mestrado. UNICAMP. Campinas,1990.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil** – Série Estado do Conhecimento. Nº 08. MEC/ INEP/ Comped- 2002.

IDÉIAS – Nº- 25- Ensino no período noturno: contradições alternativas. São Paulo: FDE 1995

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida : entre o dito e o feito. In: **Educação e Sociedade. Ano XXI**, nº- 70 abril/ 2000.

_____ O Ensino Médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil – **Revista Brasileira de Educação** – Nº04/ 97.

_____ (Org) **Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do Trabalho** , São Paulo, Cortez 2000

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei 4024/61.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.Lei 5692/71.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei 9394/96

LIBÂNEO, José Carlos; OILIVEIRA, João Ferreira de;TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar** : políticas, estrutura e organização – São Paulo, Cortez 2003.

LUDKE, M. e André M.E. **A Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas, São Paulo. EPU, 1998.

MADEIRA, Felícia R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas,1986.

MAIA, Eny e CARNEIRO M. **A reforma do ensino médio em questão**. SP. Biruta, 2000

MACHADO, Marlene M. **Ensino Médio na escola pública noturna frente as novas demandas**.Universidade de São Paulo . Faculdade de Educação. São Paulo – 1999.

MARQUÊS, Maria Ornélia da Silveira. **Os Jovens da Escola Noturna: uma nova presença** – Dissertação de Mestrado – FE / USP, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O Ensino Médio no Contexto das Políticas para a Educação Básica. In: **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**. São Paulo, Plano Editora, 2002, pp. 47- 68.

Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação para o Ensino Médio.

Parecer Câmara da Educação Básica / Conselho Nacional de Educação Nº- 15 /98-Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Aprovado: 1º-/06/1998.

Parecer Câmara da Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação Nº- 4/98- Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - Aprovado: 29/01/1998.

Parecer Câmara da Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação Nº- 11/ 2000- Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

PEREIRA, Francisco D. **Filosofia e Problematização da concepção pragmática da realidade no ensino médio noturno**: uma abordagem a partir das buscas, valores e concepções de mundo dos alunos. São Paulo, 1995, Dissertação de Mestrado , 1999

PAVAN, Rosiver. **A Municipalização do Ensino Fundamental – O Caso de Santos e Jundiáí**. Mestrado em Educação :História e filosofia da Educação – PUC/SP -1998.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo F. de.**Referências Bibliográficas – um guia para documentar suas pesquisas incluindo Internet, CD- Room, multimeios**- 2001, Ed. Olho d'água, São Paulo.

_____ **Trabalho Acadêmico: o que é? Como Fazer? Um guia para suas apresentações**. Ed. Olho d'água, 2002. São Paulo.

POSSANI, Lourdes de Fátima Pascoaletto. **Sombras e Luzes – A Exclusão na Suplência Organizada em ciclos na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo. 1992-1998**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,1999.

Resolução CEB/ CNE Nº- 03/98.

SALES, Sirlei Rezende. Ensino Noturno e Juventude: Desafios colocados pela Violência e pelo Trabalho. In: **Trabalho e Educação** - Belo Horizonte – Nº- 9 – 2º- semestre – 2001.

SAMPAIO, Maria das Mercês. **Ensino Regular em Período Noturno da Rede Pública do Estado de São Paulo: um estudo sobre os problemas e tentativas de solução** . Dissertação de Mestrado – PUC / SP, 1988.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação participante – uma abordagem crítico-transformadora** - São Paulo : Cortez: Instituto de Estudos Especiais 2001.

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – Novos Rumos da escola de Ensino Médio 1999.

SELLTIZ, C (at alli) **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo, E.P.U.EDUSP, 1987.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e Participação na “Reforma do Estado”**. São Paulo, Cortez , 2003.

SOUZA, Paulo Nathanael P.; SILVA, Eurides Brito da. **Como Entender e Aplicar A Nova L.D.B.** São Paulo, Editora THOMSON, 1997.

SPOSITO, Marília. **O Povo vai à Escola: A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo** – S. Paulo; Edições Loyola, 1984.

_____. O Ensino Noturno de 2º- Grau: Notas para uma discussão – **Revista de Educação da USP**, 1988.

_____. **Os Jovens no Brasil – desigualdades e novas demandas políticas**. São Paulo; Ação Educativa, 2003.

TENCA, Sueli Cotrim. Cursos Noturnos – A pobre escolarização dos que trabalham – **Caderno de Pesquisa**- Nº- 43 – São Paulo, Nov.1982.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza – Edições Demócrito Rocha , 2001.

_____ e Freitas, Isabel Maria Sabino. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. São Paulo, Plano Editora, 2003.

Seminário – Ensino Médio: Construção Política : síntese das salas temáticas- Ministério da Educação – Secretária de Educação Média e Tecnológica – Brasília 2003.

ZIBAS, Dagmar. Ensino **Noturno de 2º- Grau: A Hora e a Vez do Trabalhador Estudante? Um Estudo de Caso**. Fundação Carlos Chagas / MEC – INEP, 1991.

_____. Ser ou não Ser: O debate sobre o Ensino Médio- **Caderno de Pesquisa**, N º- 80 – F. C. C. São Paulo, 1992.

_____, (Re) Significando a Reforma do Ensino Médio: O Discurso Oficial e os Filtros Institucionais . In: **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**, Plano Editora, 2002, pp. 71- 91.

Questionário para o aluno do Ensino Médio Noturno

Leia com atenção e responda

- Sexo () Masculino () Feminino
- Qual a sua idade? _____ anos
- Em que Cidade onde nasceu? _____ Estado _____
- Em que bairro onde mora? _____
- Quantos irmãos você tem? _____
- Assinale a alternativa que corresponde ao seu estado civil
() Solteiro () Vive com um companheiro
() Casado () Outros. Qual?-----
- Com quem você mora? () sozinho () com os pais () com os irmãos
() com outros parentes () com um companheiro
- Qual é a modalidade de Ensino Médio que você cursa ?
() Ensino Médio regular () Educação de Jovens e adultos .

Por que optou por esta modalidade de ensino? -----

- Escolaridade dos pais

Pai:	() Não sabe ler	() Só sabe ler
Ensino Fundamental (1º grau)	() completo	() incompleto
Ensino Médio (2º grau)	() completo	() incompleto
Ensino Superior	() completo	() incompleto

Mãe	() Não sabe ler	() Só sabe ler
Ensino Fundamental (1º grau)	() completo	() incompleto
Ensino Médio (2º grau)	() completo	() incompleto
Ensino Superior	() completo	() incompleto

- Você trabalha? () Não () Sim . Em caso negativo, por que?-----
- Há quanto tempo trabalha ? -----anos . O que você faz?

- Você gostaria de estudar no período diurno ?
() Não () Sim
- Você reserva algum período da semana para fazer os trabalhos escolares
() não () sim . Em caso afirmativo, quantos períodos da semana você dedica para fazer seus trabalhos escolares?-----

- O que você faz nas horas de folga?

- Se não trabalha, o que você faz durante o dia?

- Você cursou o Ensino Fundamental (1º grau) no período:

() Diurno () Noturno

- Você cursou o Ensino Fundamental (1º- Grau)
() Regular () Educação de Jovens e Adultos

- Você repetiu alguma série? () Não () Sim.

- Em caso afirmativo, quais as séries?

- Você abandonou a escola por algum tempo?
() Não () Sim. Em caso afirmativo, por que? -----

- Sua escola tem Grêmios? () Não () Sim. Em caso afirmativo, como você participa do Grêmio?

- Você votou nas últimas eleições municipais?

() Não ()sim. Em caso negativo, por que?

Após terminar o Ensino Médio, você pretende continuar os estudos?

() Não ()Sim. Em caso afirmativo que curso pretende fazer?

- Por que você estuda nessa escola ?
- Você gosta da maneira como os professores ensinam, nessa escola ?
() Não () Sim Por quê?

-

- Você encontra alguma dificuldade aqui na escola?

- Você está satisfeito com a escola? () Não () Sim . Porquê?-----

- Você costuma faltar às aulas? () Não () Sim Por quê?-----
- Você freqüenta às aulas às 6^o-feiras? () Não () Sim Em caso negativo ,
porquê

Nesta escola os alunos costumam utilizar:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
Biblioteca			
Laboratório			
Sala de Vídeo			
Sala de Informática			

- Você tem sugestões para melhorar o trabalho dessa escola no período noturno?
() Não () Sim . Em caso afirmativo, quais-----
- Você gostaria de dizer mais alguma coisa, em relação ao ensino noturno dessa escola
- Você participa das atividades extra- classe, promovidas pela escola?
() Não () Sim . Em caso negativo, por que?-----

--

TABELA 1 – Distribuição por sexo dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Sexo

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Masculino	18	66,7	66,7	66,7
	Feminino	9	33,3	33,3	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

Sexo

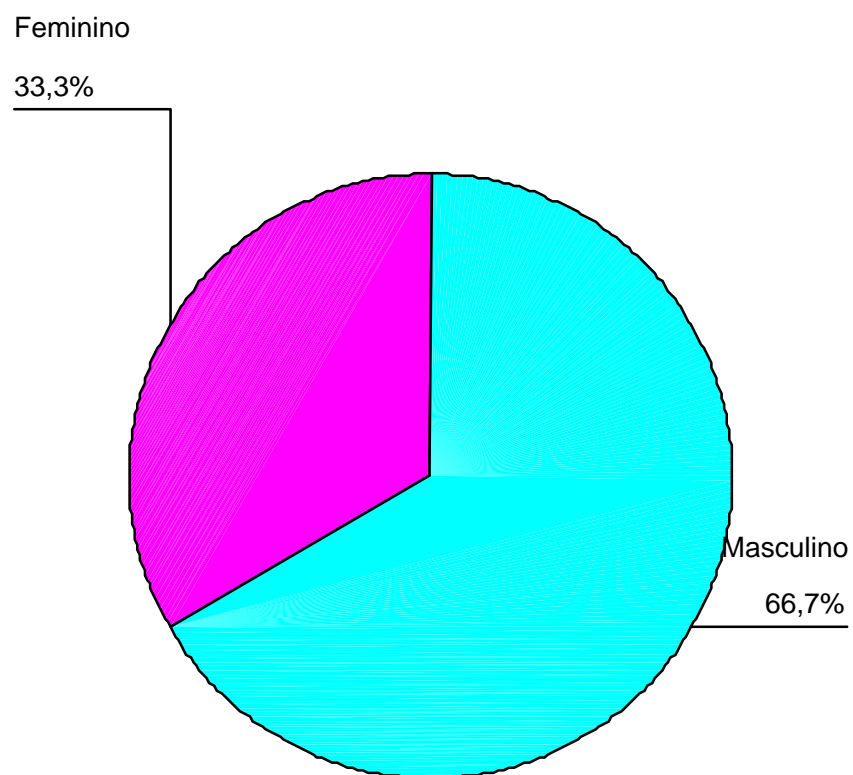


TABELA 2 - Distribuição por sexo dos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E. E. Santista:

Sexo

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Feminino	41	56,2	56,2	56,2
	Masculino	32	43,8	43,8	100,0
	Total	73	100,0	100,0	

Sexo

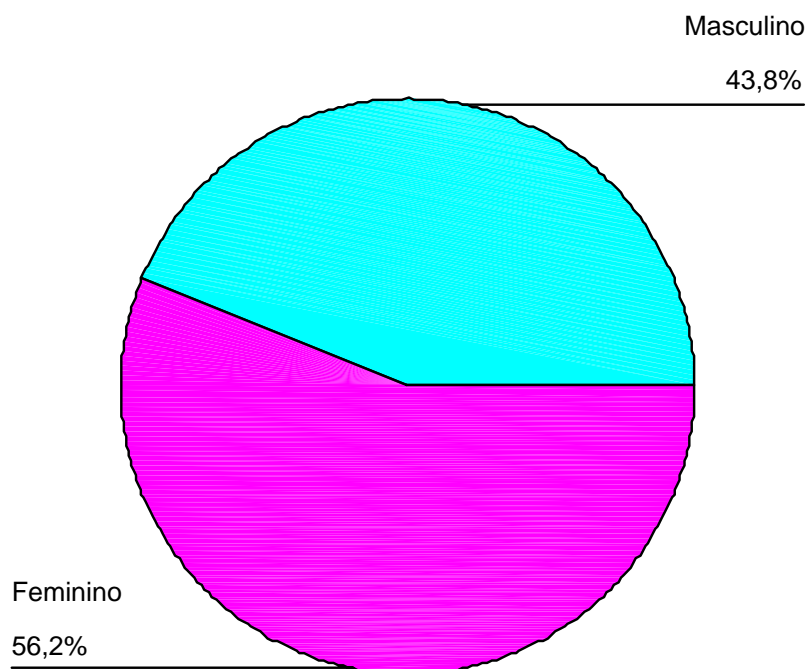


TABELA 3 - Distribuição por idade dos alunos do Ensino Médio regular, no período noturno, da E.E. Santista:

Idade

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	14	2	7,4	7,4	7,4
	15	5	18,5	18,5	25,9
	16	6	22,2	22,2	48,1
	17	9	33,3	33,3	81,5
	18	2	7,4	7,4	88,9
	20	1	3,7	3,7	92,6
	22	1	3,7	3,7	96,3
	26	1	3,7	3,7	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

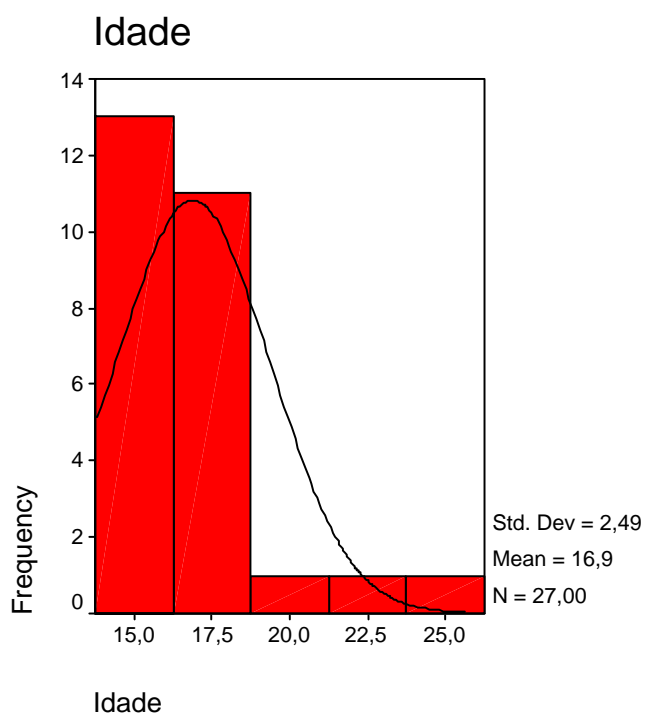
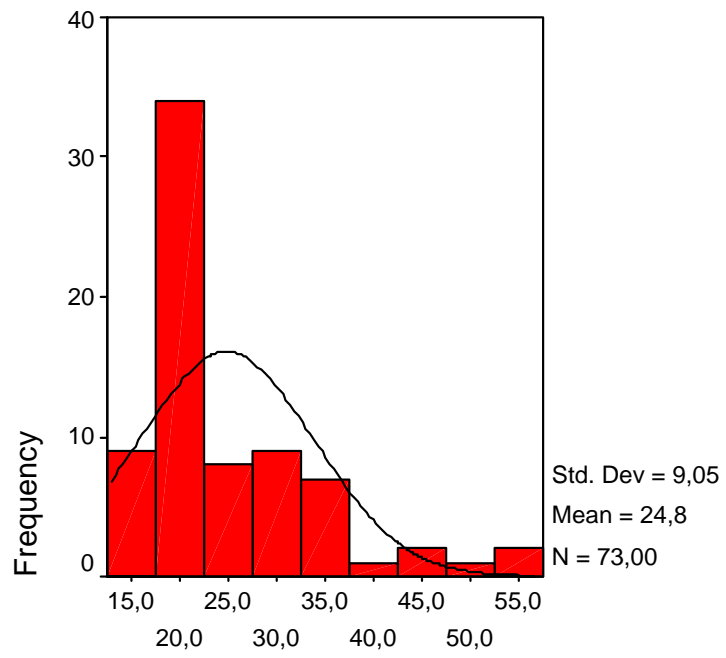


TABELA 4 - Distribuição por idade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista:

Idade

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	17	9	12,3	12,3	12,3
	18	10	13,7	13,7	26,0
	19	8	11,0	11,0	37,0
	20	6	8,2	8,2	45,2
	21	6	8,2	8,2	53,4
	22	4	5,5	5,5	58,9
	23	2	2,7	2,7	61,6
	24	2	2,7	2,7	64,4
	25	2	2,7	2,7	67,1
	27	2	2,7	2,7	69,9
	28	4	5,5	5,5	75,3
	29	1	1,4	1,4	76,7
	30	1	1,4	1,4	78,1
	31	2	2,7	2,7	80,8
	32	1	1,4	1,4	82,2
	33	1	1,4	1,4	83,6
	34	4	5,5	5,5	89,0
	35	1	1,4	1,4	90,4
	37	1	1,4	1,4	91,8
	39	1	1,4	1,4	93,2
	45	1	1,4	1,4	94,5
	47	1	1,4	1,4	95,9
	48	1	1,4	1,4	97,3
	55	2	2,7	2,7	100,0
	Total	73	100,0	100,0	

Idade



Idade

TABELA 5 - Distribuição por cidade onde nasceram os alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E.Santista:

Cidade

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	SANTOS	17	63,0	63,0	63,0
	SÃO PAULO	3	11,1	11,1	74,1
	SALVADOR	2	7,4	7,4	81,5
	ITABAIANA	1	3,7	3,7	85,2
	CIANORTE	1	3,7	3,7	88,9
	CUBATÃO	1	3,7	3,7	92,6
	CURITIBA	1	3,7	3,7	96,3
	ARAPIRACA	1	3,7	3,7	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

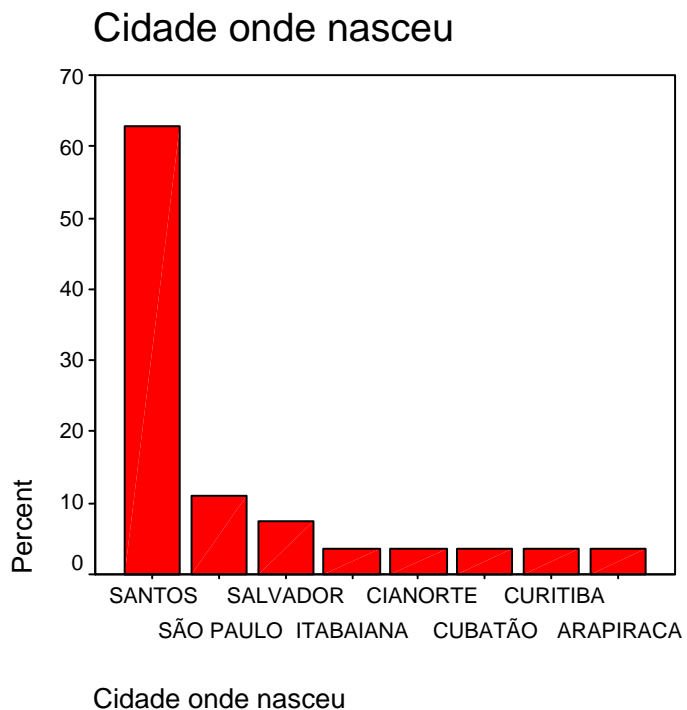
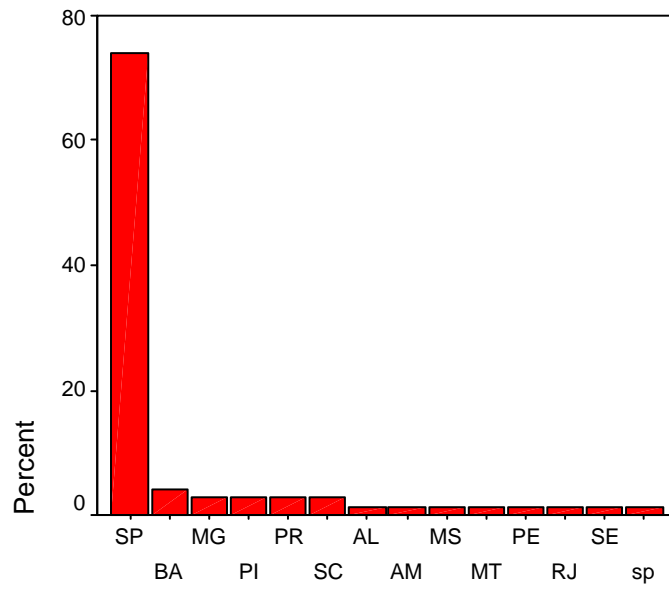


TABELA 9 – Distribuição por cidade onde nasceram os alunos do Ensino Médio – Educação de jovens e Adultos, período noturno, da E. E. Santista:

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	SANTOS	44	60,3	60,3	60,3
	SÃO VICENTE	4	5,5	5,5	65,8
	SÃO PAULO	3	4,1	4,1	69,9
	FLORIANÓPOLIS	2	2,7	2,7	72,6
	S MIGUEL DOS CAMPOS	1	1,4	1,4	74,0
	CUBATÃO	1	1,4	1,4	75,3
	MANAUS	1	1,4	1,4	76,7
	PIRAI DO SUL	1	1,4	1,4	78,1
	BELO HORIZONTE	1	1,4	1,4	79,5
	IEPE	1	1,4	1,4	80,8
	CACERIS	1	1,4	1,4	82,2
	RIO DE JANEIRO	1	1,4	1,4	83,6
	PALMARES	1	1,4	1,4	84,9
	S VICENTE DE MINAS	1	1,4	1,4	86,3
	ITAJIBA	1	1,4	1,4	87,7
	CORUMBÁ	1	1,4	1,4	89,0
	PERUÍBE	1	1,4	1,4	90,4
	ITABUNA	1	1,4	1,4	91,8
	GUARUJÁ	1	1,4	1,4	93,2
	OEIRAS	1	1,4	1,4	94,5
	ITABAINA	1	1,4	1,4	95,9
	VÁRZEA GRANDE	1	1,4	1,4	97,3
	TUPIANOPOLIS	1	1,4	1,4	98,6
	HELIOPOLIS	1	1,4	1,4	100,0
	Total	73	100,0	100,0	

UF



UF

TABELA 6 - Distribuição do número de irmãos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista:

Nº. de irmãos

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	0	3	11,1	11,5	11,5
	1	5	18,5	19,2	30,8
	2	9	33,3	34,6	65,4
	3	3	11,1	11,5	76,9
	4	4	14,8	15,4	92,3
	9	1	3,7	3,8	96,2
	13	1	3,7	3,8	100,0
	Total	26	96,3	100,0	
Não Resposta		1	3,7		
Total		27	100,0		

No. de irmãos

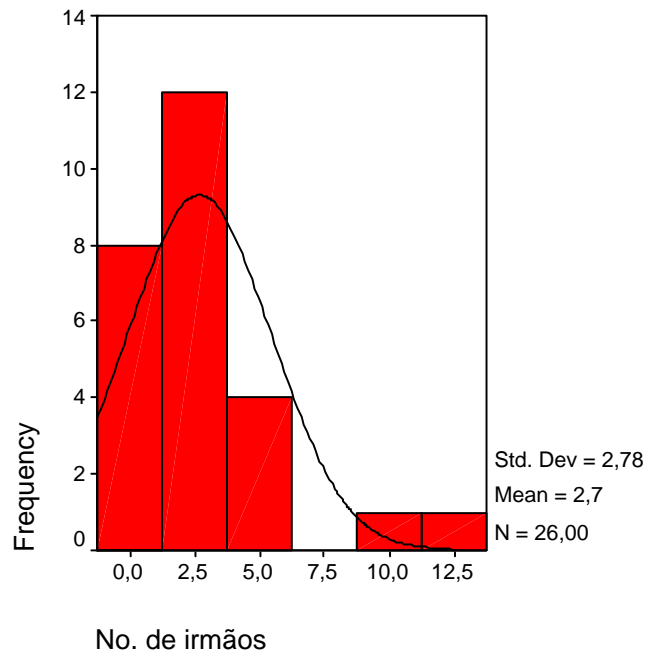
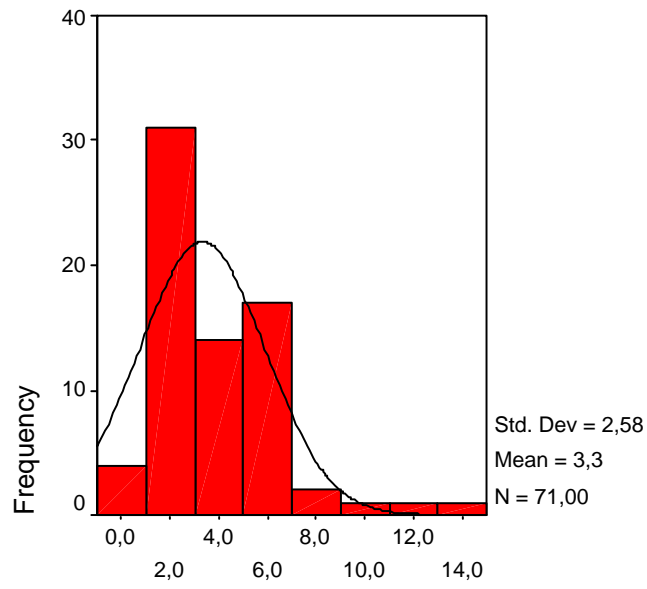


TABELA 10 - Distribuição do número de irmãos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista

No. de irmãos

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	0	4	5,5	5,6	5,6
	1	15	20,5	21,1	26,8
	2	16	21,9	22,5	49,3
	3	9	12,3	12,7	62,0
	4	5	6,8	7,0	69,0
	5	9	12,3	12,7	81,7
	6	8	11,0	11,3	93,0
	8	2	2,7	2,8	95,8
	9	1	1,4	1,4	97,2
	11	1	1,4	1,4	98,6
	13	1	1,4	1,4	100,0
	Total	71	97,3	100,0	
Não Resposta		2	2,7		
Total		73	100,0		

No. de irmãos



No. de irmãos

TABELA 7 - Distribuição por estado civil dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Estado Civil

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Solteiro	27	100,0	100,0	100,0

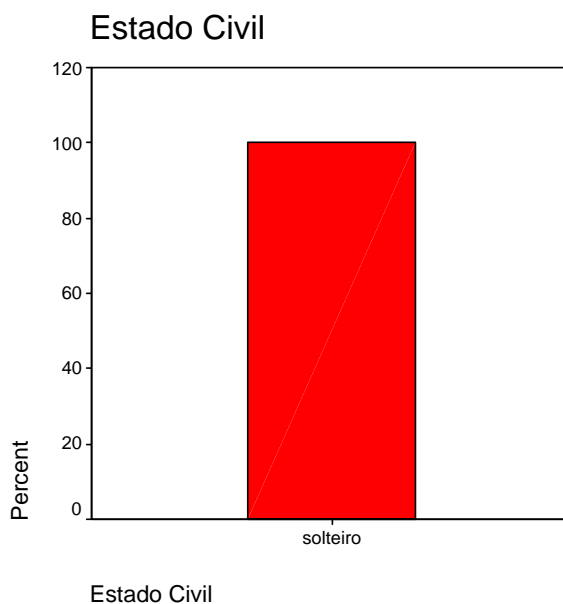


TABELA 11 - Distribuição por estado civil dos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos, período noturno, E.E. Santista:

Estado Civil

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos solteiro	54	74,0	74,0	74,0
vive com um companheiro	3	4,1	4,1	78,1
casado	10	13,7	13,7	91,8
divorciado/separado/viúvo	5	6,8	6,8	98,6
Outros	1	1,4	1,4	100,0
Total	73	100,0	100,0	

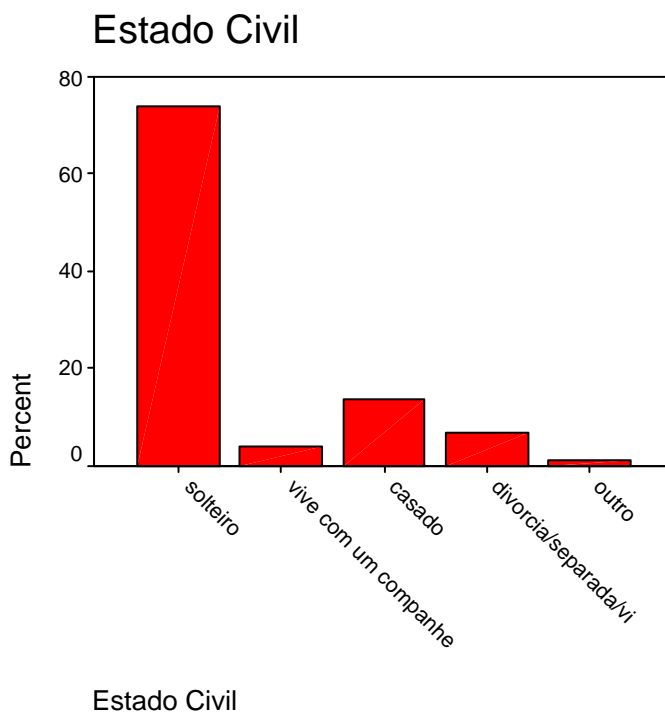


TABELA 8 - Com quem moram os alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Com quem você mora

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	sozinho	2	7,4	7,4	7,4
	com os pais	21	77,8	77,8	85,2
	com outros parentes	4	14,8	14,8	100,0
	Total	27	100,0	100,0	



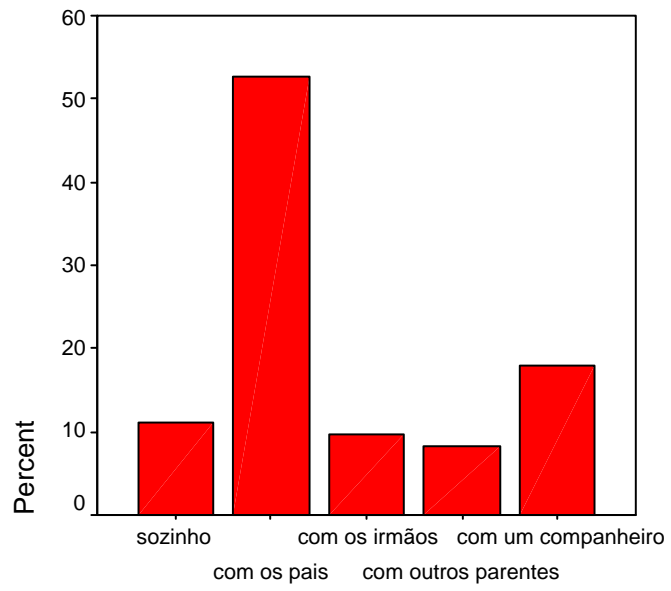
Com quem você mora

TABELA 12 - Com quem moram os alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista

Com quem você mora

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	sozinho	8	11,0	11,1	11,1
	Com os pais	38	52,1	52,8	63,9
	Com os irmãos	7	9,6	9,7	73,6
	com outros parentes	6	8,2	8,3	81,9
	com um companheiro	13	17,8	18,1	100,0
	Total	72	98,6	100,0	
Não Resposta	System	1	1,4		
Total		73	100,0		

Com quem você mora



Com quem você mora

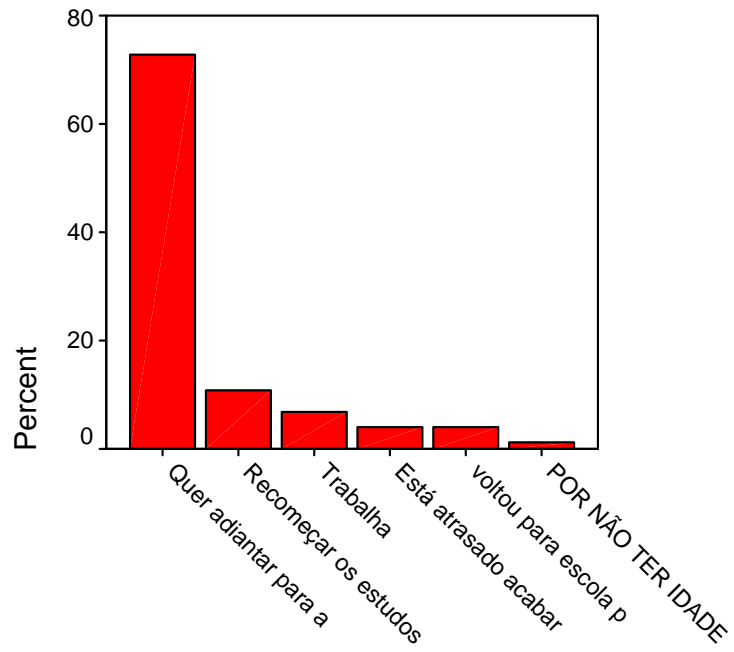
TABELA 35 - Razões pelas quais os alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista cursam essa modalidade

Válidos	Freqüência absoluta	Freqüência relativa	Percentual
AC			
Não tem idade	12		44.5%
44.5			
Para aprender melhor	8		29.6%
74.1			
Não quis a EJA	2		7.4%
81.5			
Porque trabalha	2		7.4%
88.9			
Quer terminar	1		3.7%
92.6			
Porque não tinha vaga	1		3.7%
96.3			
Cursou a EJA não gostou	1		3.7%
100			

TABELA 36 - Razões pelas quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista cursam essa modalidade

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais válidos	Percentual Acumulado
Válidos Quer adiantar para acabar mais rápido	53	72,6	72,6	72,6
Recomeçar os estudos	8	11,0	11,0	83,6
Trabalha	5	6,8	6,8	90,4
Está atrasado acabar logo	3	4,1	4,1	94,5
Voltou para escola para terminar os estudos	3	4,1	4,1	98,6
POR NÃO TER IDADE	1	1,4	1,4	100,0
Total	73	100,0	100,0	

Q8ACAT



Q8ACAT

TABELA 14 - Distribuição por escolaridade dos pais dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Escolaridade do Pai

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Só sabe ler	2	7,4	7,4	7,4
	1º. grau incompleto	5	18,5	18,5	25,9
	1º. grau completo	3	11,1	11,1	37,0
	2º. grau incompleto	2	7,4	7,4	44,4
	2º. grau completo	13	48,1	48,1	92,6
	Superior completo	2	7,4	7,4	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

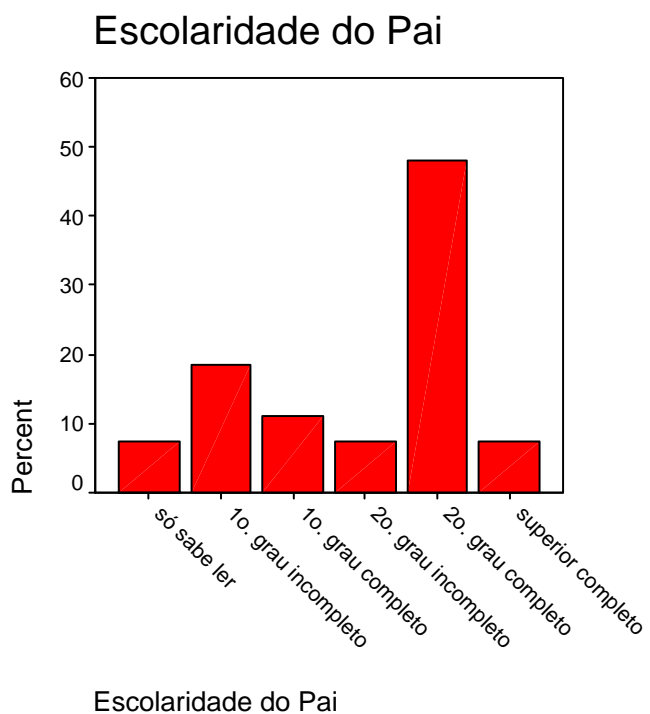
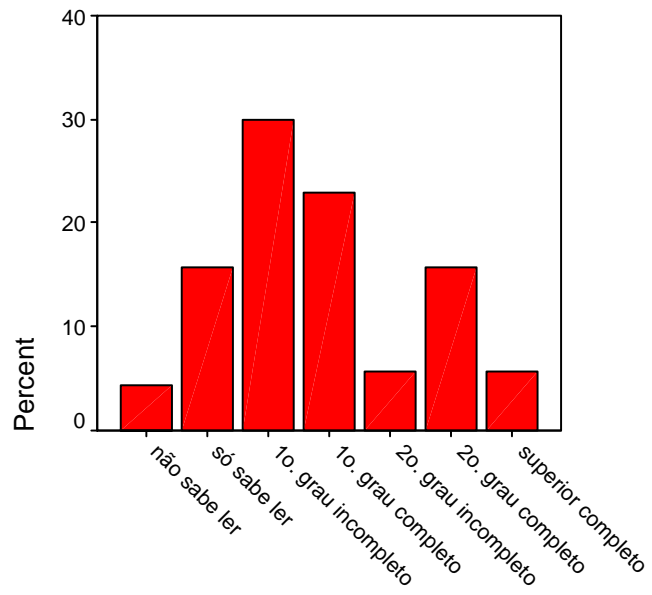


TABELA 13 – Distribuição por escolaridade dos pais dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista

Escolaridade do Pai

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	não sabe ler	3	4,1	4,3	4,3
	só sabe ler	11	15,1	15,7	20,0
	1o. grau incompleto	21	28,8	30,0	50,0
	1o. grau completo	16	21,9	22,9	72,9
	2o. grau incompleto	4	5,5	5,7	78,6
	2o. grau completo	11	15,1	15,7	94,3
	Superior completo	4	5,5	5,7	100,0
	Total	70	95,9	100,0	
	Não Resposta	3	4,1		
	Total	73	100,0		

Escolaridade do Pai



Escolaridade do Pai

TABELA 15 - Distribuição por escolaridade das mães dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Escolaridade da mãe

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Só sabe ler	2	7,4	8,0	8,0
	1o. grau incompleto	5	18,5	20,0	28,0
	1o. grau completo	4	14,8	16,0	44,0
	2o. grau completo	9	33,3	36,0	80,0
	Superior incompleto	1	3,7	4,0	84,0
	Superior completo	4	14,8	16,0	100,0
	Total	25	92,6	100,0	
	Não Resposta		2	7,4	
Total		27	100,0		

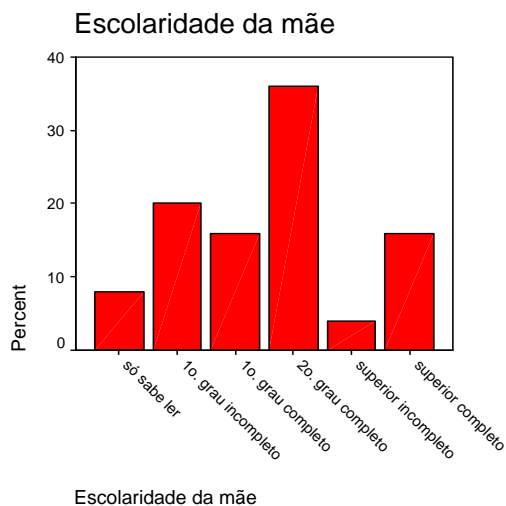


TABELA 16 - Distribuição por escolaridade das mães dos alunos de Educação de Jovens e Adultos da E.E. Santista

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	não sabe ler	3	4,1	4,2	4,2
	só sabe ler	12	16,4	16,7	20,8
	1o. grau incompleto	31	42,5	43,1	63,9
	1o. grau completo	12	16,4	16,7	80,6
	2o. grau incompleto	2	2,7	2,8	83,3
	2o. grau completo	9	12,3	12,5	95,8
	superior incompleto	1	1,4	1,4	97,2
	superior completo	2	2,7	2,8	100,0
	Total	72	98,6	100,0	
	Não Resposta	1	1,4		
	Total	73	100,0		

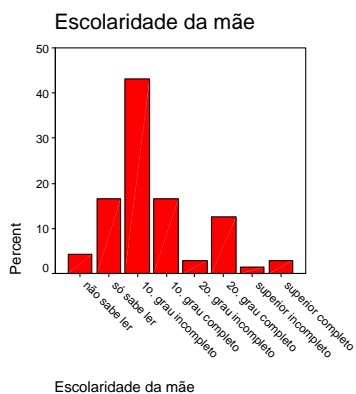


TABELA 17 - Distribuição por trabalho dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

Trabalha

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Sim	22	81,5	81,5	81,5
	Não	5	18,5	18,5	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

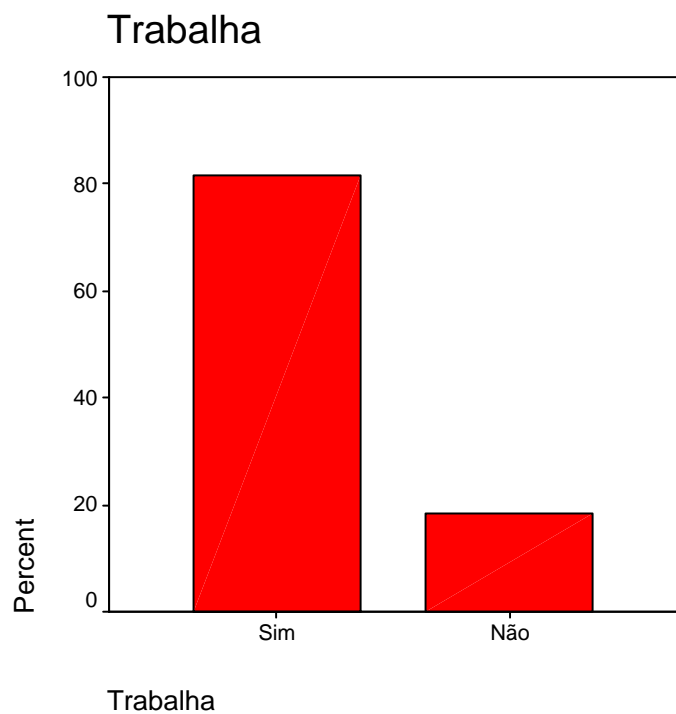
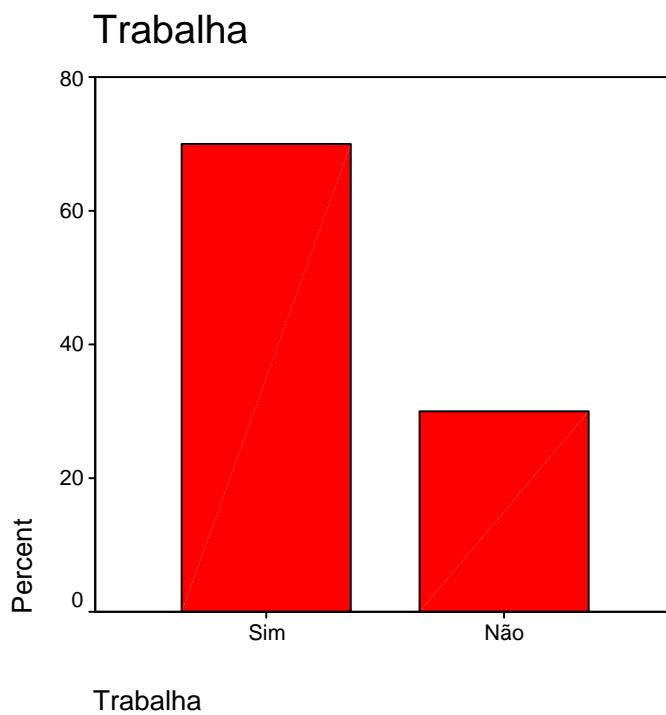


TABELA 18 - Distribuição por trabalho dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E. E. Santista

Trabalha

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Sim	51	69,9	69,9	69,9
	Não	22	30,1	30,1	100,0
	Total	73	100,0	100,0	

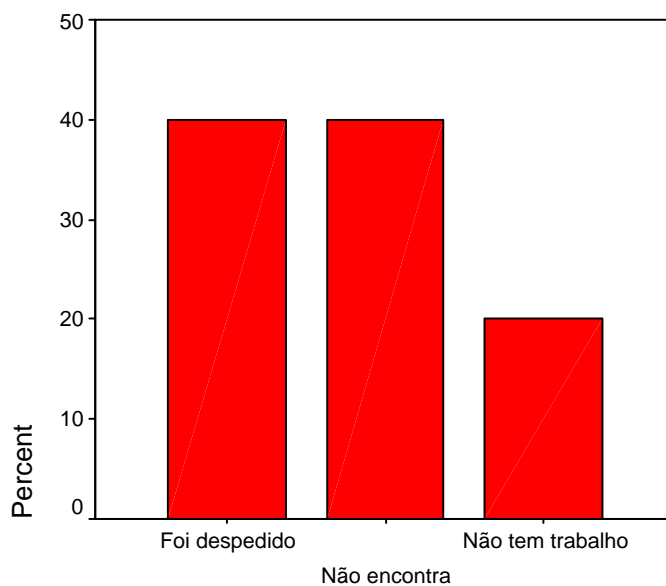


*TABELA 23 - Razões pelas quais não trabalham os alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E.Santista

Razão porque não trabalha

		Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Foi despedido	2	40,0	40,0	40,0
	Não encontra	2	40,0	40,0	80,0
	Não tem trabalho	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Razão porque não trabalha

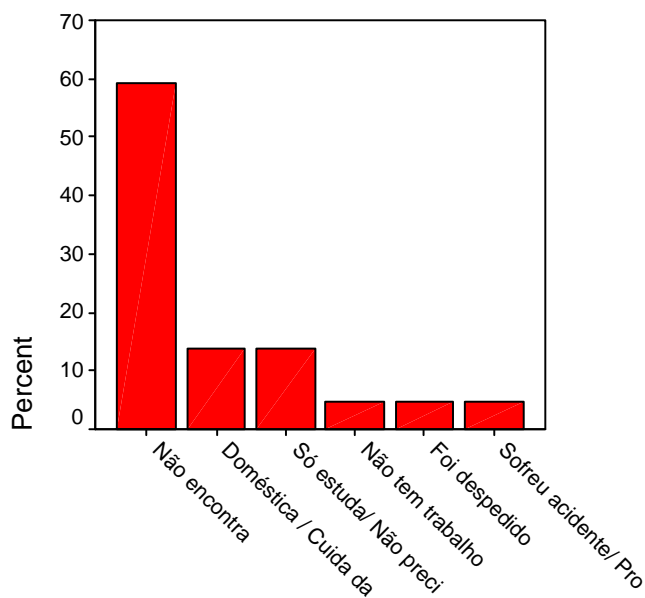


Razão porque não trabalha

*TABELA 24 – Distribuição por trabalho dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista

		Freqüência	Freqüência	Percentuais	Percentual
		a	a	Válidos	Acumulado
		Absoluta	Relativa		
Válidos	Não encontra	13	59,1	59,1	59,1
	Doméstica / Cuida da casa	3	13,6	13,6	72,7
	Só estuda/ Não precisa	3	13,6	13,6	86,4
	Não tem trabalho	1	4,5	4,5	90,9
	Foi despedido	1	4,5	4,5	95,5
	Sofreu acidente/ Problema de Saúde	1	4,5	4,5	100,0
	Total	22	100,0	100,0	

Razão porque não trabalha

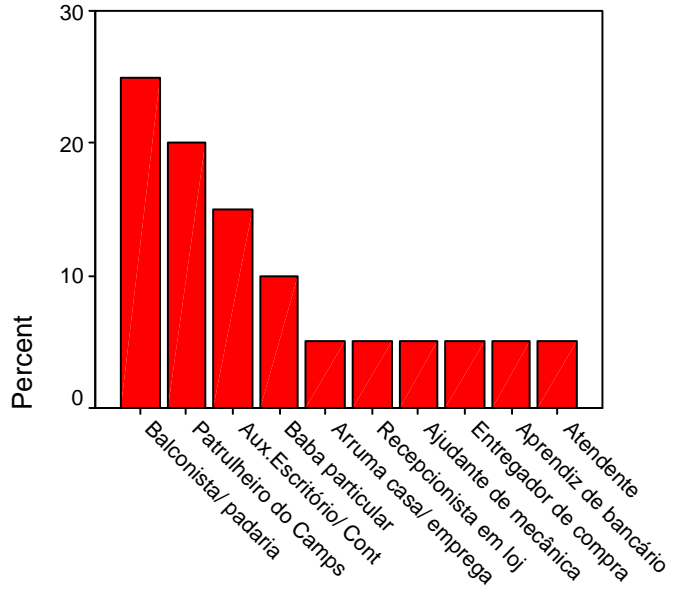


Razão porque não trabalha

*TABELA 19 - Distribuição por atividade profissional dos alunos do Ensino Médio regular, período noturno, da E.E. Santista

	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos Balconista/ padaria	5	22,7	25,0	25,0
Patulheiro do Camps / Office Boy	4	18,2	20,0	45,0
Aux.Escritório/ Contabilidade / Exp & Imp	3	13,6	15,0	60,0
Baba particular	2	9,1	10,0	70,0
Arruma casa/ empregada Doméstica / Faxineira	1	4,5	5,0	75,0
Recepcionista em loja	1	4,5	5,0	80,0
Ajudante de mecânica	1	4,5	5,0	85,0
Entregador de compras	1	4,5	5,0	90,0
Aprendiz de bancário	1	4,5	5,0	95,0
Atendente	1	4,5	5,0	100,0
Total	20	90,9	100,0	
Não resposta	2	9,1		
Total	22	100,0		

Ocupação

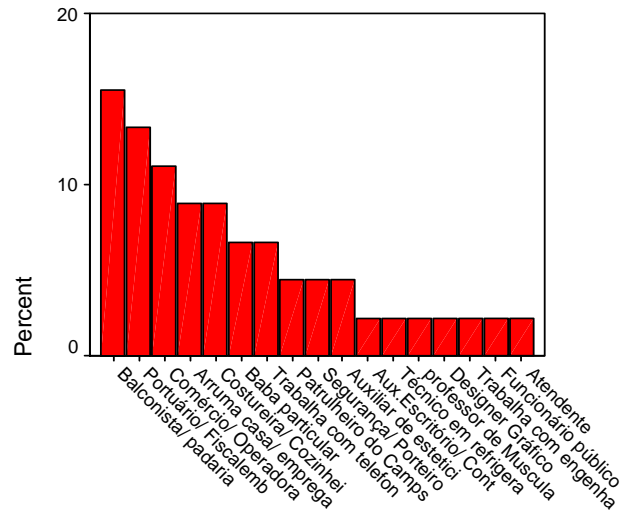


Ocupação

*TABELA 20 - Distribuição por atividade profissional dos alunos da Educação de jovens e Adultos

		Freqüência	Freqüência	Percentuais	Percentual
		a	a Relativa	Válidos	Acumulado
		Absoluta			
Válidos	Balconista/ padaria	7	13,7	15,6	15,6
	Portuário/ Fiscal embarque da Dersa	6	11,8	13,3	28,9
	Comércio/ Operadora de Caixa / Vendedora	5	9,8	11,1	40,0
	Arruma casa/ empregada Doméstica / Faxineira	4	7,8	8,9	48,9
	Costureira/ Cozinheira/ Crocheteira	4	7,8	8,9	57,8
	Baba particular	3	5,9	6,7	64,4
	Trabalha com telefonia	3	5,9	6,7	71,1
	Patrulheiro do Camps/ Office Boy	2	3,9	4,4	75,6
	Segurança/ Porteiro	2	3,9	4,4	80,0
	Auxiliar de esteticista / Cabelereira/	2	3,9	4,4	84,4
	Aux.Escritório/ Contabilidade / Exp & Imp	1	2,0	2,2	86,7
	Técnico em refrigeração / eletrodomésticos	1	2,0	2,2	88,9
	professor de Musculação	1	2,0	2,2	91,1
	Designer Gráfico	1	2,0	2,2	93,3
	Trabalha com engenharia civil	1	2,0	2,2	95,6
	Funcionário público	1	2,0	2,2	97,8
	Atendente	1	2,0	2,2	100,0
	Total	45	88,2	100,0	
Não Resposta		6	11,8		
Total		51	100,0		

Ocupação



Ocupação

TABELA 21 - Alunos do Ensino Médio regular, período noturno da E.E. Santista que reservam algum tempo para os trabalhos escolares.

		Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos	Não	10	37,0	37,0	37,0
	Sim	17	63,0	63,0	100,0
	Total	27	100,0	100,0	

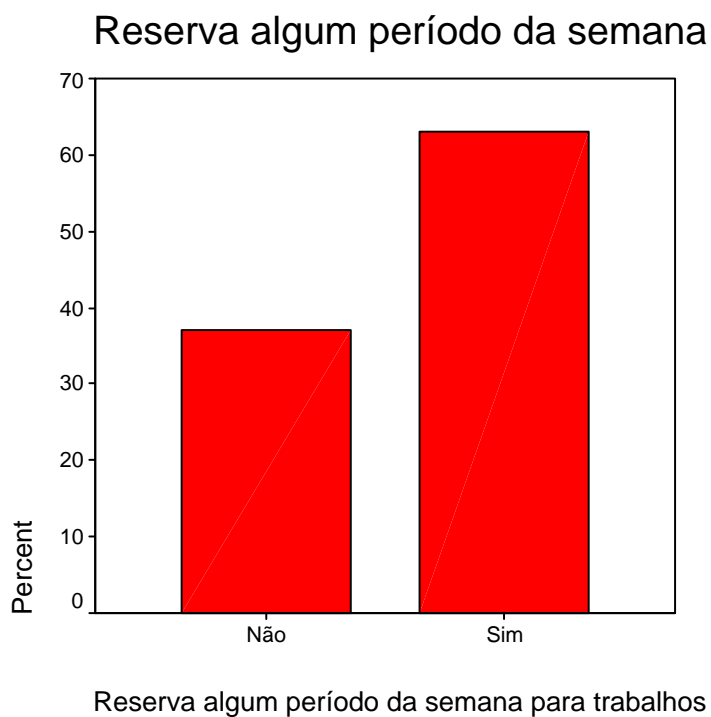


TABELA 22 – Alunos da Educação para Jovens e Adultos, período noturno, da E.E. Santista, que reservam algum tempo para os trabalhos escolares

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentuais Válidos	Percentual Acumulado
Válidos Não	32	43,8	43,8	43,8
Sim	41	56,2	56,2	100,0
Total	73	100,0	100,0	

